



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**



Maria Gabriela do Nascimento Araújo

**POLÍTICA SOCIOEDUCATIVA E A PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL:
DEMANDAS E PRÁTICAS NO MEIO-NORTE BRASILEIRO**

**Parnaíba-PI
2024**



Maria Gabriela do Nascimento Araújo

**POLÍTICA SOCIOEDUCATIVA E A PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL:
DEMANDAS E PRÁTICAS NO MEIO-NORTE BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientador:

Prof. Dr. Fauston Negreiros

**Parnaíba-PI
2024**

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Delta do Parnaíba

A658p Araújo, Maria Gabriela do Nascimento
Política socioeducativa e a psicologia escolar e educacional: demandas e práticas no meio-norte brasileiro [recurso eletrônico] / Maria Gabriela do Nascimento Araújo. – 2024.
132 p.
Dissertação (Pós- Graduação em psicologia) – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, 2024.
Orientação: Prof. Dr. Fauston Negreiros.
1. Medidas socioeducativas. 2. Educação, psicologia escolar e educacional. I. Negreiros, Fauston. II. Título.
CDD: 364.36

Maria Gabriela do Nascimento Araújo

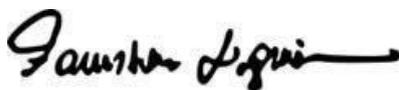
Política Socioeducativa e a Psicologia Escolar e Educacional: demandas e práticas no Meio-Norte brasileiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientador:
Prof. Dr. Fauston Negreiros

Aprovada: 22/01/2024

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Fauston Negreiros - Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDFPar)/

Universidade de Brasília (UnB) - Orientador

Documento assinado digitalmente
gov.br RAQUEL PEREIRA BELO
Data: 09/02/2024 10:48:07-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Raquel Pereira Belo - Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDFPar)

- Avaliadora Interna



Prof. Dr. Breno de Oliveira Ferreira – Universidade Federal do Amazonas (UFAM) -

Avaliador Externo

*“No meio do caminho tinha uma pedra”,
Mas a ousada esperança de quem marcha cordilheiras
triturando todas as pedras da primeira à derradeira
de quem banha a vida toda no unguento da coragem
e da luta cotidiana faz do sumo beberragem
topa a pedra pesadelo e é ali que faz parada
para o salto e não recuo
não estanca os seus sonhos
lá no fundo da memória,
pedra, pau, espinho e grade
são da vida desafio.
E se cai, nunca se perdem
os seus sonhos esparramados
adubam a vida, multiplicam
são motivos de viagem.
(Conceição Evaristo)*

Dedico este trabalho a minha mãe, Marinalva, e minha irmã, Bruna, que, durante toda a minha jornada, nunca deixaram de acreditar em mim. Obrigada família.

Agradecimentos

“Quem disse que um sonho tem que ser algo grandioso?”
BTS

Escrevo aqui estas palavras com o coração repleto de gratidão e carinho para externar que, sem o suporte incondicional que tive durante minha trajetória, a construção desta dissertação não seria possível.

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus por estar presente em todos os momentos da minha vida. Naqueles em que pensei estar perdida o Senhor foi minha luz e naqueles em que eu estava inquieta o Senhor foi meu conforto.

Deixo aqui meu agradecimento a minha família e em especial a minha mãe e irmã. Bruna, minha querida irmã, obrigada por dividir sua vida comigo, por vivenciar junto a mim grande parte da minha trajetória acadêmica e por sempre mostrar-se tão forte a fim de servir de exemplo, mesmo estando com medo de um mundo tão desconhecido a você quanto a mim. A minha carinhosa mãe, obrigada por seu meu alicerce, pelo apoio incondicional e por nunca duvidar de que um dia conseguiria chegar aqui. Cada passo que dei, cada caminho que trilhei a senhora esteve comigo, no meu coração e assim nunca me senti sozinha. Por isso, tudo que sou hoje, o que vivenciei e o que conquistei, são vitórias suas. Obrigada minha maravilhosa vida.

Fica aqui também meu agradecimento a minha avó, Delzuita e avô Martinho (em memória), minha tia Fátima (em memória), minha tia Leonora, minha madrinha Alda e ao meu pai Rufo, pelo cuidado, orações, torcida e amor.

A minha querida afilhada Ágata, que desde o momento em que lhe vi pela primeira vez, descobri o verdadeiro significado de amor incondicional.

As minhas queridas amigas e amigos que me acompanharam durante toda a estrada, que construíram esse sonho junto comigo, me levantaram quando caí e celebraram cada passo dado,

Marcelly, Letícia, Thais, Alana, Mateus, Amadeu e Roniel, muito obrigada por compartilharem conhecimento, amor, dor e felicidade.

Agradeço também ao meu orientador Fauston por me encontrar, mudar toda a minha trajetória de vida e me apresentar ao eterno PSQUED, um lar no qual vivenciei meus melhores momentos e conheci as melhores pessoas.

A professora Raquel e ao professor Breno pela participação na minha banca e pelas valiosas contribuições que fizeram grande diferença na construção desta dissertação.

A querida Rosário Barros, que diante os momentos de aflição, me acolheu e estendeu a mão.

À Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia por todo o aprendizado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes pelo apoio financeiro, que foi essencial durante minha trajetória.

A todas as psicólogas que, de coração aberto, aceitaram participar desse estudo, acreditaram e confiaram no meu potencial como pesquisadora.

A todas e todos que, durante essa longa jornada, me abraçaram e caminharam comigo.

Muito Obrigada!

Resumo

Araújo, M. G. N. (2024). *Política Socioeducativa e a Psicologia Escolar e Educacional: demandas e práticas no Meio-Norte brasileiro*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Parnaíba, Piauí, Brasil.

O processo de escolarização é um direito de todos, considerado como fator primário para a formação do sujeito. Apesar disso, há diversos fatores que interferem nesse processo, distanciando crianças e adolescentes da escola. Um deles é o confronto com a lei. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) propõe, em seu regimento, algumas ações intituladas medidas socioeducativas, a serem tomadas frente a esses jovens por seus delitos. Essas medidas são determinações judiciais, de caráter pedagógico, destinadas aos menores de idade que cometem infrações, com o objetivo de (re)incluir socialmente o jovem de maneira ágil, com foco no desenvolvimento do seu senso crítico de responsabilidade individual e coletiva. Dessa forma, a educação torna-se um elemento primordial diante deste cenário, considerando seu foco no desenvolvimento psicossocial do sujeito. O sistema de aplicação das medidas é atravessado por práticas discriminatórias e excludentes, que reproduzem perseguições, preconceitos e repressão devido ao fato destes alunos fugirem do padrão desejado pela escola. No entanto, dentro desses contextos, tem-se a Psicologia Escolar e Educacional (PEE), que deve buscar o enfrentamento destas adversidades, a melhora da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, objetivando a promoção de uma educação de qualidade, democratização e valorização do ensino. Por conseguinte, conclui-se que a integração deste profissional no espaço educacional é de fundamental importância para a formação de uma educação em uma perspectiva contextual e crítica. Diante do exposto, o presente estudo pretendeu identificar as possibilidades de atuação da psicóloga frente às demandas apresentadas nas unidades de atendimento socioeducativo na sub-região Meio-Norte do Nordeste do Brasil. A pesquisa contou com a participação de 20 psicólogas atuantes em unidades de atendimento socioeducativo da região Meio-Norte. A análise de dados foi realizada a partir da perspectiva epistemológica e do método da Psicologia Histórico-Cultural e foi estruturada na forma de 2 artigos científicos. O estudo 1 buscou revelar a realidade abstrata do processo de escolarização dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, a partir da descrição das práticas e público-alvo de atuação das psicólogas. Este estudo revelou, a partir das análises, 2 eixos analíticos intitulados “Desde cedo, a carne mais barata: a quem serve as medidas socioeducativas?” e “O poder da ‘família’: conflitos familiares e afiliação a facções criminosas como fatores determinantes”. O estudo 2 também buscou captar o real imediato da realidade estudada, no entanto, o fenômeno de análise foram as demandas existentes nas unidades de atendimento socioeducativo. Este revelou 3 eixos analíticos tendo como títulos “Retrato do silêncio: levantamento de demandas presentes nas unidades de atendimento socioeducativo”, “Integrando saberes: a interface entre psicologia e educação” e “No coração da mudança: possibilidades de intervenção da Psicologia Escolar e Educacional”. Em síntese, os dados analisados evidenciaram que ainda há um distanciamento entre as medidas socioeducativas e a educação, dificultando o processo de ressocialização dos jovens. Além disso, também foi constatado que as práticas das psicólogas têm assumido uma perspectiva mais complexa e intersetorial, resgatando o caráter multiprofissional que rege a política. Partindo disso, estima-se que os resultados dessa presente pesquisa colaborem para o delineamento de práticas mais democráticas e humanizadas, no que diz respeito à psicologia junto às medidas socioeducativas.

Palavras-chave: Medidas socioeducativas; Educação; Psicologia Escolar e Educacional.

Abstract

Araújo, M. G. N. (2024). *Socio-educational Policy and School and Educational Psychology: demands and practices in the Brazilian Middle-North*. (Master's Dissertation). Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Parnaíba, Piauí, Brasil.

The schooling process is a right for everyone, considered a primary factor in the formation of the subject. Despite this, there are several factors that interfere in this process, distancing children and adolescents from school. One of them is confrontation with the law. The Child and Adolescent Statute (ECA) proposes, in its regulations, some actions called socio-educational measures, to be taken against these young people for their crimes. These measures are judicial determinations, of a pedagogical nature, aimed at minors who commit infractions, with the aim of socially (re)including young people in an agile manner, with a focus on developing their critical sense of individual and collective responsibility. In this way, education becomes a primary element in this scenario, considering its focus on the subject's psychosocial development. The system for applying the measures is permeated by discriminatory and exclusionary practices, which reproduce persecution, prejudice and repression due to the fact that these students deviate from the standard desired by the school. However, within these contexts, there is School and Educational Psychology, which must seek to confront these adversities, improve the quality of the teaching-learning process, aiming to promote quality education, democratization and valorization of teaching. Therefore, it is concluded that the integration of this professional in the educational space is of fundamental importance for the formation of education from a contextual and critical perspective. In view of the above, the present study intended to identify the possibilities for psychologists to act in response to the demands presented in socio-educational care units in the Mid-North sub-region of Northeast Brazil. The research involved the participation of 20 psychologists working in socio-educational care units in the Mid-North region. Data analysis was carried out from the epistemological perspective and the Historical-Cultural Psychology method and was structured in the form of 2 scientific articles. Study 1 sought to reveal the abstract reality of the schooling process of young people in compliance with socio-educational measures, based on the description of the psychologists' practices and target audience. This study revealed, from the analyses, 2 analytical axes entitled "From an early age, the cheapest meat: who does socio-educational measures serve?" and "The power of the 'family': family conflicts and affiliation with criminal factions as determining factors". Study 2 also sought to capture the immediate reality of the studied reality; however, the phenomenon of analysis was the demands existing in socio-educational care units. This revealed 3 analytical axes with the titles "Portrait of silence: survey of demands present in socio-educational care units", "Integrating knowledge: the interface between psychology and education" and "In the heart of change: possibilities for intervention by School and Educational Psychology". In summary, the data analyzed showed that there is still a gap between socio-educational measures and education, making the process of resocialization of young people difficult. Furthermore, it was also found that the practices of psychologists have taken on a more complex and intersectoral perspective, rescuing the multi-professional character that governs the policy. Based on this, it is estimated that the results of this research will contribute to the design of more democratic and humanized practices, with regard to psychology along with socio-educational measures.

Keywords: Socio-educational measures; Education; School and Educational Psychology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Dialética singularidade-particularidade-universalidade na realidade do estudo..	33
Figura 02 - Sub-regiões do Nordeste brasileiro	33
Figura 03 - Procedimentos de análise dos dados da pesquisa.....	40
Figura 04 - Sistematização dos estudos	41
Figura 05 - Estrutura dos capítulos teórico-práticos - Estudos 1 e 2	42

LISTA DE SIGLAS

ABRAPEE - Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional

Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –

CDC - Complexos de Defesa da Cidadania

CEF - Centro Educacional Feminino

CEIP - Centro de Internação Provisória

CEM - Centro Educacional Masculino

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CFP - Conselho Federal de Psicologia

CRAS - Centro de Referência em Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CREPOP - Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EDH - Educação em Direitos Humanos

FUNAC - Fundação da Criança e do Adolescente

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal)

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LA - Liberdade Assistida

MSE - Medidas Socioeducativas

PAEFI - Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos

PE - Psicologia Escolar

PEE - Psicologia Escolar e Educacional

PIA - Plano Individual de Atendimento

PNAISARI - Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei

PPCAAM - Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte

PPGpsi - Programa de Pós-Graduação em Psicologia

PS - Psicólogas Socioeducativas

PSC - Prestação de Serviço à Comunidade

PSIQUED - Núcleo de Pesquisas e Estudos em Desenvolvimento Humano, Psicologia Educacional e Queixa Escolar

RAPS - Rede de Atenção Psicossocial

Semesp - Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Carta à leitora/ao leitor

*Vá devagar, você está indo bem
Você não pode ser tudo o que quer ser antes do seu tempo
(Vienna – Billy Joel)*

Durante grande parte da minha vida, meus pensamentos se voltaram para o tempo. Para a espera do momento de começar a viver. No entanto, em meio aos pensamentos sobre quando o momento certo chegaria, acabei esquecendo que a linha de chegada, é somente uma linha. Passei muito tempo apegada a números exatos, a idades ideais e notas impecáveis que quase esqueci que a vida se trata de um monte de viveres, de gostares e desgostos. Mas, graças as queridíssimas pessoas que entraram, passaram e ficaram na minha vida, fui acordada para a minha trajetória, e foi com elas que vivi os melhores momentos que esse mundo pôde me proporcionar.

Por isso, cara leitora/caro leitor, esta carta traz consigo minha história até aqui construída e como meus sonhos foram desenhados. Me chamo Maria Gabriela do Nascimento Araújo, Gabi para os íntimos. Tenho 24 anos, nasci e cresci em Oeiras-PI, e me sinto na obrigação de informar que esta cidade foi a primeira capital do Piauí, oeiense com muito orgulho. Sou filha de uma família formada por, majoritariamente, mulheres, que me criaram, amaram e educaram como uma mulher forte, gentil e que é capaz de qualquer coisa. Sou muito grata por cada mãe, tia, avó e madrinha que me abraçou quando chorei, me alegrou quando entristeci e me deu bronca quando precisei. Posso não ser Silvestre na certidão, mas meu sangue é e sempre será Silvestre.

Um dos grandes marcos na minha história foi quando me mudei da minha querida cidade para Parnaíba, aos 16 anos, para cursar a graduação em Psicologia na Universidade Federal do Piauí, com medo por estar em um lugar desconhecido, mas com o coração cheio de esperança. Foram anos felizes, intensos, elétricos e incertos, e tive o imenso prazer de conhecer

pessoas incríveis que levarei para vida, colegas de turma, conhecidos dos corredores e professores, que marcaram minha trajetória.

Dentro da minha linda história de vida, pensei muito sobre sonhos e todos eles se voltavam para a formação acadêmica, tendo em vista que faço parte da primeira geração da minha família a atingir o ensino superior. Apesar de ter a certeza do lugar onde eu queria estar, ainda me sentia muito incerta para onde seguir. O curso de psicologia abre muitas portas para diferentes lugares, e nessa imensidão de possibilidades a confusão me alcançou. No entanto, em 2017, no meio a uma bagunça de pensamentos e anotações na minha eterna agenda de possibilidades, uma risada calorosa, grave e intensa, me chamou a atenção para um canto da sala de aula, neste dia o professor Fauston, com uma empolgação contagiante, me apresentou a psicologia escolar. Eu e a PE fomos nos conhecendo aos poucos, nos estranhamos muitas vezes, mas sempre voltávamos a conversar e quando o professor me convidou a participar de uma seleção para ingressar no Núcleo de Pesquisas e Estudos em Desenvolvimento Humano, Psicologia Educacional e Queixa Escolar (PSIQUED) vi uma oportunidade para entender melhor sobre aquilo que me intrigava.

Adentrar no núcleo foi um divisor de águas na minha vida e não consigo agradecer o suficiente ao professor Fauston por essa oportunidade. O PSIQUED foi um lar que me acolheu durante esse percurso tão turbulento que é a graduação. Foi lá onde conheci pessoas maravilhosas que carrego no meu coração, que vivi minhas primeiras experiências como pesquisadora e onde nasceu meu sonho do mestrado.

Ainda na escola, assisti um filme chamado “O Contador de Histórias” que relata a trajetória do Roberto Carlos, um menino, vindo de uma família pobre e periférica, passou por vários conflitos com a lei, experienciou as diversas violências que a sociedade dirigiu a ele, mas que viu na educação uma possibilidade de transformar sua realidade. Esse filme ficou incrustado na minha memória e me despertou vontades, mas que ainda não tinham direção

certa. Essas vontades sempre se apresentaram durante a graduação, qualquer oportunidade de trazer a interface entre educação e ressocialização era tomada, mesmo que de forma não muito estruturada. No entanto, assim que o sonho da pesquisa nasceu eu sabia o que queria fazer, sempre soube e, naquele momento, eu tinha ferramentas e suporte para agarrar essa chance e colocar em prática todas àquelas ideias, que por anos alimentei, mas que não sabia operacionalizar.

Ingressar no mestrado me oportunizou concretizar aquilo que sempre quis, mesmo sem saber. A experiência na pós-graduação me abriu os horizontes para a compreensão da atuação da psicologia, como profissional e produtora de conhecimento. Estudar sobre educação, psicologia escolar e educacional e socioeducação me ajudou a entender como a educação é transformadora e como a psicologia pode e deve potencializar esse fato junto aos socioeducandos. Foi sobre isso que este sonho, em forma de dissertação, foi construído.

Diante de tudo que foi escrito até aqui, um breve resumo, acredite, cara leitora/caro leitor, que perante as inúmeras adversidades até aqui enfrentadas, quero lhes dizer que este trabalho está repleto de amor e esperança. Amor pela pesquisa, pela psicologia e por todos àqueles que fizeram e fazem parte da minha trajetória, e esperança em novos horizontes que nos permitam viver em um mundo onde a equidade, de direitos e acesso, seja o aspecto norteador de um governo justo.

Foi diante disso e com isso que este trabalho foi feito, espero que apreciem tal qual estimei escrever.

Boa leitura!

*19 de Janeiro de 2024, Oeiras-PI
Maria Gabriela do Nascimento Araújo*

SUMÁRIO

1. Introdução	18
1.1 Medidas socioeducativas: reinserção social?.....	19
1.2 Escolarização e socioeducação: um perspectiva histórico-cultural	22
1.3 O diálogo entre a Psicologia Escolar Crítica e as medidas socioeducativas.....	25
1.4 Estruturação do trabalho	27
2. Objetivos	28
2.1 Geral.....	28
2.2 Específicos	28
3. Percurso Metodológico	29
3.1 Pressupostos metodológicos	29
3.2 Contexto do estudo	33
3.1 Caracterização das participantes	35
3.2 Procedimento para apreensão de dados e cuidados éticos	37
3.1 Procedimento para análise dos dados	39
4. Estudo 1 – Entre Lousas e Grades: análise da escolarização de jovens em medidas socioeducativas	44
5. Estudo 2 – Semeando Caminhos: Desafios e Possibilidades de Intervenção da Psicologia Escolar e Educacional nas Unidades Socioeducativas	74
6. Síntese Integradora e Recomendações	106
Referências.....	110
Anexos	117

1. Introdução

A partir da Constituição de 1988, crianças e adolescentes foram reconhecidos como pessoas detentoras de direitos e deveres, garantindo sua proteção integral. Poucos anos depois, a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), entra em vigor seguindo este mesmo pressuposto, destacando e assegurando o processo de escolarização como um direito desses jovens (Brasil, 2019a).

Dessa forma, valendo-se do entendimento de que a educação é o fator primário para a formação do sujeito, o ECA foi constituído a fim de promover, para além da segurança das crianças e adolescentes, a sua construção integral, respeito, dignidade, cultura e, sobretudo, a educação, tendo em vista que esta objetiva o desenvolvimento pleno, preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Apesar disso, há diversos fatores que interferem nesse processo, distanciando crianças e adolescentes da escola, sendo um deles o confronto com a lei (Anjos, 2021; Chizzotti, 2020).

O ECA propõe em seu regimento algumas medidas a serem tomadas junto aos jovens acometidos e suas respectivas infrações, destacando o caráter pedagógico em suas ações, considerando a adolescência uma etapa complexa do desenvolvimento, em que há transformações abruptas nas mais variadas dimensões que os perpassam. Assim, o planejamento e utilização de intervenções que busquem, mais do que uma ação punitiva, a educação cidadã de fato, é considerada como fator primordial no processo de evitação da reincidência de infrações. Dessa forma, a educação se torna um elemento crucial diante deste cenário, considerando seu foco no desenvolvimento psicossocial da pessoa (Almeida & Freitas, 2019; Branco & Gomes, 2020; Brasil, 2019a).

Diante do exposto, o presente estudo pretende identificar as possibilidades de atuação da Psicóloga frente às demandas apresentadas nas unidades de atendimento socioeducativo na sub-região Meio-Norte do Nordeste do Brasil, a fim de pensar como a Psicologia Escolar e

Educacional (PEE) pode contribuir nesse âmbito, tendo em vista seus princípios norteadores que envolvem uma atuação de maneira compartilhada visando o enfrentamento das demandas, analisando as diversas perspectivas que o contexto possui, buscando a promoção de uma educação de qualidade, democratização e valorização do ensino (Souza, 2009).

Dessa forma, o estudo apresenta relevância social e acadêmica, considerando a expansão da Psicologia Escolar e Educacional como área científica e sua aplicação em um novo contexto que é marcado por preconceitos e exclusão. Para além disso, as contribuições resultantes desta pesquisa poderão auxiliar no desenvolvimento de novas formas de intervenção, propiciando também benefícios para as próprias instituições socioeducativas e àqueles que utilizam de seus serviços.

1.1 Medidas socioeducativas: reinserção social?

As medidas socioeducativas (MSE) são uma política pública, diferentemente do Código Penal. É necessário realizar essa diferenciação considerando os diversos desentendimentos com relação às suas funções. O Código Penal trata-se de um conjunto de leis que determinam punições a serem aplicadas àqueles que cometem certas contravenções penais, enquanto a socioeducação são determinações judiciais, de caráter pedagógico, destinadas ao adolescente que comete ato infracional com o intuito de auxiliar na sua (re)educação e (re)inserção social (Figueira, 2016; Rosa et al., 2019).

Segundo o artigo 112 do ECA, as medidas socioeducativas são categorizadas e aplicadas conforme a gravidade do delito cometido, sendo elas: I) advertência; II) obrigação de reparar o dano; III) prestação de serviços à comunidade; IV) liberdade assistida; V) inserção em regime de semiliberdade; e VI) internação em estabelecimento educacional (Brasil, 2019a).

É de responsabilidade do Estado o manejo das medidas, desde a decisão judicial à aplicação e monitoramento do jovem. Para isso, foi criado, em 2004, o Sistema Nacional de

Atendimento Socioeducativo-SINASE, destinado a regulamentar o atendimento ao adolescente que cometeu alguma infração, sustentando-se nos princípios dos direitos humanos. Essa iniciativa tem como principal função dispor a oferta de vagas nos programas de atendimento, mediando recursos, acordos e contratos com instituições educativas públicas ou privadas sem fins lucrativos (Brasil, 2006).

As medidas podem ser cumpridas em liberdade ou através da internação em instituições especializadas. Para isso, são necessários dispositivos que acompanhem esses jovens a fim de prestar apoio e promover o desenvolvimento. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) oferece o serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos (PAEFI) que tem como objetivo orientar e acompanhar jovens que se encontram em situação de violação de direitos e/ou vulnerabilidade para assim, com auxílio das políticas públicas e outros dispositivos, promover uma mudança de realidade, fortalecendo vínculos com o sistema, família e comunidade (Andrade, 2022).

À vista disso, o CREAS assiste os jovens que estão cumprindo medidas socioeducativas em Liberdade Assistida (LA) e àqueles que encontram-se em Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), oferecendo atenção socioassistencial. O jovem em LA é encaminhado ao CREAS pela Vara de Infância e Juventude ou pela Vara Civil, onde será realizado o acompanhamento com uma equipe especializada (Psicóloga, Assistente Social, Educador/a Físico, profissionais da saúde e educação). Essa categoria da medida presume uma certa restrição de direitos, por isso requer uma assistência sistemática, no entanto, não institui o afastamento para com a família nem a comunidade. Já a PSC é operacionalizada a partir da realização gratuita de serviços junto às próprias instituições sociais e de acordo com as habilidades e aptidões do jovem, podendo servir a hospitais, escolas e outros programas comunitários (Brasil, 2006).

As medidas de internação são direcionadas aos jovens que cometeram infrações graves ou em situações de reincidência. Segundo o artigo 121 do ECA, a privação de liberdade pode variar de 6 meses até 3 anos, onde a cada semestre o jovem deve passar por uma avaliação. A internação é realizada em Centros de Socioeducação preparados arquitetônica e sociopedagogicamente. As instituições devem possibilitar a separação dos jovens de acordo com a idade e gravidade das infrações cometidas, além de promover o desenvolvimento social e psicopedagógico dos mesmos através do atendimento especializado junto à equipe (Brasil, 2019a).

É dito, em sua constituição, que as medidas socioeducativas têm como objetivo a reinclusão social do adolescente de maneira ágil, com enfoque no desenvolvimento do seu senso crítico de responsabilidade individual e coletiva. É oportuno destacar para quem são destinadas essas medidas. Dentre os mais de 26 mil adolescentes atendidos pelo SINASE no ano de 2017, 40% dos jovens incluídos no sistema são considerados pardo/preto, 23% de cor branca, 0,8% de cor amarela e 0,2% da raça indígena e 36% dos adolescentes e jovens não tiveram registro quanto à sua cor ou raça, sendo classificados na categoria não especificado (Brasil, 2019b).

Este dado só ressalta mais uma das mais diversas violências sofridas pelo povo preto no Brasil. A seletividade de abordagem, de condenação e exclusão social evidencia o questionamento do uso da terminologia ‘reinserção social’, tendo em vista que tais adolescentes marginalizados, constantemente vulnerados, nunca sequer foram considerados como parte da sociedade (Brasil, 2006, 2019b; Moraes & Ferreira, 2019).

Portanto, ao tratar da operacionalização das medidas socioeducativas e seus objetivos é necessário a análise acerca para quem estão sendo destinadas. Os inúmeros discursos de líderes governamentais que desmerecem, invalidam e anulam a efetividade da socioeducação em defesa da redução da maioria penal, justificado pela busca de um país mais seguro,

causaram grande alvoroço na sociedade brasileira. No entanto, enclausurar o adolescente, em pleno desenvolvimento cognitivo, moral e ético, pode tornar-se uma verdadeira condenação, não só para ele, mas para toda a sociedade, que, em um outro cenário, através de intervenções alternativas, pudesse tornar-se um cidadão regado de direitos, ativo e contribuinte para esse meio social.

Para isso, é necessário um entendimento contextual acerca do jovem em medida e de seu processo de escolarização, além de como tal aspecto pode afetar diretamente na (não) reincidência criminal. Assim, considerando uma perspectiva sócio, histórico e cultural, a compreensão dos fenômenos pode ser demonstrada de forma mais holística.

1.2 Escolarização e socioeducação: um perspectiva histórico-cultural

De acordo com Vygotsky, a partir de uma perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, o processo educativo é uma experiência histórico-social, que tem como principal mediador o uso de instrumentos e signos produzidos pelo homem, tendo sua visão de sujeito como um ser histórico, construído e aperfeiçoado através das relações sociais. Dessa forma, a inserção desses jovens no meio escolar demonstra ser um componente essencial no desempenho das medidas socioeducativas, tendo em vista que esse âmbito se caracteriza por ser um espaço de desenvolvimento e formação, marcado por inúmeros processos singulares de caráter pessoal e grupal (Kassar, 2016; Vygotsky, 1999).

Embora existam inúmeros estudos que comprovem esta compreensão, bem como o governo brasileiro possuir políticas públicas que garantem assegurar a frequência desses jovens na escola, tais funcionalidades não refletem nos dados obtidos pelo Ministério da Educação, que revelam altas taxas de distorção idade-série, reprovação e evasão escolar, ainda mais agravados diante da pandemia de Covid-19 (INEP, 2021; Brasil, 2019b).

Valendo-se dos cenários de violência e discriminação presentes nesses espaços, determinados pesquisadores da Psicologia Escolar (PE) têm buscado analisar, com base em

uma perspectiva crítica, os processos de exclusão presentes nas práticas daqueles que formam o corpo escolar, bem como das próprias instituições e que podem ser aplicados ao contexto do presente estudo. Patto (1999), em um de seus trabalhos acerca dos determinantes histórico-culturais do processo educacional, concluiu que a própria escola é um dos responsáveis pelo fracasso escolar. A autora ainda pontua três das principais causas desse fenômeno dentro desses contextos de vulnerabilidade, sendo elas: as condições de vida do estudante, a dissonância entre as práticas da escola e a realidade dos alunos, a ignorância e falta de sensibilidade por parte dos docentes (Negreiros, Barros & Carvalho, 2020; Negreiros, Silva, Sousa, & Santos, 2017; Zibetti, Pacífico & Tamboril, 2018).

Vale ressaltar que o fracasso escolar é multifacetado e de acordo com a abordagem Histórico-Cultural, um ambiente no qual as relações sociais são constituídas e constituem o meio, é fato que o fracasso escolar é responsabilidade de todos os envolvidos no processo educacional. Com isso, as práticas discriminatórias e excludentes ainda persistem nesse sistema, reproduzindo perseguições, preconceitos e repressão para com os alunos que fogem do padrão desejado pela escola, a título de exemplo, os jovens em medidas socioeducativas. No entanto, dentro desses contextos tem-se a Psicologia Escolar e Educacional, que fundamentada nos preceitos da abordagem Histórico-Cultural, busca o enfrentamento destas adversidades, a partir da compreensão dos fenômenos que atravessam a escolarização, além do reconhecimento das desigualdades como fator determinante no ensino-aprendizagem (Negreiros et al., 2017).

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) explana no manual publicado sobre as diretrizes de atuação de psicólogas na educação, que é de fundamental importância que a psicóloga escolar conheça o processo de escolarização e suas influências para que assim possa elaborar intervenções, de caráter multiprofissional, que visem a melhora da qualidade do processo de ensino-aprendizagem (CFP, 2021).

Em meio às tentativas de distanciar-se das significações individualizantes, algumas abordagens da psicologia passaram a atrair uma perspectiva relacional, onde a natureza, história, cultura, contexto e relações, não somente fazem parte do desenvolvimento, mas constroem a trajetória do sujeito. Leontiev (2004) já dizia que o homem nasce candidato a ser humano, mas somente se constituirá com um humano a partir do momento em que se apropria da cultura produzida pelo próprio homem. Dessa forma, passa-se a entender que o desenvolvimento é um processo histórico, cultural e social, revelando a importância da educação como ferramenta primordial para construção de si mesmo e do outro. Essa perspectiva mantém-se intimamente ligada à socioeducação, visto que as medidas se desdobram e objetivam o desenvolvimento completo dos jovens (Bisinoto et al., 2015; Pedreira & Urt, 2015).

Afirmar que o processo educativo é histórico e cultural é compreender que a aprendizagem foge do chão da escola e se apresenta em qualquer lugar. Educação é social e o social é educativo. Dessa forma, ao pensar no sistema socioeducativo, pode-se perceber que esse ambiente possui potencial de mudança ao passo que deve ser composto por uma equipe preparada para promover e facilitar transformações ao adolescente, permitindo ao jovem vivenciar novas experiências, saborear um outro cenário e apreender uma nova realidade. (Rodrigues & Oliveira, 2016; Schonardie, 2014).

Apesar disso, a depender de como o sistema é operacionalizado, também pode apresentar riscos. Miranda e Paiva (2023) demonstram essa realidade em seu estudo afirmando que quando esses jovens chegam as unidades socioeducativas e deparam-se com a falta de liberdade e a despersonalização gerada pelo sistema, os adolescentes saem em busca de algo, de pertencimento e as facções criminosas, que ao longo dos anos vem crescendo exponencialmente nesse ambiente, são as primeiras a ‘abrirem suas portas’.

A grande maioria dos jovens em cumprimento de medidas são advindos de um contexto vulnerável, pobre e violento, e com a trajetória marcada pela carreira infracional, ao deparar-se com o discurso das facções de coletivo, promessas de segurança e retorno financeiro, veem então uma oportunidade (Rodrigues, 2020; Rodrigues et al., 2020; E. Silva, 2020).

Dessa forma, assumir a teoria Histórico-Cultural como base para pensar e refletir acerca da socioeducação, proporciona compreender que o processo de socialização é a matriz do desenvolvimento, pois esta encontra-se presente durante toda a vida, se transforma, acompanhando o próprio crescimento do sujeito, e mantém-se em constante construção. Com isso, é possível compreender como as relações desenvolvidas dentro do próprio sistema são essenciais para saber qual caminho será tomado.

Trazer a Psicologia Histórico-Cultural e usá-la como uma lente a fim de compreender as medidas socioeducativas é resgatar a socioeducação dentro das medidas e acreditar em seu potencial de mudança. A partir do momento em que a educação é vista como um processo sociocultural, que constitui e transforma o sujeito, pode-se conceber a ideia de avanço político, econômico e social em qualquer sociedade.

Por isso é essencial realizar um resgate e análise acerca de como a psicologia têm atuado diante as medidas, a fim de efetuar um reconhecimento do que está sendo produzido e promover reflexões que proporcionem novos caminhos.

1.3 O diálogo entre a Psicologia Escolar Crítica e as medidas socioeducativas

Na última pesquisa realizada pelo Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) acerca da atuação de psicólogas junto às medidas socioeducativas de internação, revelou que, em sua maioria, as práticas consistiam na elaboração de avaliações e relatórios, atendimento psicológico com o jovem, a família e os funcionários, estudos de caso com outros profissionais, organizações de oficinas coletivas e a

construção de um Plano Individual de Atendimento (PIA). Essas ações evidenciam ainda mais a falta de ‘socioeducação’ dentro das medidas socioeducativas e destaca o distanciamento entre a escola e as unidades que têm se intensificado ao longo dos anos, um fator preocupante que está sendo esquecido, assim como a população que necessita desse sistema (Jacinto et al., 2020).

Partindo dessas compreensões, entende-se que o ensino dentro das medidas socioeducativas demanda alternativas distintas. O reconhecimento e sentimento de pertença é essencial dentro do processo de escolarização, especialmente nesses casos, dessa forma, a aplicação de uma educação formal e tradicional pode não ser a alternativa mais eficaz dentro desse contexto. Assim sendo, faz-se necessário a abordagem de aspectos multiculturais, destacando a essência da representatividade e pertencimento identitário como guia de intervenções e práticas pedagógicas que ressaltam a expressão de singularidades e promova o processo de ressignificação de valores (Jacinto et al., 2020).

Para isso, tem-se a Psicologia Escolar Crítica, esta possui alguns princípios norteadores que incluem a atuação de maneira compartilhada visando o enfrentamento das demandas, analisando as diversas perspectivas que o âmbito possui, buscando sempre a promoção de uma educação de qualidade, democratização e valorização do ensino. Por conseguinte, conclui-se que a integração deste profissional no espaço educacional é de fundamental importância para a formação de uma educação em uma perspectiva contextual e crítica (Souza, 2009).

A atuação da psicóloga escolar não se delimita ao chão da escola, é de competência desse profissional atuar e lutar pela educação, seja em creches, universidades, na avaliação de políticas públicas educativas, e/ou unidades de medidas socioeducativas (Araújo, Carvalho, & Negreiros, 2021; Meira, 2000; Tanamachi, 2000).

Portanto, com base no que foi exposto, explanando as diversas faces e dificuldades apresentadas nas instituições socioeducativas com relação ao sistema educacional, o presente estudo traz como objetivo explorar as demandas presentes nessas instituições, a fim de realizar um levantamento, e com base nos referenciais técnicos de atuação da Psicologia Escolar e Educacional, analisar as possibilidades de ação desse profissional neste âmbito, visando uma democratização e qualidade da educação para esses jovens.

1.4 Estruturação do trabalho

A dissertação está estruturada em 6 capítulos. O primeiro aborda a introdução e o referencial teórico, explorando a definição, historicidade e operacionalização das medidas socioeducativas. Nessa seção, são apresentadas perspectivas da teoria Histórico-Cultural e da Psicologia Escolar e Educacional sobre a escolarização e a socioeducação como processo.

O segundo capítulo apresenta os objetivos da pesquisa, incluindo o objetivo geral e os específicos. O terceiro capítulo aborda o percurso metodológico, descrevendo os pressupostos teórico-metodológicos da abordagem Histórico-Cultural utilizada no estudo, bem como o contexto, caracterização das participantes, aspectos éticos e procedimentos para coleta e análise de dados.

Os capítulos quatro e cinco são dedicados aos estudos. O quarto analisa a experiência de escolarização dos jovens em medidas, a partir dos sentidos atribuídos pelas psicólogas. O quinto apresenta um levantamento das principais demandas nas unidades de atendimento socioeducativo na sub-região Meio-Norte, investigando as possibilidades de intervenção da psicóloga.

O sexto e último capítulo é destinado à síntese integradora e recomendações, expondo os principais dados e reflexões obtidas durante a pesquisa. Além disso, a dissertação inclui seções de referências e anexos ao final.

2. Objetivos

2.1 Geral

- Identificar as possibilidades de atuação da psicóloga frente às demandas apresentadas nas unidades de atendimento socioeducativo na sub-região Meio-Norte do Nordeste do Brasil.

2.2 Específicos

- Realizar um levantamento das principais demandas presentes nas unidades de atendimento socioeducativo na sub-região Meio-Norte nordestina;
- Compreender os sentidos atribuídos por psicólogas à escolarização de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, partindo de uma caracterização e historicidade dos usuários;
- Investigar as possibilidades de intervenção em que a psicóloga pode atuar junto às medidas socioeducativas, baseando-se nos referenciais teóricos e técnicos da Psicologia Escolar e Educacional.

3. Percurso Metodológico

Este capítulo tem como propósito apresentar o percurso metodológico utilizado durante a construção da presente dissertação. Para isso, inicialmente será discorrido acerca dos pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural, fundamentada no materialismo histórico-dialético, pressupostos estes que servem de guia para a dissertação. A seguir, o capítulo apresentará o contexto em que a pesquisa foi efetuada, a caracterização sociodemográfica das participantes, os cuidados e aspectos éticos, bem como também expõe os procedimentos utilizados para a apreensão e análise dos dados coletados.

3.1 Pressupostos metodológicos

O presente estudo constituiu-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo exploratória e descritiva. Segundo Gil (2008), esse tipo de investigação busca analisar e descrever certos fenômenos e como estes influenciam diferentes populações e contextos, atendo-se, principalmente, ao processo. Tendo em foco o objetivo da pesquisa, esse método permite a pesquisadora investigar, analisar e descrever os fenômenos e características que envolvem as unidades de atendimento socioeducativo e seus profissionais atuantes. Dessa forma, dentro dessa perspectiva, o presente estudo, busca analisar como as demandas detectadas dentro do contexto das unidades de socioatendimento são percebidas e atendidas pelas psicólogas atuantes, seus impactos para com a instituição e seu corpo profissional, bem como examinar os processos de escolarização acompanhados pelas instituições.

Ainda nessa perspectiva acerca dos fenômenos que envolvem as unidades de atendimento socioeducativo, destacando os processos de escolarização, é oportuno enfatizar que dentre as diversas abordagens teóricas, a presente pesquisa utilizará a Psicologia Histórico-Cultural, que é fundamentada no materialismo histórico-dialético, como guia para o entendimento dos fenômenos e análise dos dados obtidos. A utilização da abordagem teórico-metodológica da Psicologia Histórico-Cultural é essencial para o estudo, tendo em vista que

esta permite a compreensão dos seres a partir dos seus processos de mudanças, sendo que eles afetam e são afetados pelo contexto sócio-espacial (Vygotsky, 2008).

Deste modo, assim como Fonseca e Negreiros (2019) apontam, para a realização de uma pesquisa fundamentada no método Histórico-Cultural de Vygotsky é essencial a descrição dos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, baseada no materialismo histórico-dialético e nos estudos marxistas sobre homem, história e conhecimento e que se centram no movimento dialético entre singularidade-particularidade-universalidade.

A Psicologia Histórico-Cultural teve seu berço durante a época, intitulada por Vygotsky como, “Crise da Psicologia”. No decorrer desse período, havia três correntes de pensamento que dominavam os estudos científicos acerca do desenvolvimento e da subjetividade. A primeira abordagem, chamada de introspeccionista, dedicava-se a descrição dos fenômenos de consciência através da análise dos elementos que a constituem, a abordagem Gestaltista ia contra as proposições ideais da linha introspeccionista e abordava seus estudos com um olhar holístico sobre os fenômenos psíquicos, e a funcionalista que defendia que os estudos do psiquismo deveriam ser analisados como comportamentos isolados, observáveis, mensuráveis e capazes de serem controlados (Melo et al., 2020).

A partir dessas abordagens, Vygotsky teceu suas críticas, e assim propôs um novo olhar acerca dos fenômenos psicológicos. Utilizando o materialismo histórico-dialético como base fundamental ao construir sua abordagem teórico-metodológica, Vygotsky trouxe o olhar para o ser humano como um sujeito dotado de história e capaz de produzir aprendizado e cultura, tendo como principal mecanismo mediador, a linguagem. O ser humano forma e é formado a partir das relações sociais e é por isso que o autor abordou e propôs esse novo olhar a partir da observação de que esse sujeito é formado através de um processo dialético, em que ele constitui e é constituído pelo meio ao mesmo tempo (Melo et al., 2020; Nunes & Silveira, 2009; Vygotsky, 1999).

De acordo com Marx, a dialética diz respeito ao processo de autoconstrução do sujeito através de sua relação com o ambiente. Assim, a concepção do materialismo, da história e da dialética advém da compreensão de que no momento da produção social da existência do homem, as relações são realizadas e desenvolvidas, independentemente do querer desse ser. Dessa forma, para Marx, a consciência não define o sujeito, é o ser social que define a consciência (Martins & Lavoura, 2018).

A partir dessa perspectiva, pode-se compreender que as participantes da pesquisa têm um papel ativo durante o estudo. Ativo no sentido de que estas podem apreender a essência dos fenômenos que os circundam, nas suas mais diversas estruturas e dinâmicas.

Assim como na dialética de Marx, Vygotsky resgata e traduz em seu método o movimento da apreensão do real imediato ou abstrato, ou seja, àquela compreensão inicial acerca de um fenômeno, podendo apresentar-se de maneira desordenada e confusa, e durante o processo de abstração esta transforma-se em objeto de análise e sucede a apreensão do concreto (Fonseca, 2018; Fonseca & Negreiros, 2019).

Desta maneira, entende-se que na abordagem de Vygotsky, não há uma decomposição dos dados em elementos, no método Histórico-Cultural são construídas unidades de análise para que as características e propriedades dos dados não percam a essência inerente ao todo e também àquele objeto a ser estudado. Neste sentido, Vygotsky apresentou três princípios característicos e formadores do seu método de investigação: a) a análise de processos ao invés da análise de objetos; b) a explicação do fenômeno ao invés de sua descrição; e c) o problema do comportamento fossilizado (Pasqualini & Martins, 2015; Vygotsky, 2008, 2009).

O primeiro princípio diz respeito a exploração da história do processo que envolve a pesquisa em oposição somente a análise paralela dos objetos, tendo em vista que o processo, com todo o seu contexto, é essencial para pesquisa em psicologia, pois permite uma ampla

compreensão dos fenômenos implicados. Seguindo esse entendimento, o segundo princípio aborda a importância de explicar tais fenômenos envolvidos em oposição a somente descrevê-los, tal princípio segue a lógica da dialética de que o verdadeiro significado dos conceitos está nas qualidades internas não somente nos aspectos aparentes. O terceiro e último princípio diz respeito ao que Vygotsky denominou de problema do “comportamento fossilizado”, onde ele aponta que ao não contextualizar de forma crítica o objeto e/ou fenômenos estudados, há uma tendência a petrificar e engessar os comportamentos. (Bernardes, 2010; Vygotsky, 2009; Zanella et al., 2007).

Ainda dentro da perspectiva Histórico-Cultural, faz-se necessário apresentar a compreensão acerca do movimento dialético singularidade-particularidade-universalidade descrito por Lukács (1967). A priori é imprescindível compreender que “a singularidade se constrói na universalidade e, ao mesmo tempo e do mesmo modo, como a universalidade se concretiza na singularidade tendo a particularidade como mediação” (Pasqualini & Martins, 2015, p. 363-364). A singularidade remete ao processo de apreensão abstrata, sendo as características exteriores e perceptíveis do fenômeno. A particularidade é a mediação entre singular e universal, onde há os condicionantes históricos, geográficos, sociais, políticos, educacionais e culturais. A universalidade refere-se ao fenômeno em toda sua complexidade diante seu contexto original de pesquisa (Fonseca & Negreiros, 2019).

Nesse sentido, aplicando tais concepções e sistematizações na realidade do presente estudo, a dialética pode ser visualizada na figura 01 a seguir.



Figura 01. Dialética singularidade-particularidade-universalidade na realidade do estudo.

A partir dessa problemática diante do estudo de um objeto tão complexo como o ser humano, Vygotsky propôs esse método de pesquisa que estuda e integra o contexto histórico e cultural do sujeito e assiste a pesquisadores lançarem um novo olhar sobre os fenômenos do psiquismo. Dessa forma, utilizando como referência a sistematização elaborada por Fonseca e Negreiros (2019), a seguir serão apresentados o contexto da pesquisa, as participantes, aspectos éticos, apreensão de dados e os procedimentos analíticos.

3.2 Contexto do estudo



Fonte: Eco Nordeste

Figura 02. Sub-regiões do Nordeste brasileiro

A pesquisa foi realizada nas unidades de atendimento socioeducativo na sub-região Meio-Norte brasileira, localizada no Nordeste e compreende o estado do Maranhão e Piauí.

A região Nordeste é formada por nove estados e apresenta a maior quantidade de unidades federativas do país. Ela encontra-se dividida em 4 sub-regiões, assim como mostra a figura 02, sendo elas Zona da Mata, Agreste, Sertão e Meio-Norte. A região Meio-Norte compreende todo o estado do Maranhão e grande parte do estado do Piauí. Dentre as principais cidades que compõem essa sub-região, pode-se citar São Luís (capital do Maranhão), Teresina (capital do Piauí), Imperatriz (MA), São José de Ribamar (MA), Parnaíba (PI) e Timon (MA).

O Meio-Norte brasileiro corresponde a 27% do território nordestino e é caracterizado por ser uma área de transição entre as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte do Brasil. Por tratar-se de uma zona de transição, essa região tem o clima e vegetação diversificado, variando entre cerrado, floresta amazônica e caatinga (Garcia, 2017).

É oportuno mencionar os índices educacionais e o Índice De Desenvolvimento Humano (IDH) da região, tendo em vista o objeto de estudo. Segundo o relatório de desenvolvimento humano do ano de 2021/2022, o Brasil apresentou 0,754 na escala, caindo três posições no ranking de IDH mundial, onde passou de 83º para 87º lugar. Ao tratar-se do IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), o Piauí alcançou a 24ª posição, enquanto o Maranhão ficou em penúltimo lugar, 26ª. De acordo com os dados do Instituto Semesp (Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação) do ano de 2021, o Nordeste é a região do Brasil com a menor taxa de escolarização, tendo somente 2 estados que ultrapassam a média nacional, a Paraíba e o Piauí. A média nacional da taxa de escolarização mínima é de 18,1%, o Piauí possui uma taxa de 20,8%, já o estado do Maranhão apresentou a menor taxa do país, com 11,1%. Para tanto, a partir dos dados apresentados, justifica-se a escolha da região Meio-Norte como localidade para realização do estudo, tendo em vista os contrastes entre os dois estados com relação aos índices de escolarização e deles com as demais regiões do país.

De acordo com o ECA, a aplicação das medidas socioeducativas pode ser cumprida em liberdade, regime aberto, ou sob a privação de liberdade através da internação, variando a partir da determinação judicial designada a infração cometida. As medidas a serem cumpridas sob a privação de liberdade são operacionalizadas junto aos Centros de Internação, já as de meio aberto são acompanhadas pelos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Com relação às unidades socioeducativas, de acordo com o SINASE, o estado do Maranhão possui 12 unidades: 1 Núcleo de Atendimento Inicial (São Luís), 3 Unidades de Internação Provisória masculina (São Luís, Imperatriz e Timon), 4 de Internação Masculina, sendo 1 em São Luís e as demais nos municípios de Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Imperatriz); 1 Unidade para o público feminino (São Luís) com atendimento inicial, internação provisória e internação definitiva e 3 Unidades de Semiliberdade, 1 em Imperatriz, 1 em Timon e outra está sendo reestruturada para atender ao Programa Socioeducativo de Semiliberdade de São Luís. Ainda de acordo com o levantamento feito pelo SINASE, há 15 psicólogas atuando dentro dessas 12 unidades espalhadas pelo estado do Maranhão.

No Piauí, atualmente há 7 unidades socioeducativas distribuídas entre os municípios de Parnaíba (1), Teresina (5) e Picos (1). As instituições são divididas entre centro de internação e programas de semiliberdade. Com relação às gerências de internação há o Centro Educacional Masculino (CEM), Centro Educacional Feminino (CEF) e o Centro de Internação Provisória (CEIP). Os programas de semiliberdade são os Complexos de Defesa da Cidadania (CDC) de Teresina, Picos e Parnaíba. Dentre os profissionais atuantes nestas unidades, há 11 psicólogas nas instituições.

3.3 Caracterização das participantes

O estudo contou com a participação 20 de psicólogas atuantes em unidades de atendimento socioeducativo na sub-região Meio-Norte do Nordeste do país, sendo 16 do sexo

feminino (80%) e 4 do sexo masculino (20%). De acordo com o último levantamento do CFP, o CensoPsi 2022, a psicologia brasileira, no quesito profissão, é majoritariamente feminina, correspondendo a 79,2% das profissionais, o que foi de encontro aos dados obtidos durante a pesquisa. Por conseguinte, devido ao fato de que as mulheres compreenderam a maior parte das participantes, o estudo empregará terminologias femininas a fim de se referir às participantes da pesquisa (CFP, 2022).

Quanto aos critérios de inclusão, participaram da pesquisa psicólogas que atuam em instituições públicas de cumprimento de medidas socioeducativas na sub-região Meio-Norte do Nordeste. Como critério de exclusão, foram eliminadas as participantes que não deram retorno quanto ao convite de participação na pesquisa e àquelas que, mesmo concordando com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE, não deram seguimento ao processo de resposta ao questionário.

A região Meio-Norte, constituída pelo Maranhão e Piauí, apresentou a quantidade equivalente de participantes, tendo 10 psicólogas representando cada estado. As cidades de atuação das psicólogas no Piauí incluíram, Parnaíba (3), Teresina (4), Oeiras (2) e Piri-piri (1). Já no estado do Maranhão, as cidades citadas foram Caxias (1), Governador Eugênio Barros (1), São José de Ribamar (1), Imperatriz (3), Timon (2) e São Luís (2).

As instituições que mais apresentaram profissionais foram os Centros de Internação (7), seguido pelos CREAS (6). Os centros de medidas provisórias (3) e de semiliberdade (2) também foram relatados pelas participantes. Além destes, juntamente com as instituições anteriores, o Centro de Referência em Assistência Social – CRAS (2) foi citado como ambiente de atuação.

Com relação aos aspectos sociodemográficos foi constatado pelo presente estudo que a média de idade entre as participantes foi de 34 anos, variando entre 25 e 60 anos. A pesquisa realizada pelo conselho também revelou que a psicologia está sendo representada,

predominantemente, por uma categoria jovem, tendo em vista que 50% das psicólogas têm até 39 anos de idade (CFP, 2022). O tempo médio de formação foi de 9 anos, e quanto ao tempo médio de atuação na respectiva unidade de atendimento socioeducativo, este foi de 6 anos.

Quanto a raça das participantes, 9 delas afirmaram que se autoidentificam como pardas, 7 como brancas e 4 como pessoas pretas. Tendo a inserção de psicólogas pretas e pardas identificadas como maioria no sistema socioeducativo nessa pesquisa é possível levantar uma questão. A psicologia, no Brasil, é uma profissão predominantemente branca (64%), no entanto ao se tratar de um sistema esquecido, excludente e vulnerado, a maioria das profissionais se encontram nesse grupo racial que sofrem violências diárias. Aqui a atuação profissional dessas psicólogas pode levantar o questionamento sobre o motivo de trabalharem nessas instituições. Seria o próprio sistema excluindo mais uma vez as pretas e pardas ou a identificação, por parte das profissionais, para com os jovens que são atendidos e sofrem as desigualdades diariamente na pele? (CFP, 2022).

3.4 Procedimento para apreensão de dados e cuidados éticos

Assim como consta nas resoluções 466/12 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde e seguindo os preceitos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa no ofício circular nº 2 de 2021, que diz respeito aos procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual, o presente estudo foi construído e seguidamente submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) para avaliação de relevância e aspectos éticos. Baseando-se nisso, o CEP avaliou e deu um parecer favorável a efetivação da pesquisa sob os números: CAAE: 66239022.0.0000.5214 e Número do Parecer: 5.861.642.

Os procedimentos de coleta envolveram a solicitação e utilização do Termo de Anuência, a fim de adquirir o assentimento para a realização da pesquisa. Seguidamente, as psicólogas foram contatadas de forma *on-line*, via redes sociais e e-mail, com o intuito de

elucidar todo o processo da pesquisa, incluindo seus objetivos, os riscos e o TCLE que garante o caráter voluntário, anonimato e a possibilidade de desistência a qualquer momento, sem que haja danos ou prejuízos, preservando os aspectos éticos da pesquisa.

No Piauí, o contato com as participantes se deu de forma direta com as psicólogas. O método *snowball* foi utilizado, onde as participantes iniciais indicaram novas participantes, e assim, sucessivamente, até contemplar um número significativo de discursos (Baldin & Munhoz, 2011).

Já no Maranhão, esse contato foi mediado pela Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC). A FUNAC é um órgão vinculado à Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular, e tem como objetivo a produção de estudos e pesquisas acerca da realidade dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, além de ser responsável pela formulação e operacionalização de planos e políticas para esses jovens. Assim, apesar do contato inicial ter sido realizado com uma unidade específica, foi efetuada a transferência para este setor, onde foram solicitadas informações sobre os pesquisadores, junto ao projeto de pesquisa e seus objetivos. Após a aprovação, por parte da fundação, foram disponibilizados os contatos referentes a todas as unidades socioeducativas do Estado, e, assim, seguiu-se com o contato e realização do convite de participação.

Após a apresentação do TCLE, os dados foram coletados entre o período de maio a novembro de 2023, de forma online, através do formulário criado a partir da ferramenta do *Google Docs*, onde foram enviadas as psicólogas através das mídias sociais e/ou e-mail.

O questionário da presente pesquisa contém 12 perguntas acerca dos aspectos sociodemográficos, para caracterização da amostra e perguntas relacionadas ao objeto do estudo. Quanto às questões sociodemográficas, foram investigados: idade; sexo; raça; tempo de formação; instituição em que trabalha; tempo atuação no cargo exercido. Acerca das perguntas sobre do objeto do estudo, contou com as seguintes questões: *Qual o público-alvo*

das suas práticas junto as medidas socioeducativas?; Quais as demandas mais frequentes atendidas pela unidade?; Quais as suas principais práticas dentro da unidade socioeducativa?; Possui experiência na interface Psicologia e Educação?; Qual a relação existente entre seu trabalho junto as medidas socioeducativas e a educação?; Como você acha que os conhecimentos que envolvem a interface Psicologia e Educação colaboram e/ou podem colaborar com a sua prática profissional?. O estudo também dispôs de um TCLE com o intuito de garantir aos participantes o anonimato, o caráter voluntário e a possibilidade de desistência a qualquer momento sem que haja danos ou prejuízos.

3.5 Procedimento para análise dos dados

Os dados da presente pesquisa foram analisados a partir da perspectiva epistemológica e do método da Psicologia Histórico-Cultural, partindo do princípio de que se realizou, para além da descrição de um fenômeno em um determinado contexto, também foram expostas a explicação para tais fenômenos descritos, assim como seus processo de desenvolvimento e sua relação com os contextos na qual estão inseridos.

A Teoria Histórico-Cultural descrita por Vygotsky (1999), dispõe acerca da importância de análise dos processos pelos quais perpassam em sua totalidade. Dessa forma, a partir de um vislumbre da aparência de certo fenômeno, evidencia sua essência através da explicação, levando em conta a complexidade dos contextos no qual tal fenômeno é constituído e desenvolvido. Desse modo, a processualidade e totalidade do fenômeno estudado, as demandas e atuações de psicólogas em unidades de atendimento socioeducativo, é revelada por meio da dialética singularidade-particularidade-universalidade (Bernardes, 2010; Fonseca, 2018; Fonseca & Negreiros, 2019; Vygotsky, 2009).

Dessa forma, em resumo, entende-se que a singularidade é a demonstração imediata do fenômeno, a particularidade é o intermédio entre o singular e o universal, e a

universalidade é a demonstração do fenômeno em sua complexidade (Fonseca & Negreiros, 2019; Martins & Eidt, 2010).

Nessa perspectiva, retomando a realidade do estudo, assim como demonstrado na figura 01, pode-se visualizar como as unidades de análise estão organizadas. A singularidade é caracterizada pela atuação das psicólogas atuantes em cada instituição socioeducativa, tendo em vista que estas seriam a demonstração inicial do fenômeno, a particularidade, entendida como a mediação entre o singular e o universal, caracteriza-se como os condicionantes históricos, geográficos, sociais, políticos, educacionais e culturais relacionados às instituições de socioatendimento, já a universalidade é revelada como a atuação das psicólogas junto às medidas socioeducativas, considerando que esta refere-se a compreensão de fenômenos em sua totalidade.

Partindo desta organização das unidades, a análise dos dados seguiu o delineamento metodológico explorado por Fonseca e Negreiros (2019) acerca dos procedimentos analíticos, além de inspirar-se nos estudos de Asbahr (2011), Fonseca (2018), Rocha (2022) e Oliveira (2019).



Figura 03. Procedimentos de análise dos dados da pesquisa

No método da Psicologia Histórico-Cultural o procedimento de análise dos dados já inicia-se durante a apreensão do real imediato, onde prontamente revela a aparência e característica iniciais do fenômeno, sendo seguida pela descrição empírica dos dados, no qual estes foram organizados em categorias descritivas de acordo com a frequência em que surgiram e, continuamente foi realizada a descrição teórica a fim de classificar os dados em eixos analíticos através de uma articulação empírica e teórica revelando para além da

aparência do fenômeno. Posteriormente, foi realizada a definição da unidade de análise central do objeto de pesquisa e, por fim, o retorno à realidade dos dados com o intuito de explicá-la (Fonseca & Negreiros, 2019; Lukács, 1967; Vygotsky, 2009).

Desta maneira, os capítulos a seguir apresentarão e discutirão os dados coletados, organizado em dois estudos distintos. Assim como demonstra a figura 04, pode-se visualizar o objetivo geral da dissertação, dos estudos e seus respectivos títulos.

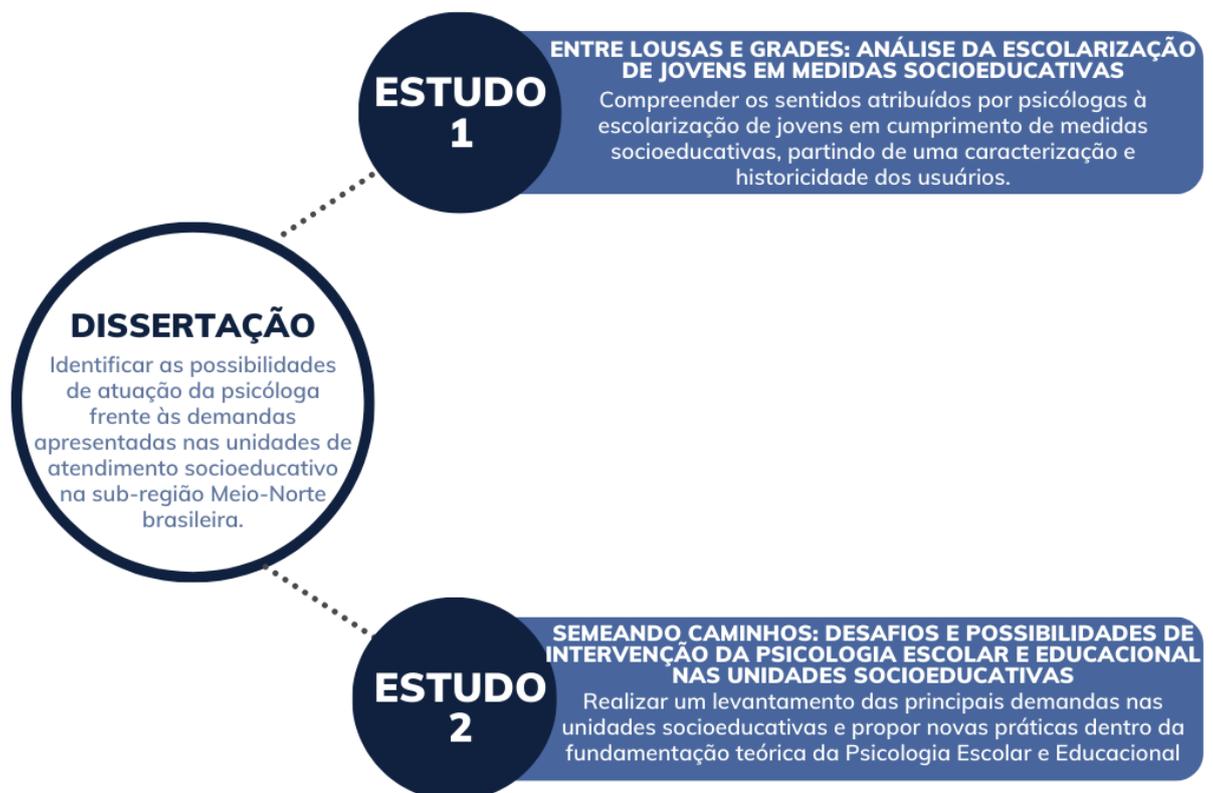


Figura 04. Sistematização dos estudos

Para a análise dos dados, foi utilizada como guia a dialética singular-particular-universal, onde, inicialmente foi realizada a apreensão, em sua forma concreta e imediata, do fenômeno diante a realidade do estudo, seguidamente foi realizada a descrição empírica e agrupamento dos dados em categorias analíticas, para então elaborar a descrição teórica a fim de construir os eixos analíticos. Os eixos são as principais categorias e/ou temas utilizados

para organizar os dados coletados. Finalizando esse processo, houve o estabelecimento das unidades de análise, para enfim, retornar à realidade dos dados do estudo e conseguir explicar a processualidade e totalidade da realidade pesquisada e alcançar a essência do fenômeno estudado. Assim, as unidades seriam aqueles elementos individuais dentro do contexto do estudo (Fonseca, 2018; Fonseca & Negreiros, 2019; Vygotsky, 1991, 1999).

Dessa forma, abaixo, na figura 05, estão descritos os eixos e unidades de análise, dos estudos 1 e 2, elaborados e organizados a fim de analisar os dados coletados da presente pesquisa.

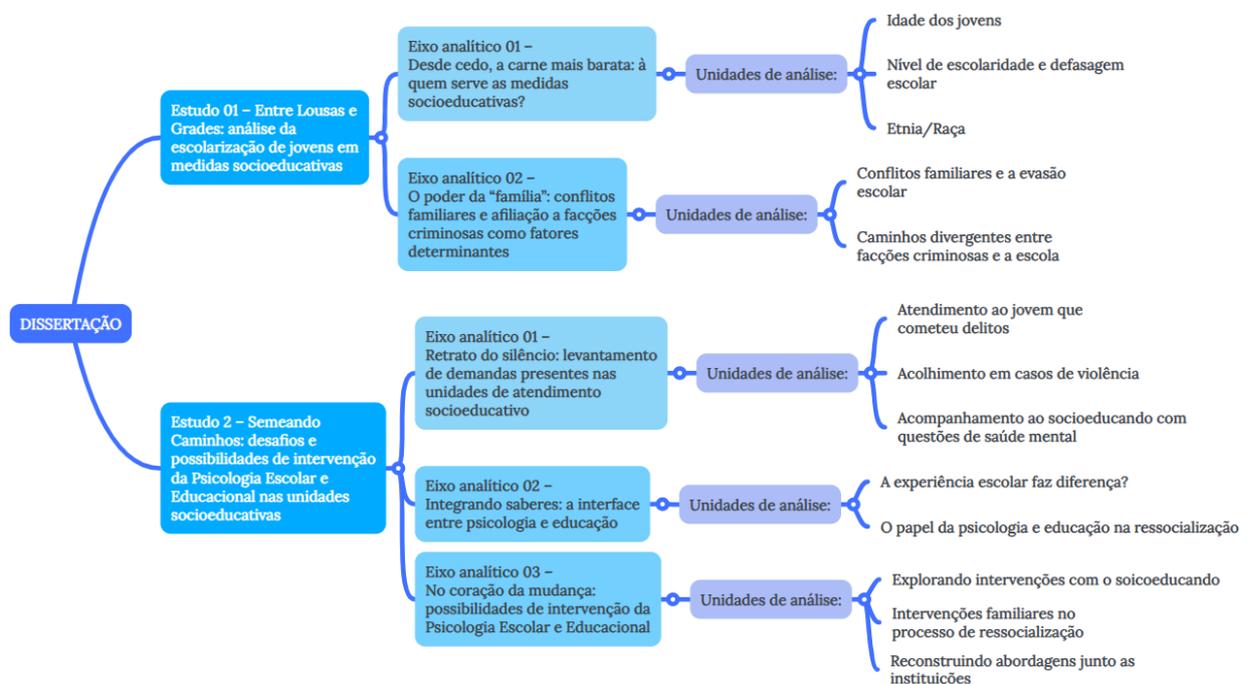


Figura 05. Estrutura dos capítulos teórico-práticos - Estudos 1 e 2

Os capítulos dispostos abaixo, compreenderão a coleta, resultados e discussão dos dados apreendidos durante o percurso de construção da presente dissertação. Dessa forma, a seguir serão organizados dois capítulos, designados como Estudo 1 e Estudo 2, na qual se apresentarão na forma de artigo científico. Nesse sentido, tendo em vista o percurso metodológico adotado durante a construção deste trabalho, os artigos produzidos também seguiram a mesma forma de organização e análises.

O Estudo 1 buscou revelar a realidade abstrata do processo de escolarização dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, a partir da descrição das práticas e público-alvo de suas atuações. Assim como no Estudo 1, o Estudo 2 também buscou captar o real imediato da realidade estudada, no entanto o fenômeno de análise foram as demandas existentes nas unidades de atendimento socioeducativo. Dessa forma, nos dois estudos foi utilizada a abordagem epistemológica e metodológica da Psicologia Histórico-Cultural a fim de assimilar o estado caótico dos dados para enfim alcançar a verdadeira essência dos fenômenos, e a partir da fundamentação teórica utilizada, compreender a realidade pesquisada diante toda sua complexidade.

4. Estudo 1 – Entre Lousas e Grades: análise da escolarização de jovens em medidas socioeducativas

Between Blackboards and Bars: analysis of schooling of adolescents in socio-educational measures

Entre pizarras y barrotes: análisis de la escolarización de los jóvenes en medidas socioeducativas

Resumo

O presente estudo traz como objetivo compreender os sentidos atribuídos por psicólogas à escolarização de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, partindo de uma caracterização e historicidade dos usuários. A pesquisa contou com 20 psicólogas atuantes em unidades de atendimento socioeducativo da região Meio-Norte brasileira. A análise de dados foi realizada a partir da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural que apresentou uma caracterização dos jovens em medidas da região Meio-Norte e os determinantes que influem nos seus processos de escolarização. Em síntese, foi constatado que ainda há um distanciamento entre as medidas socioeducativas e a educação, dificultando o processo de ressocialização dos jovens. Partindo disso, estima-se que os resultados dessa presente pesquisa colaborem para o delineamento práticas mais democráticas e humanizadas.

Palavras-Chave: Medidas socioeducativas; Jovens; Escolarização; Psicologia.

Abstract

The present study aims to understand the meanings attributed by psychologists to the schooling of adolescents undergoing socio-educational measures, starting with a characterization and historical overview of the users. The research involved 20 psychologists working in socio-educational care units in the Brazilian Mid-North region. Data analysis was conducted from the perspective of Historical-Cultural Psychology, which provided a characterization of the adolescents under measures in the Mid-North region and the determinants influencing their educational processes. In summary, it was found that there is still a gap between socio-educational measures and education, hindering the process of social reintegration for adolescents. Based on this, it is estimated that the results of this current research will contribute to shaping more democratic and humanized practices.

Keywords: Socio-educational measures; Adolescents; Schooling; Psychology.

Resumen

El objetivo de este estudio fue comprender los significados atribuidos por psicólogos a la escolarización de jóvenes en atención socioeducativa, a partir de una caracterización e historicidad de los usuarios. El estudio contó con la participación de 20 psicólogos que trabajan en centros socioeducativos de la región Centro-Norte de Brasil. El análisis de los datos se realizó desde la perspectiva de la Psicología Histórico-Cultural, que presentó una caracterización de los jóvenes en atención en la región Centro-Norte y los determinantes que influyen en sus procesos de escolarización. En resumen, se constató que aún existe una brecha entre las medidas socioeducativas y la educación, lo que dificulta la resocialización de los jóvenes. A partir de ahí, se espera que los resultados de esta investigación contribuyan a configurar prácticas más democráticas y humanizadas.

Palabras clave: Medidas socioeducativas; Jóvenes; Escolarización; Psicología.

Introdução

A atual sociedade contemporânea foi marcada pela (re)existência de diversos movimentos sociais a favor da equidade, transformação social e cidadania. Nomes como Nelson Mandela, Malala Yousafzai e Paulo Freire podem ser citados ao tratar das diversas lutas já travadas pelo direito e reconhecimento da educação como um verdadeiro recurso de transformação social. A educação é a base fundamental da construção de qualquer estrutura socioeconômica, servindo no desenvolvimento coletivo, cognitivo, político e cultural.

Apesar da verdade máxima acerca do poder transformador da educação, esta ainda pode ser- e é-utilizada a fim de reproduzir e preservar a exclusão e desigualdades já tão presentes no cotidiano dos indivíduos. Assim como Paulo Freire já disse que a prática educativa é uma forma de intervenção no mundo, ele também já apontou que “a educação não transforma o mundo, educação muda as pessoas e as pessoas transformam o mundo” (Freire, 2019, p. 84). Isto só enaltece a educação como ferramenta catalisadora para quebrar ciclos de opressão e oportunizar o desenvolvimento cognitivo e social, onde auxilia na promoção de uma consciência crítica, mudanças acerca da compreensão do mundo e suas atitudes (Andreola, 2011; Freire, 2002; Jesus, 2023)

Assim, propor um sistema educacional que promova a libertação e incentive a participação ativa do estudante em seu percurso de transformação social é indispensável na construção do processo de escolarização. Trazer uma abordagem construtivista, em que o aluno é transportado de um lugar passivo, muito comum no modelo bancário, para o lugar de protagonista do seu processo, exalta a qualidade em cada estudante de ser e produzir educação (Andreola, 2011; Calvalcante, 2019).

A partir dessas ideias, surgiu a socioeducação, com um meio de extravasar a educação para além das paredes da escola e vinculá-la a aspectos políticos e sociais. Essa prática pedagógica parte da ideia de que o processo de ensino-aprendizagem afeta e é afetado pelo

meio em que este se desenvolve. As medidas socioeducativas (MSE) se originaram com o intuito de proporcionar um método de responsabilização dos jovens pelos delitos cometidos através de uma abordagem pedagógica (Brasil, 2012).

A concepção da socioeducação surgiu mediante a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e foi visto como uma grande vitória diante a comunidade, tendo em vista que o olhar punitivo e excludente sobre o jovem era o preceito que liderava as sanções judiciais. Dessa forma, com essa mudança, houve uma comoção significativa, considerando seus ideais de ressocialização, proteção integral, respeitabilidade e inclusão (Brasil, 2019a).

Assim, ao tratar da ressocialização é necessário recuperar as inúmeras discussões acerca da terminologia “socioeducação” devido ao (que deveria ser) caráter indissociável entre o “socio” e “educação” e dissociá-lo (ao que verdadeiramente é) da exclusão. Dessa forma, pensar em ressocialização de jovens e medidas socioeducativas é dialogar entre os dois meios e ressaltar sua capacidade na transformação, ressignificação do sujeito e suas atitudes (Santos, 2019; Santos et al., 2022).

Em 2022, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, completou 10 anos de história. Sua criação, através da Lei 12.594/2012, mostrou-se como um marco significativo dentro da história dos jovens e da educação. Este órgão foi criado de forma democrática e corresponsabilizada, onde houve intensa comunicação entre sociedade, municípios, estado e governo federal, e se constitui no compromisso de manter e garantir a segurança, educação e cultura. Portanto, o SINASE surgiu com o intuito de regular e monitorar a aplicação de medidas socioeducativas, assim como dita o ECA, de forma que, para além de garantir a responsabilização do jovem, também mantém assegurados seus direitos (Brasil, 2012; Oliveira, 2023; Rückert & Martha, 2023).

Essas mudanças no sistema de ressocialização de crianças e adolescentes vão de encontro com as proposições de Volpi (2015) nas quais dispõe acerca de como tais jovens

estão em constante exposição à violação de direitos, principalmente se os comparamos aos outros grupos etários da população, não somente pelo fato de não terem conhecimento sobre suas garantias, mas pela simples prerrogativa de um grupo em nome da exploração de outro.

O estudo de Oliveira e Facci (2016) evidencia ainda mais esta questão, onde revelam que jovens estudantes, em sua maioria dependentes do ensino público e pertencentes às esferas mais vulneráveis e vulneradas da sociedade, são, historicamente, alvos incessantes de um processo escolar excludente, impiedoso e doloroso, onde àqueles que não adquiriram o conhecimento imposto e prescrito é culpabilizado por seu fracasso escolar (Patto, 1999).

É oportuno ressaltar que, a partir da ótica sócio-histórica de Vygotsky, não é possível realizar a separação entre “ser sujeito” do “ser social”. Entende-se, assim, que o ser constitui e é constituído por história, cultura e relações sociais, de forma que, suas vivências, atitudes e formas de pensar são elaboradas a partir do contato com o mundo exterior a ele. Por isso, ao pensar na escolarização, é fundamental resgatar o contexto econômico, social, cultural e político do jovem estudante, pois tais fatores intervêm diretamente em seu percurso escolar. (Caldeira & Moreira, 2020; Vygotsky 1991, 2008).

O processo educativo, partindo de uma perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, é um percurso baseado em uma experiência histórico-social, mediado por instrumentos e signos que são produzidos pelo próprio homem, e em que, a partir da construção e desenvolvimento das relações sociais, esse indivíduo se constitui. Vygotsky (1999), em seus estudos, busca, insistentemente, enfatizar a relevância e magnitude que o contexto social e cultural possui sobre a educação. No que tange o processo de escolarização de jovens em cumprimento de MSE, tais pressupostos ficam ainda mais evidentes.

No Brasil, de acordo com último levantamento anual do SINASE do ano de 2020, há cerca de 46.193 crianças e adolescentes cumprindo MSE, no entanto, deste número, somente 9.885 encontram-se matriculados e frequentes no sistema de ensino. Tal dado assombra ao se

perceber que pouco mais de 20% desse grupo está tendo acesso ao que pode ser chamado de ressocialização. Nesse contexto, a escolarização é sinônimo de (re)integração social, porém ao deparar-se com tais dados, é necessário o questionamento acerca de quem está sendo socioeducado (Brasil, 2017, 2018, 2023).

O percurso escolar dos jovens em medidas é marcado por exclusões, preconceitos e violências, de forma que, acabam por distanciá-los da escola, o que, por sua vez, agrava ainda mais sua situação, a partir do entendimento de que o ambiente educacional, em consonância com a família, é um espaço essencial para ressignificação de valores e construção de perspectiva de vida. No entanto, muitas vezes, o próprio âmbito escolar acaba por perpetuar os ataques a esses jovens, tornando ela mesma a causadora dessa segregação (Seabra & Oliveira, 2017).

No estudo de Pessoa e Coimbra (2016), intitulado “O traficante não vai à escola”, é relatado as experiências de algumas crianças e adolescentes durante sua trajetória escolar. Os jovens declaram as possibilidades que visualizam dentro do caminho da escola e reconheciam que sem o estudo, alcançar o *status* de sucesso, seria muito difícil, todavia se sentiam desconfortáveis dentro deste ambiente, pois viam perspectiva de futuro e não de presente. Ao serem questionados sobre boas memórias relacionadas à escola, poucos jovens conseguiram responder à pergunta e apontaram que as violências que foram inesquecíveis. Estas questões ressaltam ainda mais como esse sistema é incoerente, pois ao mesmo tempo em que propaga a ideia de transformação social, reproduz a brutalidade já tão presente para com esses jovens no meio social (Bonalume & Jacinto, 2020).

Portanto, pode-se depreender que o processo de escolarização de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas é um dos aspectos primordiais ao se tratar da socioeducação e ressocialização, tendo em vista seus princípios fundamentais. A partir disso, é necessário trazer um olhar contextual ao assistir esse processo, considerando como as

diversas esferas que perpassam esses jovens influenciam em seus percursos educacionais.

Dessa forma, atentando-se ao que foi exposto, o presente estudo pretende analisar a experiência de escolarização, partindo de uma caracterização e historicidade do público-alvo das medidas socioeducativas.

Método

Delineamento do estudo

O presente estudo se trata de uma pesquisa qualitativa elaborada a partir da ótica Vygotskyana empregada pela Psicologia Histórico-Cultural, onde fundamenta-se, epistemologicamente, no materialismo histórico-dialético. Dessa forma, o estudo buscou a apreensão da realidade, seguindo os preceitos da Psicologia Histórico-Cultural, a partir do movimento dialético singular-particular-universal (Negreiros & Fonseca, 2019; Vygotsky, 1999).

Participantes

O estudo contou com a participação de 20 psicólogas atuantes em unidades de atendimento socioeducativo na sub-região Meio-Norte do Nordeste do país, sendo 16 do sexo feminino (80%) e 4 do sexo masculino (20%), com quantidade equivalente de participantes em cada estado, 10 no Piauí e 10 no Maranhão. As cidades de atuação das psicólogas no Piauí incluíram, Parnaíba (3), Teresina (4), Oeiras (2) e Piripiri (1). Já no estado do Maranhão, as cidades citadas foram Caxias (1), Governador Eugênio Barros (1), São José de Ribamar (1), Imperatriz (3), Timon (2) e São Luís (2).

As instituições que mais apresentaram profissionais foram os Centros de Internação (7), seguido pelos CREAS (6). Os centros de medidas provisórias (3) e de semiliberdade (2) também foram relatados pelas participantes. Além destes, juntamente com as instituições anteriores, o Centro de Referência em Assistência Social – CRAS (2) foi citado como ambiente de atuação.

Com relação aos aspectos sociodemográficos foi constatado pelo presente estudo que a média de idade entre as participantes foi de 34 anos, variando entre 25 e 60 anos. O tempo médio de formação foi de 9 anos, e quanto ao tempo médio de atuação na respectiva unidade de atendimento socioeducativo, este foi de 6 anos. Quanto a raça das participantes, 9 delas afirmaram que se autoidentificam como pardas, 7 como brancas e 4 como pessoas pretas.

Procedimentos de apreensão dos dados e cuidados éticos

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o número de parecer 5.861.642. Os procedimentos de coleta envolveram a solicitação e utilização do Termo de Anuência, a fim de adquirir o assentimento para a realização da pesquisa. Seguidamente, as psicólogas foram contatadas de forma *on-line*, via redes sociais e e-mail, com o intuito de elucidar todo o processo da pesquisa, incluindo seus objetivos, os riscos e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após a apresentação do TCLE, os dados foram coletados através do formulário criado a partir da ferramenta do *Google Docs*, onde foram enviadas as psicólogas através das mídias sociais e/ou e-mail.

Procedimento para análise dos dados

Os dados da presente pesquisa foram analisados a partir da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, partindo do princípio de que, para além da descrição de um fenômeno em um determinado contexto, também foram expostas a explicação para tais fenômenos descritos, assim como seus processo de desenvolvimento e sua relação com os contextos na qual estão inseridos (Vygotsky, 2009).

Desse modo, a processualidade e totalidade do fenômeno estudado é revelada por meio da dialética singularidade-particularidade-universalidade. Assim, tomando a realidade do estudo, se tem a singularidade (expressão imediata do fenômeno) como as práticas das psicólogas atuantes em cada instituição socioeducativa; a particularidade (mediação entre o singular e universal) é representada pelos condicionantes históricos, geográficos, sociais,

políticos, educacionais, culturais e normativos relacionados aos jovens em medidas e as instituições de socioatendimento; e a universalidade (expressão do fenômeno em sua complexidade) é representado a partir das práticas das psicólogas junto às medidas socioeducativas (Fonseca, 2018; Fonseca & Negreiros, 2019).

A partir do que foi revelado diante o movimento dialético, foram criados eixos e unidades de análise, a fim estruturar os dados e proporcionar uma compreensão ampla acerca do fenômeno estudado.

Resultados E Discussão

Como supracitado, as estruturas apresentadas a seguir serão expostas na forma de eixos e unidades de análise revelados a partir da captação do real imediato dos dados coletados. Dessa forma, serão retratados 2 eixos analíticos, intitulados “*desde cedo, a carne mais barata: à quem serve as medidas socioeducativas?*” e “*o poder da ‘família’: conflitos familiares e afiliação a facções criminosas como fatores determinantes*”. Nesse sentido, o primeiro eixo discutirá acerca das características sociodemográficas representantes dos jovens em cumprimento de medidas e o segundo eixo explora as questões relacionais que envolvem, não somente o processo de escolarização dos jovens, como também a sua porta de entrada na trajetória criminal.

Eixo Analítico 01 - Desde cedo, a carne mais barata: à quem serve as medidas socioeducativas?

Ao tratar do processo de escolarização de crianças e adolescentes em cumprimento de MSE, é essencial levantar e explorar o público-alvo dessa política, tendo em vista as características ímpares existentes dentro do meio social. Assim, as unidades aqui discutidas incorporam os aspectos apontados pelas psicólogas participantes.

Unidade de Análise 1 – Idade dos Jovens

Esta unidade reuniu as características etárias dos jovens que são atendidos pelas psicólogas atuantes nas unidades de atendimento socioeducativo. As respostas revelaram que o intervalo de idade dos adolescentes compreende entre 12 e 21 anos. No entanto, a média de idade mais apontada foi entre 13 e 18 anos, tal qual ditam as Psicólogas Socioeducativas (PS) 7, 8, 9, 12 e 20.

Atender e tratar do jovem que cometeu o delito ainda na adolescência, de acordo com o ECA, é uma das principais formas de evitar que este adentre, de fato, a dimensão criminal. Isso se dá ao fato de que se compreende que essa fase etária da vida é caracterizada pelo desenvolvimento cognitivo, e principalmente, social, ético e moral. Por isso, que, ao oferecer oportunidade de construção e ressignificação dos aspectos que envolvem suas vidas, oportuniza também a visualização de novos caminhos ao serem percorridos por esses adolescentes (Citelli et al., 2021; Emidio et al., 2020).

Segundo a Psicologia Histórico-Cultural, é na adolescência onde ocorrem as maiores transformações, e mais complexas, no quesito funções psicológicas. Vygotsky as denomina de potenciais, onde, para ele, essa fase se constitui a partir do movimento dialético e se organiza em unidades psíquicas, biológicas, mentais, físicas e culturais. Aqui, a abordagem Vygotskyana visualiza o adolescente como um ser histórico e social, na qual se desenvolve a partir das suas interações com o contexto em que faz parte e consigo mesmo, provocando mudanças internas e externas, refletindo em seu desenvolvimento. Dessa forma, propor a esses jovens, em pleno estado de transformação, um contexto adequado que propicie e incentive essas transformações, é essencial para a ressocialização (Costa, 2020; Koshino, 2011; Silva & Alberto, 2022; Vygotsky, 1991).

Assim como é previsto no artigo 112 do ECA, as medidas socioeducativas são direcionadas a adolescentes que cometeram alguma contravenção penal. Nesse sentido, o próprio estatuto estipula que a adolescência é compreendida entre o intervalo de 12 a 18 anos.

No entanto, em alguns casos excepcionais, as medidas podem ser aplicadas até os 21 anos, desde que o ato infracional tenha sido cometido antes de completar os 18 anos. Caso a infração tenha acontecido após os 18 anos completos, o adolescente deixa de responder ao ECA e passa a ser responsabilizado a partir do Código Penal (Brasil, 2018; Brasil, 2019a). “[Atendemos jovens com idade] média de 20 anos por que a justiça demora muito a sentenciar” (PS 6).

O discurso desta psicóloga exemplifica uma das razões pelas quais, apesar do jovem encontrar-se fora da compreensão de adolescência dita pela ECA, ainda assim, cumpre a medida. Além disso, o discurso ressalta a demora processual, já tão característica, do sistema judiciário brasileiro.

A morosidade no processo de sentenciamento do jovem também se torna mais um agravante durante a ressocialização. Esse intervalo de tempo entre o delito e o cumprimento da medida pode acabar acarretando na perda do momento adequado de responsabilização, e consequentemente, o prejuízo na pretensão socioeducativa. A socioeducação opera na forma de restringir e garantir direitos ao mesmo tempo, no entanto, com a demora do processo, tal proposição pode-se inclinar para um só lado, e na balança do sistema judicial brasileiro, a punição é sempre a mais pesada (Ortiz, 2023; Osawa, 2023).

Gurski (2019) também explora sobre o conceito da adolescência. Ela traz sobre como esta fase, além de ser um despertar da infância, também pode ser vista como um ato político, na medida em que este jovem acorda do sonho da infância e se insere de vez na sociedade, como contribuinte. Tendo isso em consideração, ressaltasse aqui a importância da psicologia na socioeducação, pois, levando em conta que a maioria dos jovens em medidas estão na fase da adolescência, esse é o momento crucial para a ressignificação de sentidos e saberes, passo primordial para a ressocialização.

Unidade de Análise 2 – Nível de Escolaridade e “Defasagem Escolar”

Uma das questões mais expressivas entre o discurso das psicólogas foi a respeito do nível de escolaridade dos jovens. O ensino fundamental e médio incompleto, além da trajetória escolar interrompida foram as características mais apontadas pelas profissionais acerca do percurso escolar dos adolescentes.

A maioria tem ensino fundamental incompleto ou defasagem escolar (PS 1).

Apresentam escolaridade entre ensino fundamental e ensino médio incompletos (PS 2).

Muitos tem somente o ensino fundamental incompleto (PS 3, 12, 17, 19 e 20).

Em sua maioria tem o ensino incompleto, há muita evasão escolar (PS 5).

Tem ensino médio incompleto (PS 7 e 8).

A maioria dos jovens apresentam ensino fundamental e médio incompleto e/ou interrompido, muitos desistiram da escola, maioria com um grande histórico de reincidência, envolvimento com uso e tráfico de drogas (PS 9).

Essas falas corroboram com os dados apurados pelo próprio SINASE em 2020, no qual revela que, pouco mais de 20% de todos os jovens em cumprimento de medidas estão, atualmente, matriculados e frequentes nas escolas. Diversos fatores podem contribuir para interrompimento da trajetória e evasão escolar, incluindo a própria escola. Na abordagem Histórico-Cultural, o espaço escolar deve proporcionar condições para o desenvolvimento das funções psíquicas, a partir de instruções, pois segundo Vygotsky (2010), uma boa instrução antecede o desenvolvimento (Brasil, 2020).

Porém, muitas vezes o próprio ambiente escolar repele àqueles que fogem do padrão desejado e estabelecido por ela. Há determinantes histórico-culturais que apontam a escola como um dos principais responsáveis pelo fracasso escolar. Fatores como as condições de vida dos estudantes, disparidade entre as práticas da escola e a suas realidades, além da

ignorância e falta de sensibilidade por parte dos docentes, são alguns exemplos de elementos que acabam por afastar esses jovens da trajetória escolar (Patto, 1999).

As escolas possuem dificuldades de acolher e lidar, principalmente com adolescentes em cumprimento de medidas. A reprodução de violência e exclusão, complicar o processo de disponibilidade de vagas e não oferecer o suporte adequado para que estes desenvolvam um processo de escolarização apropriado, são só algumas estratégias utilizadas por essas instituições para manter esses jovens à margem de tudo e todos. Isso também pode ser resultado da falta de colaboração entre as políticas intersetoriais e o costume de encaminhamentos excessivos tão característicos em qualquer setor de atendimento público brasileiro (Capobianco, 2022).

A educação tem o papel central no processo de ressocialização, fortalecendo o vínculo com a cidadania e o exercício pleno de direitos na sociedade, todavia, quando o espaço educacional exclui, dificulta e empobrece a experiência escolar dos adolescentes em medidas, acaba por invalidar o próprio processo de socioeducação, auxiliando ainda mais na sua marginalização nos mais diversos níveis sociais (Brondani & Arpini, 2019a; Fonseca & Bristotti, 2020).

Além disso, é oportuno ressaltar que a própria terminologia “defasagem escolar” adotada e perpetuada para referir-se ao processo de interrompimento, ou até mesmo, o enfrentamento de adversidades durante o percurso escolar, acaba por ser usada como forma de culpabilização do próprio estudante, considerando que este termo carrega uma abordagem estigmatizante e que pressupõe um atraso e/ou declínio de um processo em comparação a um padrão estabelecido. Dessa forma, a expressão “defasagem” imputa a culpa pelo fracasso escolar no próprio jovem, subtraindo desse trajeto características contextuais, sociais, econômicas e políticas que estão intrínsecas a escolarização, e assim essa terminologia pode ser vista com uma carga pejorativa e difamatória.

Unidade de Análise 3 – Etnia e Raça

No decorrer do questionário aplicado, as psicólogas apresentaram diversas respostas, com variações de discurso de acordo com a localidade e instituição em que atuam, no entanto, dentre as questões apresentadas, a única que mais se aproximou da unanimidade de resposta, foi acerca da raça e etnia daqueles que cumprem medidas socioeducativas. As únicas participantes que não apresentaram tal resposta, foram àquelas que não responderam à pergunta.

[Atendemos] negros, em sua maioria (PS 1, 5 e 9).

Maioria da raça preta (PS 2).

Na sua maioria são homens e negros (PS 3).

Raça mais frequente são pardos e negros (PS 4, 7, 8, 10, 17, 19).

Em sua maioria, pardos (PS 20).

Maioria são pardos, negros e brancos (por ordem) (PS 16).

Esses dados vão de encontro com o levantamento do SINASE no ano de 2017, onde apontou que dos mais de 26 mil adolescentes atendidos, 40% dos jovens são pardos/pretos, 23% de cor branca, 0,8% de cor amarela e 0,2% da raça indígena e 36% dos adolescentes e jovens não teve registro quanto à sua cor ou raça, sendo classificados como não especificado. Resgatando outros dados no que tange o povo preto brasileiro, vale citar que de acordo com o último Atlas da Violência publicado em 2022 pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 72% de todos os homicídios no país foram de pessoas negras. Em 2021, a cada 100 pessoas assassinadas 78 eram negras. Esse povo também corresponde a 77,6% das vítimas de homicídio doloso, 67,6% das vítimas de latrocínio e 84,1% dos mortos pela polícia (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022).

As informações supracitadas em relação ao encarceramento e violência contra o povo preto no Brasil, infelizmente, não é uma coincidência, na verdade é retrato de um Estado que

articula políticas tendo esse resultado como principal objetivo. O termo necropolítica, cunhado pelo professor Mbembe (2003), pode aqui ser empregado a fim de descrever como as instituições se utilizam de seu poder político e social para ditar quem deve viver ou morrer (Mbembe 2018; Xavier, 2020).

Esse conceito se manifesta junto ao poder político através da desvalorização e precarização da vida humana, elevando uma categoria, enquanto, concomitantemente, mortifica outra. A necropolítica e o racismo andam de mãos dadas e é a ferramenta mais letal para o povo preto. O governo se empenha em desenhar para a sociedade onde está o perigo, e esse lugar sempre tem rosto, casa, profissão e cor (Rocha, 2022; A. Silva, 2020).

O racismo existente na sociedade contemporânea é inerente ao capitalismo e ao cisheteropatriarcado que rege as dinâmicas sociais. A interseccionalidade presente nesse meio ilustra como as categorias sociais, raça, gênero e classe, são intrínsecos quando tratamos de relações e violências sociais. Essa abordagem teórica e analítica evidência que as interseções entre as diferentes formas de opressão, discriminação e violências não podem ser lidas e analisadas separadamente, tendo em vista que estas operam de forma concomitante e delineiam as vivências dos sujeitos (Akotirene, 2019).

Quando se trata de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, a interseccionalidade nos leva a refletir como tais marcadores sociais, não somente caracterizam essa população, como também servem de manutenção de um perfil já desenhado como perigoso. Isto posto, pode-se ver há muito tempo já foi estipulado quem é a ameaça para a sociedade e o homem, negro e pobre é sempre a imagem traçada (Conceição et al., 2021).

Toda a organização política e econômica brasileira, foi construída em cima do sangue derramado do povo preto. Esse sistema colonial precisa de ferramentas para legitimar o controle e dominação da população, assim como a religião foi utilizada pelos portugueses

durante a colonização, atualmente, a criminalização da cor da pele é um dos principais instrumentos utilizados. Dessa forma, é fato que o punitivismo penal é uma categoria social, onde àqueles que se encontram em classes de maior poderio, ditam como o poder judicial funcionará. Aqui é considerado como categoria social, no sentido de que, grupos seletos utilizam-se dos direitos criminais a fim de causar sofrimento agravado àqueles que são considerados culpados (Gomes, 2020; Santos, 2021).

O punitivismo penal advém, então, da sede de justiça da sociedade diante do imaginário social de impunidade que se propaga. O ódio, medo e aversão causa na população insegurança e acabam cobrando as instâncias governamentais penalidade severas, desproporcionais aos crimes cometidos, com o intuito de servirem de exemplo (Silva & Cunha, 2020).

A instituição policial também absorve o racismo e segregação presente na sociedade e ela contribui significativamente para a construção do processo de criminalização do adolescente. Meneghetti (2018) destaca que esse processo se constrói, baseando-se nos preconceitos sociais e raciais já existentes, a “cisma policial” inicia-se como um processo de vigilância àqueles que lhes aparenta ser suspeito, sua classe social, local de moradia e raça são os principais determinantes. São nesses encontros, curiosidades e desconfianças que a figura do “menor infrator” se materializa. Assim, as operações policiais intituladas “guerras contra o tráfico” e “combate ao crime organizado” acabam por mascarar os massacres que acontecem nas periferias.

O sistema de justiça brasileiro tem como alvo os jovens negros e pobres com o intuito de, não somente controlar, mas conter essa população considerada indesejável. Assim, a criação de políticas que visem o domínio social e estético da sociedade, da economia e dos espaços territoriais através do assassinato e encarceramento desse povo, é uma das principais estratégias (Nascimento & Vasconcelos, 2023; Noia 2023; A. Silva, 2020).

Silvio Almeida (2019) destaca essa perspectiva como um racismo institucional, considerando que as próprias instituições, sistemas e práticas reproduzem as desigualdades apoiando-se na raça. Assim, o racismo institucional, além de se utilizar de mecanismos estruturais para degradar ainda mais as experiências de vida do povo preto, ao mesmo tempo, concede privilégios a grupos específicos, onde a raça dita a direção a ser seguida.

O racismo é um processo político e histórico que se manifesta estruturalmente em 4 elementos: ideologia, política, direito e economia. Dessa forma, entende-se este processo perpassa, se infiltra e age nas diferentes camadas da sociedade, desempenhando o papel de ponto de partida para o desenvolvimento de inúmeras políticas (Almeida, 2019; Mendonça, 2023).

A vista disso, pode-se inferir que o racismo e a seletividade racial integram o sistema socioeducativo, mas que é disfarçado pelo mito da democracia racial. Por isso, é necessário direcionar um olhar crítico para essa realidade a fim de reconhecer essas nuances e proporcionar um sistema democrático e eficaz (Leite, 2020).

Pereira (2021) expõe que, repetidamente, o Estado denomina o jovem que cometeu alguma contravenção penal como o “menor infrator” ou “adolescente em conflito com a lei”, no entanto, trazendo o olhar para como a constituição se operacionaliza, é possível visualizar que na verdade, é o sistema que está contra esses jovens, é a lei que está em conflito com o adolescente.

Eixo Analítico 02 - O poder da “família”: conflitos familiares e afiliação a facções criminosas como fatores determinantes

Diante o processo de escolarização de jovens em cumprimento de medidas, como supracitado, há diversos aspectos que interferem em seu percurso. As relações sociais, por exemplo, têm uma influência significativa, não somente no trajeto educacional, mas também

na própria entrada desses adolescentes na vida criminal. Dessa forma, o eixo 02 buscará explorar acerca de como tais relações podem ser determinantes.

Unidade de Análise 1 – Conflitos familiares e a evasão escolar

As psicólogas participantes apontaram que a situação familiar é uma das características mais presentes ao tratar do jovem em cumprimento de MSE. Esse fator é considerado, pelas profissionais, como um dos principais agentes de entrada na trajetória criminal. Os cenários de vulnerabilidade e conflitos existentes nesses círculos são alguns aspectos relatados no percurso da pesquisa.

É comum serem filhos de mães solo ou de pais separados, e conflito com a figura paterna (PS 1).

Tem a presença de família desestruturada e conflitos entre os membros (PS 5).

Muitos vem de famílias carentes, em vulnerabilidade muito grande, com um precário histórico familiar, histórico de violência e estupro dentro da família, muito uso de crack e atos bem violentos (PS 9).

Maioria oriundos de famílias em vulnerabilidades sociais (PS 13).

Vygotsky expressa, em sua teoria, o valor das interações sociais como fator primordial no desenvolvimento cognitivo e social do sujeito. Considerando a família como o primeiro elo de interação que o indivíduo possui, esta se torna a imagem primária que ele tem sobre relações afetivas, ética e moral. Assim, o estabelecimento de um ambiente familiar que permita e incentive o crescimento e amadurecimento das crianças, é crucial, porém, tendo em conta um contexto familiar vulnerável e violento, a criação de um ambiente propício se torna uma tarefa incerta e árdua (Vygotsky, 1991).

O desempenho da parentalidade é demarcado pela criação de laços e memórias afetivas junto a família, assim, quando crianças e adolescente ficam expostos a um cotidiano em que a violência doméstica e intrafamiliar dita as relações, a probabilidade de que tais

comportamentos sejam reproduzidos futuramente, seja dentro do seu próprio contexto familiar ou para com a sociedade, aumentam de forma significativa (Leite, 2021).

Ao constatar como a relação entre a família e o adolescente é marcada pela violência, faz-se necessário analisar o contexto no qual estes estão inseridos. Muitas vezes as trajetórias dos próprios familiares foram circunscritas em ambiente violentos, e tais atos acabam sendo reflexo de seu próprio desenvolvimento. Dessa forma, crescer em um local onde a violência ocorre de forma diária, pode acarretar um processo de naturalização e banalização, fazendo com que os atos infracionais destes jovens sejam uma reprodução da linguagem que aprenderam. Tendo a imagem de adulto construídas a partir desse contexto truculento, esses jovens podem estar tentando alcançar o ideal por eles construídos (Brondani & Arpini, 2019; Constantino, 2019; Guerra & Henrich, 2019).

Devido a esses conflitos, muitas famílias acabam se distanciando do jovem em MSE. Com isso, o processo de ressocialização encontra mais um percalço, considerando a família como fator essencial na construção desse processo. Além disso, como já explorado no texto, a evasão escolar se tornou uma característica da socioeducação e com esmigalhar das relações entre o adolescente e a família, a escola fica ainda mais distante (Almeida & Tozatto, 2023; Rodrigues, 2023).

Unidade de Análise 2 – Caminhos divergentes entre facções criminosas e a escola

Dentre os principais motivos, apontados pelas psicólogas, dos jovens estarem em cumprimento de medidas, os crimes patrimoniais, como o furto e roubo foram os mais citados. Além disso, o tráfico de drogas, como forma de levantamento financeiro, também foi relatado.

Ato infracional análogo ao delito de roubo, de tráfico de drogas (PS 4).

Infração por roubo e substâncias químicas (PS 8).

As demandas mais frequentes são relacionadas ao uso e tráfico de drogas, violência, roubo e entre outros (PS 9).

Roubo Majorado (PS 11).

De ato infracional? 157 (PS 12).

Roubo, homicídio, latrocínio (PS 17).

Atos infracionais relacionados a roubo e homicídio são demandas mais frequentes (PS 18).

As diversas violências sofridas por esses jovens, além de provocarem o distanciamento para com o processo de escolarização, ao mesmo tempo os aproxima de outras instituições. As ideias de família, pertencimento, identidade e dinheiro que são apresentadas pelas facções criminosas, encantam. Esses grupos se aproveitam do estado de vulnerabilidade e entrelaçam seus discursos sobre os jovens que estão à procura de uma chance. Esse processo se fortalece quando esses jovens encontram-se em cumprimento de MSE, ao se depararem com a falta de liberdade e objetos pessoais, eles utilizam do discurso das facções para reforçarem o sentimento de pertencimento a algo (Carvalho et al, 2023; E. Silva, 2020; Miranda & Paiva, 2023).

Houve uma grande mudança dentro do perfil desses jovens atendidos pelas unidades, atualmente as facções criminosas têm influenciado bastante e tem dificultado o nosso trabalho. Lá tem 3 facções mais influentes a CVC, Bonde dos 40 e o PCC, e os jovens se dizem fazer parte desses grupos e por isso temos que colocá-los em pavilhões separados e isso complica muito o nosso trabalho. Muitas vezes eles saem e depois ficamos sabendo que foram mortos, que mataram (PS 9).

O histórico de reincidência costuma ser maior em adolescentes que cometem atos que tem relação com as facções, por exemplo, já outros casos o índice é menor [...] eles em sua

maioria estão ameaçados de morte e se recusam a voltar para a sala de aula por ser um espaço que poderiam ser encontrados com facilidade (PS 4).

Assim como retratado pela psicóloga, a afiliação às facções criminosas transforma a escola em um lugar de perigo, provocando o seu afastamento e desligamento do processo de escolarização. O medo constante, ameaças e violência tão comuns nesses grupos fazem com que a escola e o estudar se torne, não somente uma trivialidade, como também um luxo, considerando que para um processo de escolarização efetivo a segurança, materiais apropriados e apoio, dentro e fora da sala de aula, são essenciais.

Desta maneira, é fato que a experiência dos jovens em MSE difere de qualquer outra, considerando os diferentes atravessamentos que interferem em seus processos. A escola, o estudar, a punição e ressocialização, são conceitos que, muitas vezes, se tornam contraditórios nesse meio. Assim, o socioeducando, que deveria ter acesso a um processo de escolarização efetivo, lápis e cadernos, acaba sendo aprisionado entre (a falta de) lousas e grades.

Vale ressaltar que o presente trabalho não busca justificar ações e contravenções penais cometidas por crianças e adolescentes, no entanto, a abordagem teórico-metodológica da Psicologia Histórico-Cultural aqui utilizada como lente para explorar o processo de escolarização daqueles que estão em medidas socioeducativas, provoca o exercício de um novo olhar acerca dos fenômenos, em que há algo a mais entre a relação causal tão simples e direta que é perpetuada entre crime e punição.

Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo revelar a realidade abstrata do processo de escolarização dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, a partir da descrição das práticas e público-alvo de atuação das psicólogas, ao passo que buscou sistematizar e

categorizar as características principais citadas pelas profissionais captadas a partir da apreensão do real imediato.

Dessa forma, os dados foram organizados a partir de eixos de análise, que foram revelados diante do movimento-dialético. O Eixo 01 - *“desde cedo, a carne mais barata: à quem serve as medidas socioeducativas?”* buscou discutir as características sociodemográficas que sobressaem diante o sistema socioeducativo, já o Eixo 02 - *“o poder da ‘família’: conflitos familiares e afiliação a facções criminosas como fatores determinantes”* explorou os aspectos que envolvem, não somente o processo de escolarização dos jovens, como também a sua porta de entrada na trajetória criminal.

Portanto, a partir da análise dos dados obtidos com as psicólogas atuantes nas unidades de atendimento socioeducativo na região Meio-Norte brasileira, foi possível constatar que a política de socioeducação possui um perfil de público-alvo desenhado a partir de todas as desigualdades, violências e exclusões que perpassam a sociedade brasileira. O adolescente preto, de baixa renda e em constante situação de vulnerabilidade ainda são os principais alvos das medidas socioeducativas. Além disso, foi revelado alguns determinantes que influem nos processos de escolarização destes jovens, sendo os conflitos familiares e o envolvimento com as facções criminosas os mais apontados.

Vivemos em uma sociedade construída sobre marcadores racistas, excludentes e colonialistas, que trazem uma eugenia branca como forma de justificar ações e políticas. Essa perspectiva ficou óbvia ao constatar, no presente estudo, o aprisionamento em massa do povo pobre e preto no Brasil.

Assim, a exclusão desse povo orquestrado e operacionalizado através de políticas, ditas, sociais, é mais uma, das diversas, faces que regem o nosso país. Esse processo só revela como o povo preto é visto por àqueles que controlam os poderes. Dessa forma, ao refletir sobre mudanças, deve-se pensar em aspectos estruturais, institucionais e políticos,

considerando que o racismo que permeia a sociedade tem origem, destino e chegada nessas camadas.

Por conseguinte, o presente estudo também ressalta a necessidade de, por vezes, afastar o olhar meramente punitivo e aproximar uma visão contextual, com o intuito de perceber, de forma mais ampla, as vicissitudes que atravessam a vida dos sujeitos. Além disso, a importância de práticas que incentivem o exercício de políticas intersetoriais ficou evidente, as ações de forma isolada acabam por excluir ainda mais esse grupo já tão marginalizado.

Por fim, ressalta-se a necessidade de mais estudos que resgatem a relação entre escolarização e socioeducação sob uma ótica contextual, a fim de promover a compreensão da totalidade do fenômeno. Vale destacar a importância de novos estudos mais abrangentes com a finalidade de analisar o processo socioeducativo nos diferentes contextos.

Referências

- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Pólen Produção Editorial.
- Almeida, S. L. (2019). *Racismo estrutural*. Pólen Produção Editorial
- Almeida, A. C. R., & Tozatto, A. (2023). A atuação do psicólogo na ressocialização de menores infratores: a aplicação de medidas socioeducativas para reinserir menores infratores na sociedade. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 9(9), 1819-1836. <https://doi.org/10.51891/rease.v9i9.11149>.
- Andreola, B. A. (2011). Por uma pedagogia das grandes urgências planetárias. *Educação UFSM*, 36(02), 313-330. <https://doi.org/10.5902/198464443050>.
- Bonalume, B. C., & Jacinto, A. G. (2020). Circuito da violência no sistema socioeducativo: do mito à falácia da socioeducação. *Revista Argumentum*, 12(3), 181-194. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8946251>.

- Brasil. (2006). *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)*. Secretaria Especial de Direitos Humanos. CONANDA. <https://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/Resolucao-no-119-de-2016-do-CONANDA-Aprova-o-Sistema-de-Atendimento-Socioeducativo-SINASE.pdf>.
- Brasil. (2012). Lei N. 12.594, de 18 de janeiro de 2012. *Institui o sistema nacional de atendimento socioeducativo (SINASE)*. Diário Oficial da União, 19. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm.
- Brasil. (2018). *STJ: medida socioeducativa pode ser cumprida até 21 anos de idade*. Ministério Público Federal. Procuradoria Geral da República. https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias-antigas/2018/2018-04-05_10-02_Cumprimento-de-medida-socioeducativa-ate-21-anos-e-tema-de-repetitivo.aspx
- Brasil. (2019). *Levantamento Anual SINASE 2017*. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf>
- Brasil. (2020). *Levantamento Anual do Sistema de Atendimento Socioeducativo (Sinase) 2020 – Eixo 01: Gestão do Sinase*. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/SINASE_EIXO01.pdf
- Brasil. (2023). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm.
- Brondani, R. P., & Arpini, D. M. (2019a). Violência e transgeracionalidade: relações familiares de jovens que cumprem medidas socioeducativas. *Pensando Famílias*, 23(2), 256-270. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2019000200019&lng=pt&tlng=pt.

- Brondani, R. P., & Arpini, D. M. (2019b). Experiências escolares de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. *Revista De Educação PUC-Campinas*, 24(1), 73–88. <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/4228>
- Caldeira, M. C., & Moreira, M. I. C. (2020). " Menina bonita do laço de fita": tecendo caminhos e práticas para uma proposta socioeducativa na medida de internação. *Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas*, 30(2), 212-226. <https://doi.org/10.18224/frag.v30i2.7950>.
- Capobianco, N. C. (2022). *Medidas Socioeducativas: o processo de escolarização de jovens e adolescentes em meio aberto* [Monografia de Licenciatura em Pedagogia, Instituto de Biociências]. Repositório da Universidade Estadual Paulista. <https://repositorio.unesp.br/search?spc.page=1&query=Medidas%20Socioeducativas>
- Carvalho, A. R. B. D., Jara, S. R. D. C., & Santos, N. F. D. (2023). Família com estatuto: Fraternidades criminais em Maceió (AL) e em São Luís (MA). *Novos Estudos CEBRAP*, 42(1), 61–78. <https://doi.org/10.25091/S01013300202300010004>
- Calvalcante, T. V. (2019). *A abordagem construtivista na aprendizagem da matemática com a utilização de recursos didáticos e objetos de aprendizagem* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural do Semi-Árido]. Repositório da Universidade Federal Rural do Semi-Árido. https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFER_e3df3bb648856deaf024ccff0f9401a3
- Citelli, G. K., Iurkevicz, S. R., & Caldas, R. V. B. (2021). Tecnologia social de planejamento de vida: monitoramento do plano individual de atendimento de medida socioeducativa. *Psicologia Argumento*, 39(106), 922–949. <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/28291>

- Conceição, W. L., Quinelatto, R. F., Corsino, L. N., & Rovaron, M. (2021). A socioeducação sob as lentes da interseccionalidade. *Humanidades & Inovação*, 8(58), 395-408.
<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5496>.
- Constantino, P. (2019). Adolescentes em conflito com a lei: violadores ou violados?. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(8), 2780-2782. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018248.17482019>.
- Costa, J. S. (2020). *Medida socioeducativa de internação e o direito à educação: uma análise na perspectiva de Vygotsky e do paradigma da proteção integral* [Monografia de Bacharelado, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais]. Repositório do Centro Universitário de Brasília.
<https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/14293?mode=full>
- Emidio, E. Q. A., Silva, G. A., & Fermoseli, A. F. O. (2020). A efetividade da socioeducação de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. *Caderno De Graduação - Ciências Humanas e Sociais*, 6(1), 47.
<https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/7202>.
- Fonseca, D. C., & Bristotti, L. (2020). Interfaces do fracasso escolar, defasagem educacional e ato infracional: a análise de processos judiciais de alunos se escola pública. *Cadernos da Pedagogia*, 14(30). *Revista de Educação PUC-Campinas*, 24(1), 73-88.
<https://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/1488>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2022). *A Violência contra Pessoas Negras no Brasil em 2022. Anuário brasileiro de segurança pública*. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/11/infografico-violencia-desigualdade-racial-2022.pdf>.
- Freire, P. (2002). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Editora Paz e Terra.
- Freire, P. (2019). *Pedagogia do Oprimido*. Editora Paz e Terra.

- Gomes, I. D. (2020). *Socioeducação: uma invenção (de)colonial* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Ceará]. Repositório da Universidade Federal do Ceará. <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/55851>
- Guerra, S. Z., & Henrich, G. (2019). As implicações sociais da prática de atos infracionais e da privação de liberdade em uma instituição total para adolescentes em conflito com a lei. *Serviço Social em Revista*, 21(2), 443–462. <https://doi.org/10.5433/1679-4842.2019v21n2p443>.
- Jesus, E. A. (2023). Ressocialização pela Educação: uma alternativa para a crise do sistema carcerário brasileiro. *Revista interdisciplinar de ensino e educação*, 1(2), 405-412. <https://doi.org/10.5281/zenodo.8361701>
- Koshino, I. L. A. (2011). *Vigotski: desenvolvimento do adolescente sob a perspectiva do materialismo histórico e dialético* [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Londrina]. Repositório da Universidade Estadual de Londrina. <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000162263>
- Leite, L. R. (2020). *Socioeducação e racismo: uma questão de seletividade*. In: *Coluna Direitos de Crianças, Adolescentes e Jovens*. Empório do Direito. <https://emporiiododireito.com.br/leitura/socioeducacao-e-racismo-uma-questao-de-seletividade>
- Leite, L. R. (2021). Violência intrafamiliar: suas formas e consequências. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, 6(5), 161-173. <https://doi.org/10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/violencia-intrafamiliar>
- Mbembe, A. (2003). Necropolitics. *Public Culture*, 15(1), 11-40. <https://muse.jhu.edu/article/39984>

- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. N-1 edições.
- Mendonça, M. R. (2023). O racismo estrutural refletido no sistema socioeducativo do Distrito Federal e o papel da Defensoria Pública. *Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal*, 5(1), 87-101.
https://www.academia.edu/104743827/O_racismo_estrutural_refletido_no_sistema_socioeducativo_do_DF_e_o_papel_da_Defensoria_P%C3%ABblica_Structural_racism_reflected_in_the_socio_educational_system_of_the_Federal_District_and_the_role_of_the_Public_Defense_service_Mariama_Rezende_Mendon%C3%A7a
- Meneghetti, G. (2018). *Na mira do sistema penal: o processo de criminalização de adolescentes pobres, negros e moradores da periferia no âmbito do sistema penal catarinense*. [Tese de Doutorado em Serviço Social - Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório da Universidade Federal de Santa Catarina.
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/189929>
- Nascimento, G. V., & de Vasconcelos, S. L. L. (2023). Encarceramento tem cor? O racismo no sistema prisional brasileiro. *Facit Business and Technology Journal*, 3(42).
<https://jnt1.websiteseuro.com/index.php/JNT/article/view/2245>.
- Noia, F. F. (2023). *O racismo institucional e a ressocialização do preso no Brasil* [Trabalho de Conclusão de Curso, Pontifícia Universidade Católica de Goiás]. Repositório da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.
<https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/5620>
- Oliveira, E. G. (2023). *Modelo pedagógico do Sinase e a Política de Assistência Social* [Monografia de Graduação, Universidade Federal do Tocantins]. Repositório da Universidade Federal do Tocantins. <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/5314>

- Oliveira, F. A. F., & Facci, M. G. D. (2016). O entrelaçamento entre sentido da escola, sofrimento e fracasso escolar: uma discussão a partir da psicologia histórico-cultural. In: M. L. T. Zibetti & L. C. Urnau (Orgs.). *Jovens/adolescentes em processos educativos: contribuições da psicologia escolar* (pp. 14-32). EDUFRO.
- Ortiz, A. R. N. (2023). *A perda do objeto socioeducativo: uma análise sobre a morosidade do estado diante do ato infracional* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/54173>
- Osawa, R. N. T. (2022). *Efeitos psicossociais da violência estatal e o instituto de remissão aos adolescentes explorados pelo tráfico ilícito de drogas* [Trabalho de Conclusão de Curso, Especialização em Garantia dos Direitos e Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente, Universidade de Brasília]. Repositório da Universidade de Brasília. <https://bdm.unb.br/handle/10483/35655>.
- Patto, M. H. S. (1999). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. Casa do Psicólogo.
- Pereira, M. P. (2021). A necropolítica e as medidas socioeducativas: o jovem negro em questão. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)*, 13(38), 171–198. <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1214>.
- Pessoa, A. S. G., & Coimbra, R. M. (2016). O "traficante" não vai à escola: processos de escolarização de adolescentes com envolvimento no tráfico de drogas. *Revista Educação em Questão*, 54(42), 190-217. <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2016v54n42ID10958>.
- Rocha, B. T. (2022). *Adolescência, morte e necropoder: contexto das medidas socioeducativas em meio aberto no município de Vitória da Conquista-BA* [Trabalho de Conclusão de Curso, Especialização em Garantia dos Direitos e Política de

- Cuidados à Criança e ao Adolescente, Universidade de Brasília]. Repositório da Universidade de Brasília. <https://bdm.unb.br/handle/10483/32017>
- Rodrigues, R. B. (2023). *A importância da família dos adolescentes autores de atos infracionais no cumprimento da medida socioeducativa de liberdade assistida* [Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia, Universidade Federal de Santa Maria]. Repositório da Universidade Federal de Santa Maria. <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23878>
- Rückert, F. Q., & Martta, G. F. O. (2023). Os dez primeiros anos do sistema nacional de atendimento socioeducativo (Sinase): entre “intencionalidades” e “resultados”. *Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra*, 8(1). <http://www.trabalhoscidhcoimbra.com/ojs/index.php/anaiscidhcoimbra/article/view/2311>.
- Santos, J. C. (2021). *Criminalização tem cor: racismo e estigmas da seletividade penal através das agências de controle social* [Trabalho de Conclusão de Curso, Centro Universitário Dom Bosco]. Repositório do Centro Universitário UNDB. <http://repositorio.undb.edu.br/handle/areas/536>
- Santos, J. C., Schulze, K. A. K., & Coutinho, A. G. M. (2022). O Processo de Escolarização Como Medida de Ressocialização na Medida Socioeducativa. *Epitaya E-Books*, 1(3), 224-232. <https://doi.org/10.47879/ed.ep.2022410p224>
- Santos, W. E. P. D. (2019). *O papel da escolarização no processo de ressocialização dos alunos em medida socioeducativa* [Trabalho de Conclusão de Curso, Bacharelado em Serviço Social, Universidade de Brasília]. Repositório da Universidade de Brasília. <https://bdm.unb.br/handle/10483/25734>
- Seabra, R. C. F. de F., & Oliveira, M. C. S. L. (2017). Adolescentes em atendimento socioeducativo e escolarização: desafios apontados por orientadores educacionais.

- Psicologia Escolar e Educacional*, 21(3), 639–647. <https://doi.org/10.1590/2175-353920170213111144>.
- Silva, A. C. A. B. D. (2020). *Criminalização de jovens negros e pobres: a contaminação virótica da seletividade jurídico-penal no sistema prisional brasileiro* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Taubaté]. Repositório da Universidade de Taubaté. <http://repositorio.unitau.br/jspui/handle/20.500.11874/5193>
- Silva, A. C. S., & Alberto, M. D. F. P. (2022). A garantia dos direitos infantojuvenis a partir da concepção de infância e adolescência. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 22(2), 687-708. <https://doi.org/10.12957/epp.2022.68644>
- Silva, E. P. (2020). A influência das facções criminosas no sistema socioeducativo do Ceará. *Revista Antinomias*, 1(1), 135-164. <https://antinomias.com.br/index.php/revista/article/view/8/7>
- Silva, R. S., & Cunha, P. G. M. (2020). A quem atinge o punitivismo penal?. *Revista Pet Economia UFES*, 1(1), 8-10. <https://periodicos.ufes.br/peteconomia/article/view/31724>
- Volpi, M. (2015). *O Adolescente e o Ato Infracional*. Cortez.
- Vygotsky, L. S. (1991). *A Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (1999). *A formação social da mente*. Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (2008). *Pensamento e Linguagem*. Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (2009). *A Construção do Pensamento e da Linguagem*. Martins Fontes.
- Xavier, L. (2020). Racismo: criminalização e genocídio da população negra. Quando vamos começar a respirar?. *Revista em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea*, 18(46), 18-37. <https://doi.org/10.12957/rep.2020.52018>

5. Estudo 2 – Semeando Caminhos: Desafios e Possibilidades de Intervenção da Psicologia Escolar e Educacional nas Unidades Socioeducativas

Sowing Paths: Challenges and Possibilities for Intervention of School and Educational Psychology in Socio-Educational Units

Sembrando Caminos: Desafíos y Posibilidades para la Intervención de la Psicología Escolar y Educativa en Unidades Socioeducativas

Resumo

O presente estudo teve como objetivo realizar um levantamento das principais demandas presentes nas unidades de atendimento socioeducativo e investigar as possibilidades de intervenção em que a psicóloga pode atuar junto às medidas socioeducativas, baseando-se nos referenciais teóricos e técnicos da Psicologia Escolar e Educacional. A pesquisa contou com 20 psicólogas inseridas em unidades de atendimento socioeducativo da região Meio-Norte brasileira. A análise de dados utilizou a perspectiva epistemológica e método da Psicologia Histórico-Cultural, constatando que as principais demandas atendidas se voltam para o acompanhamento do jovem em seu processo de ressocialização, acolhimento em casos de violência e atendimento a questões de saúde mental. Além disso, foram identificadas as práticas psicológicas prevalentes no sistema, sendo elas o desenvolvimento de ações junto ao jovem, a família e as instituições socioeducativas. Em síntese, foi verificado que as práticas das psicólogas, apesar de ainda apresentarem respingos de um viés clínico, em geral, demonstraram ações mais complexas, intersetoriais e multiprofissionais, além de destacarem a importância entre a interface psicologia e educação dentro da política socioeducativa. Partindo disso, estima-se que os resultados dessa presente pesquisa colaborem para o delineamento práticas mais democráticas e humanizadas junto a socioeducação.

Palavras-Chave: Psicologia Escolar e Educacional; Medidas Socioeducativas; Jovens; Escolarização.

Abstract

The present study aimed to carry out a survey of the main demands present in socio-educational care units and investigate the possibilities of intervention in which the psychologist can work alongside socio-educational measures, based on the theoretical and technical references of School and Educational Psychology. The research involved 20 psychologists working in socio-educational care units in the Mid-North region of Brazil. Data analysis was carried out based on Historical-Cultural Psychology and it was found that the main demands met were aimed at monitoring young people in their resocialization process, providing support in cases of violence and addressing mental health issues. Furthermore, the psychological practices prevalent in the system were identified, namely the development of actions with adolescents, families and socio-educational institutions. In summary, it was found that the practices of psychologists, despite still showing traces of a clinical bias, in general, demonstrated more complex, intersectoral and multi-professional actions, in addition to highlighting the importance between the interface between psychology and education within socio-educational policy. Based on this, it is estimated that the results of this research will contribute to the design of more democratic and humanized practices in socio-education.

Keywords: School and Educational Psychology; Educational measures; Adolescents; Schooling.

Resumen

El presente estudio tuvo como objetivo realizar un levantamiento de las principales demandas presentes en las unidades de atención socioeducativa e investigar las posibilidades de intervención en las que el psicólogo puede actuar junto a las medidas socioeducativas, a partir de los referentes teóricos y técnicos de la Psicología Escolar y de la Educación. . La investigación involucró a 20 psicólogos que trabajan en unidades de atención socioeducativa de la región Centro Norte de Brasil. Se realizó un análisis de datos con base en la Psicología Histórico-Cultural y se encontró que las principales demandas atendidas estuvieron dirigidas a acompañar a los jóvenes en su proceso de resocialización, brindar apoyo en casos de violencia y atender problemas de salud mental. Además, se identificaron las prácticas psicológicas prevalentes en el sistema, es decir, el desarrollo de acciones con jóvenes, familias e instituciones socioeducativas. En resumen, se constató que las prácticas de los psicólogos, a pesar de aún mostrar rastros de sesgo clínico, en general demostraron acciones más complejas, intersectoriales y multiprofesionales, además de resaltar la importancia de la interfaz entre psicología y educación en el ámbito socio-profesional. -política educativa. Con base en esto, se estima que los resultados de esta investigación contribuirán al diseño de prácticas más democráticas y humanizadas en la socioeducación.

Palabras-clave: Psicología Escolar y de la Educación; Medidas educativas; Joven; Enseñanza

Introdução

A educação escolar formal se estabeleceu na sociedade, ao longo dos seus muitos anos de história, adquirindo várias formas de acordo com os interesses vigentes em cada época e seus respectivos contextos culturais. Esse sistema que promete transmitir informações e conhecimento de forma sistemática também já foi muito utilizado como forma de reforçar exclusões e violências, buscando um controle social, considerando que a hierarquia e o domínio de poderes constituem esse tipo de organização (Foucault, 2008; Lima, 2011).

Apesar da história da educação ser marcada por desavenças e obstáculos, ainda se acredita que esta possui um poder transformador de realidades. Esse aspecto fica ainda mais evidente quando se trata da sua influência dentro do processo de ressocialização de sujeitos que cometeram contravenções penais. Assim, a educação como forma de transformar vidas, reduzir danos e diminuir os índices de reincidência criminal, resgatando uma perspectiva mais humanizada e democrática, é adotada pelo sistema judicial brasileiro, pela lei, ao tratar

do processo de ressocialização junto as medidas socioeducativas (MSE) (Jesus, 2023; Souza, 2020).

A educação é imprescindível para formação cidadã e do sujeito em sua totalidade. A concepção ética e moral, construção de valores e significações também são elaboradas a partir do processo educativo, seja ele dentro ou fora da escola. Dessa forma, ao pensar na ressocialização dos sujeitos que estão em processo de (re)inclusão social, a educação se torna um fator primordial para que esta passagem seja realizada de maneira efetiva, pois ao pensar em jovens em cumprimento de medidas ou mandatos é necessário que haja mudança para que se afirme a eficácia do sistema judiciário (Fernandes et al., 2023).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) destaca em seu regimento a importância de uma abordagem educacional e socioeducativa ao tratar do jovem que cometeu o ato infracional, reforçando a obrigatoriedade da matrícula e frequência desses adolescentes nas instituições escolares, até mesmo àqueles que se encontram em regime de internação. Nesse sentido, Vygotsky traz na Teoria Histórico-Cultural, que o sujeito constitui e é constituído por história, cultura e relações sociais, em que suas experiências de vida, atitudes e formação do pensamento sejam desenvolvidas a partir das vivências com o mundo exterior. Dessa forma, pode-se compreender como a manutenção dos jovens dentro de um processo de escolarização, em que proporcione a ele a experiência escolar de qualidade e vivências formativas, é essencial dentro da ressocialização (Brasil, 2019; Caldeira & Moreira, 2020; Vygotsky, 2008).

No entanto, o processo de (re)integração de jovens em medidas socioeducativas no Brasil, ainda se depara com inúmeras adversidades no tange o sistema judiciário e escolar público do país. A dificuldade deste processo, que é marcado por estigmas e carrega o peso do preconceito de uma sociedade excludente, é ainda intensificada quando se depara com um

dos maiores desafios (e necessidades) do sistema, unir a escola, o Estado e a família (Freitas, 2021).

A trajetória escolar desses jovens já caracterizada pela exclusão social, que se intensifica dentro do ambiente da escola. O fracasso escolar já é imputado a esses adolescentes a partir do momento que estes retornam as salas de aulas, onde não mais serão reconhecidos pelos seus nomes e sim como “criminosos”. O fracasso escolar foi construído e se mantém como uma forma da organização escola estabelecer o que é ou não sucesso e, quando diz respeito ao adolescente em MSE, a palavra “fracasso” está muito mais próxima (Miragaia et al., 2019; Patto, 1999).

Esse fator, dentre os diversos entraves encontrados dentro desse sistema, dificulta e empobrece ainda mais a experiência de escolarização desses jovens, assim como atravessa a atuação das/dos profissionais que compõem a equipe técnica das unidades de atendimento socioeducativo. Essa equipe é formada, de acordo com a Lei 12. 594 que instituiu e regulamenta o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), por profissionais da área da saúde, educação e assistência social (Brasil, 2009).

A partir disso, pode-se analisar a atuação de profissionais que abarquem essas áreas de exercício, e dentre elas é possível pensar acerca da Psicologia Escolar e Educacional (PEE), no sentido de que este campo profissional incorpora duas áreas distintas, a de saúde, no quesito mental, e educação ao tratar dos processos psicológicos que são elaborados e alterados dentro do processo educativo. Marilene Proença, ainda em 2009, publicou um trabalho intitulado “Psicologia Escolar e Educacional: em busca de novas perspectivas” em que já se discutiam acerca da atuação da PEE dentro desse campo e a importância da consolidação desse profissional, a fim de auxiliar os jovens, acima de tudo, na garantia do seu direito a educação (Negreiros, 2021; Souza, 2009).

A Psicologia Escolar e Educacional surgiu ainda no final do século XIX, com a proposta de unir dois campos dentro da psicologia. A subárea da psicologia educacional, sendo ela uma área de conhecimento que tem como finalidade a produção de saberes no que tange os processos psicológicos que permeia o trajeto educativo, já a psicologia escolar estaria atrelada ao campo profissional, de atuação, alicerçada nos preceitos científicos produzidos, principalmente pela psicologia educacional (Antunes, 2008).

De acordo com a ABRAPEE, psicólogas escolares e educacionais são profissionais que devem atuar em instituições escolares e educativas, assim, a PEE se difundiu como uma área de estudo e intervenção acerca da psicologia dentro da educação, por isso, que ao se pensar na atuação psicológica dentro da socioeducação, essa perspectiva se torna conveniente e rica, considerando seu alicerce teórico, metodológico e técnico (ABRAPEE, 2020; CFP, 2019, 2022).

É papel da PEE se comprometer com a transformação dos processos de escolarização, elaborar e operacionalizar mudanças essenciais para a melhoria desse percurso e trabalhar para a garantia de uma educação de qualidade para o país. Nesse sentido, a atuação da PEE dentro das unidades socioeducativas se mostra como campo emergente, que necessita de maior abrangência no que tange a área profissional, principalmente da psicologia (Barreto et al., 2021; Martinez, 2009; Pott, 2020).

A PEE lutou e tem lutado pela educação e todos aqueles que constituem o cotidiano escolar, defendendo uma atuação formativa, fundamentada nos direitos humanos, e que garantam a valorização do ensino. Ações que diminuam as discriminações e desigualdades, são norteadoras dentro dessa batalha por uma sociedade justa e qualidade da educação. Assim, a PEE continua no trabalho para ampliação de sua atuação e conquistando vitórias, como a aprovação da lei nº 13.935, que institui a presença da psicóloga da educação básica. Por isso que provocamos aqui mais um ambiente para inserção dessa profissão, a

socioeducação, que diante de um país que massacra políticas educacionais e sociais, a PEE pode contribuir em seus mais diversos âmbitos (Brasil, 2019b; Souza et al., 2019).

Dessa forma, o presente estudo buscou realizar um levantamento das principais demandas presentes nas unidades de atendimento socioeducativo na sub-região Meio-Norte nordestina e investigar as possibilidades de intervenção em que a psicóloga pode atuar junto às medidas socioeducativas, baseando-se nos referenciais teóricos e técnicos da Psicologia Escolar e Educacional.

Método

Delineamento do estudo

O presente estudo se trata de uma pesquisa qualitativa elaborada a partir da ótica Vygotskyana empregada pela Psicologia Histórico-Cultural, onde fundamenta-se, epistemologicamente, no materialismo histórico-dialético. Dessa forma, o estudo buscou a apreensão da realidade, seguindo os preceitos da Psicologia Histórico-Cultural, a partir do movimento dialético singular-particular-universal (Negreiros & Fonseca, 2019; Vygotsky, 1999).

Participantes

O estudo contou com a participação de 20 psicólogas atuantes em unidades de atendimento socioeducativo na sub-região Meio-Norte do Nordeste do país, sendo 16 do sexo feminino (80%) e 4 do sexo masculino (20%), com quantidade equivalente de participantes em cada estado, 10 no Piauí e 10 no Maranhão. As cidades de atuação das psicólogas no Piauí incluíram, Parnaíba (3), Teresina (4), Oeiras (2) e Piripiri (1). Já no estado do Maranhão, as cidades citadas foram Caxias (1), Governador Eugênio Barros (1), São José de Ribamar (1), Imperatriz (3), Timon (2) e São Luís (2).

As instituições que mais apresentaram profissionais foram os Centros de Internação (7), seguido pelos CREAS (6). Os centros de medidas provisórias (3) e de semiliberdade (2)

também foram relatados pelas participantes. Além destes, juntamente com as instituições anteriores, o Centro de Referência em Assistência Social – CRAS (2) foi citado como ambiente de atuação.

Com relação aos aspectos sociodemográficos foi constatado pelo presente estudo que a média de idade entre as participantes foi de 34 anos, variando entre 25 e 60 anos. O tempo médio de formação foi de 9 anos, e quanto ao tempo médio de atuação na respectiva unidade de atendimento socioeducativo, este foi de 6 anos. Quanto a raça das participantes, 9 delas afirmaram que se autoidentificam como pardas, 7 como brancas e 4 como pessoas pretas.

Procedimentos de apreensão dos dados e cuidados éticos

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o número de parecer 5.861.642. Os procedimentos de coleta envolveram a solicitação e utilização do Termo de Anuência, a fim de adquirir o assentimento para a realização da pesquisa. Seguidamente, as psicólogas foram contatadas de forma *on-line*, via redes sociais e e-mail, com o intuito de elucidar todo o processo da pesquisa, incluindo seus objetivos, os riscos e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após a apresentação do TCLE, os dados foram coletados através do formulário criado a partir da ferramenta do *Google Docs*, onde foram enviadas as psicólogas através das mídias sociais e/ou e-mail.

Procedimento para análise dos dados

Os dados da presente pesquisa foram analisados a partir da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, partindo do princípio de que, para além da descrição de um fenômeno em um determinado contexto, também foram expostas a explicação para tais fenômenos descritos, assim como seus processo de desenvolvimento e sua relação com os contextos na qual estão inseridos (Vygotsky, 2009).

Desse modo, a processualidade e totalidade do fenômeno estudado é revelada por meio da dialética singularidade-particularidade-universalidade. Assim, tomando a realidade

do estudo, se tem a singularidade (expressão imediata do fenômeno) como as práticas das psicólogas atuantes em cada instituição socioeducativa; a particularidade (mediação entre o singular e universal) é representada pelos condicionantes históricos, geográficos, sociais, políticos, educacionais, culturais e normativos relacionados aos jovens em medidas e as instituições de socioatendimento; e a universalidade (expressão do fenômeno em sua complexidade) é representado a partir das práticas das psicólogas junto às medidas socioeducativas (Fonseca, 2018; Fonseca & Negreiros, 2019).

A partir do que foi revelado diante o movimento dialético, foram criados eixos e unidades de análise, a fim estruturar os dados e proporcionar uma compreensão ampla acerca do fenômeno estudado.

Resultados e Discussão

A estruturação desta seção se deu a partir da organização das análises que foi revelado na forma de 3 eixos analíticos, em que cada um contém suas unidades de análise. A partir da apreensão do real imediato dos dados, foram retratados os eixos “*Retrato do Silêncio: levantamento de demandas presentes nas unidades de atendimento socioeducativo*”, “*Integrando saberes: a interface entre psicologia e educação*” e “*No coração da mudança: possibilidades de intervenção da Psicologia Escolar e Educacional*”. Assim, o primeiro eixo buscou discorrer e analisar as demandas ditas pelas psicólogas nas instituições socioeducativas, o segundo discutiu acerca da interlocução entre psicologia e educação e em como esse aspecto afeta na prática profissional e o terceiro eixo procurou explorar as práticas já desenvolvidas pelas psicólogas nas unidades, além de levantar possibilidades de atuação nesse campo, segundo os preceitos da Psicologia Escolar e Educacional.

É oportuno ressaltar que, em meio ao discurso das profissionais, foi constatado que ao serem questionadas acerca das demandas presentes nas instituições de atuação das mesmas,

elas apontaram as demandas de trabalho que são abarcadas por elas. Além disso, também houveram profissionais que não apresentaram resposta e/ou não compreenderam a questão.

Eixo analítico 01 – Retrato do Silêncio: levantamento de demandas presentes nas unidades de atendimento socioeducativo

As instituições socioeducativas, assim como qualquer organização governamental, possuem suas demandas e queixas. As psicólogas participantes da presente pesquisa apontaram que dentre os principais focos de atendimento, o jovem em si, como autor e protagonista do seu processo de ressocialização, é o principal enfoque de suas intervenções. Dessa forma, as unidades de análise abaixo exploraram as demandas apontadas pelas Psicólogas Socioeducativas (PS).

Unidade de análise 1 – Atendimento ao jovem que cometeu delitos

Dentre as principais demandas de trabalho apontadas pelas profissionais, o acompanhamento do jovem que cometeu delitos análogo ao tráfico, roubo e violência, foram os mais citados.

Ato infracional análogo ao delito de roubo, de tráfico de drogas (PS4).

As demandas mais frequentes são relacionadas ao uso e tráfico de drogas, violência, roubo e entre outros (PS9).

Atos infracionais relacionados a roubo e homicídio são demandas mais frequentes (PS17 e 18).

A partir desses dados, fica evidente a relação intrínseca existente entre a infração cometida e as condições sociais e econômicas daqueles que cometeram, quando considerada a natureza financeira do delito. Como já apontado pelas psicólogas, os adolescentes atendidos pelo sistema se encontram, em sua maioria, em condições vulneráveis com relação a suas situações sociais e econômicas. Assim, pode-se pensar que a desigualdade social presente no

país marginaliza e exclui esses jovens que acabam por ver no crime uma oportunidade de subsistência (Barros, 2022).

Na Teoria Histórico-Cultural, Vygotsky propõe um entendimento de como o contexto social afeta os comportamentos, valores e significações dos sujeitos. Tal ambiente é um significativo marcador diante do processo de formação pensamento, por isso, que ao deparar-se com um contexto violento, excludente e desigual, econômico e socialmente, que é a realidade de muitos jovens em MSE, é fato que estes aspectos poderão ser uma grande influência no que diz respeito a construção de sua trajetória de vida (Vygotsky, 1999, 2008).

Quando crianças e adolescentes se veem inseridos em uma sociedade meritocrática, fundada em desigualdades, que perpetua a ideia de que “para ter sucesso só precisa estudar”, mas que oferece um sistema educacional sem recursos, com profissionais despreparados, incapazes de verem e lidarem com esses jovens, eles acabam visualizando uma saída através de meios ilegítimos. Um sistema que falha, entra em manutenção, já um sistema que falha sempre paga o preço (Farias, 2020).

Unidade de análise 2 – Acolhimento em casos de violência

Quando perguntado as profissionais sobre as demandas lidadas em seus cotidianos, muitas reportaram a violência como um dos aspectos mais presentes na vida dos adolescentes. No entanto, ao se deparar com esse discurso, muitas vezes você é levado, diretamente, a pensar nas violências cometidas pelos jovens, no entanto, ao retratarem sobre esses casos, é importante refletir acerca das violências sofridas por estes adolescentes, assim como as psicólogas apontaram, que suas atuações também envolvem o trabalho com o jovem violentado.

[Trabalhamos com] acolhimento nos mais diversos tipos de violências. Tem a presença de família desestruturada e conflitos entre os membros (PS 5).

Violência e negligência à crianças, mulheres e idosos, principalmente (PS7).

Muitos vem de famílias carentes, em vulnerabilidade muito grande, com um precário histórico familiar, histórico de violência e estupro dentro da família, muito uso de crack e atos bem violentos (PS 9).

Há de se questionar de onde vem a violência sofrida por esses jovens e a resposta para isso é que ela vem de todos os lados. Como exposto pelas psicólogas, a maioria desses jovens vem de origens vulneráveis e violentas, onde as agressões se iniciam dentro do círculo familiar. Nesses contextos, muitas vezes, a hostilidade e brutalidade são vistas como caminho, como pergunta e resposta.

A formação do pensamento está intrínseca ao desenvolvimento da linguagem. A construção de conceitos e constituição das funções psicológicas superiores, como resolução de problemas, tomada de decisões e entre outras atividades cognitivas, são mediadas pela linguagem. Dessa forma, trazendo essas perspectivas Vygotskyana para a realidade dos jovens em MSE, pode-se visualizar como essa comunicação é realizada e como este aspecto influi diretamente nos seus comportamentos diante o meio social (Vygotsky, 2008).

Além disso, como supracitado, a maioria desses jovens nasceram e foram criados em ambientes em que a violência, para com ele mesmos e outros, é constante e naturalizada, dessa forma, quando é citado pelas profissionais que, dentre os delitos cometidos, atos violentos também são uma grande maioria, é difícil desassociar os comportamentos apresentados pelos jovens diante a sociedade com aqueles no qual ele foi apresentado desde quando nasceu e foi criado. Assim como Souza e Romeira (2019) citam “uma criança que cresce num círculo naturalizado da violência pode fazer o desenho de uma arma, tão facilmente, como outra criança de outro círculo social desenha uma flor” (p. 2).

Assim, ao pensar nos delitos cometidos pelo jovem, pode-se inferir, que muitos de seus comportamentos de conflito com a lei, podem ser um sintoma, reflexo, do que vivenciaram durante a construção de suas trajetórias de vida, onde a comunicação existente

entre os familiares era realizada através de violência (Brondani & Arpini, 2019; Cenci et al., 2014).

Para além do contexto familiar, é necessário destacar como a própria sociedade exala e imprime a violência para com esses jovens. Vivemos em um país que mascara essas questões pela falsa ideia de luta pelo direito fundamental dos oprimidos, no entanto, o racismo ainda é a linguagem que media a dominação social e elaboração de políticas no país (Bayer & Gurski, 2023).

Dessa forma, a atuação das profissionais na forma de acolher esse jovem violentado é essencial durante o processo de ressocialização, tendo em vista como essa intervenção influencia na mediação de conflitos e na ressignificação de valores.

Unidade de análise 3 – Acompanhamento ao socioeducando com questões de saúde mental

A demanda de saúde mental foi bem abordada pelas psicólogas, principalmente quando questionadas sobre suas práticas. Como demonstrado abaixo, o setor da socioeducação possui demandas emergentes no quesito saúde mental, no entanto, essa questão ainda é pouco explorada pelo âmbito profissional e, sobretudo, no campo da pesquisa, considerando a ínfima base teórica encontrada.

No centro nós recebemos também, infelizmente, doentes mentais que de alguma forma se envolveram nesse mundo, tipo, autistas e com retardo mental (PS9).

Adolescentes com problemas de ansiedade (PS10).

Saúde física, escolar e mental (PS19).

Demandas relacionadas ao quadro de saúde mental (PS20).

No próprio ECA, art. 112, está exposto que ao adolescente que apresentar algum transtorno mental deveria receber tratamento individual e especializado para sua condição, no entanto, não é trazido no documento nenhuma diretriz para esse serviço (Brasil, 2019a).

O atendimento à saúde mental dentro do sistema socioeducativo está previsto na Lei nº 12.594 de 2012 que institui e regulamenta o SINASE. A lei destaca acerca do cuidado a saúde integral dos jovens, física e mental. Somente em 2014, foi publicada uma portaria, nº 1.082, que reforma a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI) formulando que o atendimento de jovens em MSE com questões de saúde mental serão articuladas com a Atenção Básica e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Dessa forma, entende-se que o atendimento a esses jovens é realizado de forma interdisciplinar e intersetorial (Brasil, 2012, 2014).

Apesar de estar previsto na lei, esse campo do serviço ainda é invisibilizado, primeiramente, pelo fato de que o mero reconhecimento desses jovens como sujeitos detentores de direitos já é uma luta que há muito tempo vem sendo batalhada, já a validação destes como passíveis de sofrimento e adoecimento mental é um combate ainda mais árduo. Para além disso, quando essa problemática é reconhecida, ainda há a grande dificuldade de articulação entre os serviços, no que diz respeito aos problemas entre as equipes, falta de infraestrutura, problemas nos transportes e burocracias descomunais, principalmente no que diz respeito aos jovens em medidas de internação (Moura, 2022; Picolli & Arruda, 2023).

Questões que envolvam saúde mental já são consideradas demandas complexas em qualquer serviço de saúde pública do país, quando se trata do atendimento do adolescente em MSE que apresenta algum transtorno, essa demanda se torna ainda mais problemática. O processo de responsabilização do jovem que cometeu alguma contravenção penal envolve a despersonalização, uniformização, submissão, transformação e adequação de uma nova rotina, isso, diante um sujeito que já enfrenta desafios cotidianos na dimensão psicológica, pode agravar seu quadro clínico de transtorno (Vilarins, 2014).

O trabalho da psicologia perante essas questões, dentro das unidades de atendimento socioeducativo, é um dos principais junto a equipe técnica. No entanto, estas profissionais ainda enfrentam adversidades significativas no quesito de planejamento, implementação e avaliação de projetos que objetivem a melhoria da experiência terapêutica e escolar dos jovens. Esse fato se dá, principalmente e mais vez, pelo apagamento e exclusão dessa população, vista como “desperdício de verba” (Flores, 2022; Pereira & Pacheco, 2022).

Eixo analítico 02 – Integrando saberes: a interface entre psicologia e educação

O trabalho da psicologia, mesmo que recente, já é reconhecido como parte integral dentro da equipe técnica das unidades socioeducativas, no entanto, este trabalho é visto e desenvolvido, muitas vezes, sobre um viés reducionista e clínico. Porém, assim como supracitado, as demandas presentes nessas unidades requerem uma atuação mais ampla e que abarquem questões que se voltem para o aprimoramento do processo de ressocialização dos jovens, em especial na área da educação. Dessa forma, diante o objetivo da pesquisa, foi questionado as profissionais acerca de sua experiência na área educacional e sua perspectiva acerca do impacto de trabalhar a interface psicologia e educação dentro das instituições socioeducativas. Assim, de acordo com o movimento dialético, os discursos foram organizados na forma das unidades de análise discutidas abaixo.

Unidade de análise 1 – A experiência escolar faz diferença?

Essa unidade explora o discurso das profissionais acerca da in/experiência no campo da educação. Ao serem questionadas, a maioria das psicólogas (17) afirmaram possuir vivências, mesmo que poucas, dentro da área escolar.

Enquanto psicóloga, apenas nos estágios durante a graduação. No entanto tenho experiência como secretária escolar (PS3).

Trabalhei 4 anos como psicóloga escolar em uma escola. Lá as principais demandas era aluno e família. Então já tive experiência com interface, e foi muito boa e tenho que dizer

que trabalhar com o aluno é melhor do que com o professor, mas foi um trabalho fantástico (PS7).

[Trabalhei] 1 ano de psi escolar, mas em creche. E sou docente do curso de psicologia e supervisora de estágio em escolas e instituições (PS10).

[Trabalhei] tanto no Centro Socioeducativo de Semiliberdade, docência em nível superior, técnico e pós-graduação e prática em psicologia clínica (PS16).

É fato que a educação é uma ferramenta essencial para a ressocialização diante as medidas socioeducativas, no entanto, nos últimos anos, tem ocorrido um afastamento do aspecto pedagógico dentro das MSE, provocando uma alteração de seus objetivos, transformando essa política, de uma possibilidade de (re)inclusão social, para um instrumento punitivo. Assim, ao pensar em processos de ressignificação de sentidos, que são imprescindíveis dentro da socioeducação, ficam ainda mais complexos ao se deparar com esse novo sistema.

Ainda nessa perspectiva, o sentido aqui utilizado é trazido por Vygotsky como o resultado de diversos processos psicológicos que foram desencadeadores a partir de uma palavra. Assim, quando se trata da ressignificação de sentidos, neste estudo, analisamos sob a ótica da Teoria Histórico-Cultural, ressaltando o grande impacto da dimensão afetiva na produção e ressignificação dos sentidos (Venancio, 2011; Vygotsky, 2008).

Isto posto, aqui resgatamos e destacamos a importância da educação para esse processo e evidenciamos como o conhecimento e experiência na área possui impactos positivos dentro do sistema. Ao buscar o entendimento acerca do processo de escolarização, suas particularidades e influências, os profissionais podem ressoar nas suas atuais intervenções tais características, assim como é destacado pelas psicólogas.

Precisamos atuar em conjunto para reinserir esse adolescente na escola, traçar estratégias para que ele permaneça, possa sonhar e ter perspectivas de vida (PS3).

A relação entre as medidas e a educação é que diante as privações que levam jovens a caminhos que se desdobram na necessidade de medidas e depois na dificuldade de reestabelecer esse elo. E, todavia, essas tentativas são de suma importância porque a educação dá perspectiva para esses jovens. E a psicologia ajuda por ter um olhar que ultrapassa a busca de dificuldades de aprendizagem, mas está atenta a eles, ao contexto, a cultura escolar, as relações que se estabelecem (PS4).

A educação é fundamental e quando o adolescente se interessa faz toda a diferença. Eu tenho um projeto chamado "Projeto Leitura", em que a gente trabalha muito a questão da leitura e ajuda muito nesse aspecto e ajuda também na escola, a escola mesmo pede, porque como as professoras dizem "desarma bem" [...]. O interessante é que lá a gente incentiva e já saíram alguns adolescentes para a universidade. (PS9).

Unidade de análise 2 – O papel da psicologia e da educação na ressocialização

A educação é entendida como ferramenta primordial para a ressocialização e na diminuição da reincidência criminal, mesmo que, muitas vezes, tal aspecto se perca entre as camadas burocráticas e punitivas que atravessam a socioeducação. A educação aqui explorada vai além do modelo formal e bancário conhecido, busca não somente o depósito de conhecimento, mas a promoção de reflexões acerca do pensamento e atitudes. Assim, a instituição educacional deve propiciar atividades ressocializadoras e coerentes com o ambiente em que está sendo desenvolvida e com a necessidades de cada jovem em MSE (Brito & Santos, 2020; Feitosa, 2022).

A Educação em Direitos Humanos (EDH), por exemplo, é uma política educacional que foi instaurada a fim de contemplar os aspectos cidadãos dos estudantes, ressaltando a qualificação para o trabalho e conhecimentos sobre a esfera política do país, contribuindo para o seu reconhecimento como cidadão detentor de direitos, por si mesmo e pela sociedade.

Isto posto, constata-se como essa política é essencial no que tange a ressocialização de socioeducandos (Makewitz & Zucchetti, 2023; Pereira & Junior, 2016).

A psicologia já possui uma história de serviço dentro das políticas sociais e atua nesse campo como ciência e profissão. No que diz respeito ao trabalho com crianças e adolescentes, a psicóloga também tem adentrado essa área, nas equipes técnicas de proteção e seguridade desses jovens, no entanto, seu exercício profissional sempre abordou essas demandas de forma assistencialista e clínica, apesar de possuir aporte teórico-metodológico que permita uma atuação mais contextual e ampla (Mayer et al., 2020).

Considerando esses dois campos profissionais ricos em fundamentos teóricos e técnicos, aqui se resgata e ressalta a interlocução entre as duas áreas e em como esse diálogo pode trazer benefícios no âmbito da socioeducação, assim com discursam as profissionais abaixo.

Acredito que uma forma eficiente de educar é compreender o que faz sentido para alguém, o que faz parte do contexto/universo da pessoa, para então conseguir causar alguma mudança ou aprendizado. Nesse sentido, a prática tem que levar em consideração a subjetividade dos usuários para alcançar melhores resultados (PS1).

Nos deixa atentos aos processos que envolvem a instituição escola, seja sobre os processos de aprendizagem, seja sobre a cultura da escola, a toda a discussão que envolve o fracasso escolar e que pode ter atravessado ou atravessar agora o processo educativo daqueles jovens (PS4).

Os conhecimentos da interface Psicologia e Educação colaboram na construção de um fazer socioeducativo que respeite a individualidade de cada adolescente, suas potencialidades, dificuldades e anseios, frutos de sua experiência de vida, que não podem ser desconsiderados (PS18).

A intersecção entre a educação e psicologia, como dito pelas psicólogas, podem colaborar para um melhor desempenho da prática profissional nas instituições e para àqueles que necessitam de seus serviços. Trabalhar com sentidos e significados, compreender o jovem em sua totalidade, reconhecer os condicionantes históricos, culturais, econômicos e sociais que afetam a vida do socioeducando, são algumas formas de como essa interface pode contribuir com esse meio (Campos et al., 2020; Oliveira, 2016).

Ao discutir o estreitamento da relação entre psicologia e educação, somos remetidos diretamente ao campo profissional e de conhecimento da Psicologia Escolar e Educacional. Essa área, ainda infimamente explorada na socioeducação, que deve trazer como guia de práticas a atuação psicológica nos âmbitos educacionais numa perspectiva crítica, pode contribuir nessas instituições, tanto na disponibilização e melhoramento do serviço ao usuário, nas práticas intersetoriais e multiprofissionais, na estruturação de políticas para as organizações e entre outras atividades (Souza, 2009).

Eixo analítico 03 – No coração da mudança: possibilidades de intervenção da Psicologia Escolar e Educacional

A Psicologia Escolar e Educacional possui uma longa história de construção e aperfeiçoamento, passou por muitos avanços a fim de compreender como os espaços educacionais são formados e para que servem. Para além do desenvolvimento intelectual, estes ambientes também, que são constituídos e afetados por aspectos econômicos, culturais e históricos, devem servir como lugar de interações, compartilhamento de conhecimento e transformação social (Souza et al., 2017).

Desta maneira, ao pensar na atuação da psicóloga dentro do âmbito socioeducativo é possível visualizar como a perspectiva da PEE pode contribuir dentro dessa área, na forma de desenvolver práticas mais democráticas que objetivem a melhora da experiência educacional dos jovens.

Por conseguinte, esse eixo analítico reuniu as práticas descritas pelas profissionais psicólogas desenvolvidas em suas respectivas instituições de socioatendimento na forma de unidades de análise, onde cada uma explorou algum agente pertencente ao processo de ressocialização. Além disso, utilizando-se do referencial técnico da Psicologia Escolar e Educacional, da psicologia na socioeducação e, como inspiração, o modelo desenvolvido por Negreiros, Neto e Araújo (2023), serão propostas intervenções que podem ser aplicadas nesse contexto, com o intuito promover melhores vivências e uma democratização da escolarização.

Unidade de análise 1 – Explorando intervenções com o socioeducando

Dentre as práticas descritas pelas psicólogas, as intervenções focadas no socioeducando foram as mais apontadas, estas de cunho clínico como também, escolar e psicossocial.

Realizamos o Plano Individual de Atendimento (PIA) (PS1).

Escolarização, cursos de profissionalização, práticas restaurativas, atendimentos individuais, etc (PS2).

Escuta / orientação psicológica; Trabalho em grupo (oficinas) com várias temáticas escolhidas por eles (PS3).

Acompanhamento psicológico através de atendimentos individuais e coletivos; desenvolvimento de projetos psicoeducativos junto às adolescentes trabalhando temas voltados para a tomada de consciência de si e do mundo, compreendendo saúde mental numa perspectiva de qualidade de vida; pactuação de PIA (PS18).

Atendimentos Psicológicos semanais, rodas de diálogos sobre saúde mental, qualidade de vida e bem-estar, ressignificação de valores, Círculos Restaurativos e de Resolução de Conflitos (PS20).

Muitas psicólogas citaram a elaboração e execução do Plano Individual de Atendimento (PIA) como principal prática desenvolvida. O PIA consiste em um plano construído por toda a equipe técnica que compõe a unidade, a família e o próprio jovem, a fim de organizar ações que envolvam, desde o registro até a execução e gestão das atividades que irão ser realizadas junto ao adolescente. O PIA envolve ações de elucidação acerca das medidas para o jovem e seus responsáveis, e como estas vão ser operacionalizadas; identificação da rede de apoio e territorial de atenção as políticas públicas; escuta da história de vida e entre outros serviços (CFP, 2021).

Dentre as atribuições da PEE, de acordo com a ABRAPEE (Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, 2020), a participação da psicóloga na elaboração e execução de projetos políticos-pedagógicos, planos e estratégias das instituições, é a primeira função citada. Assim, ao pensar na construção do PIA, imprimir conhecimentos acerca da psicologia do desenvolvimento e aprendizagem, considerando as características individuais de cada jovem em MSE, pode promover um processo de ensino-aprendizagem mais efetivo, e, conseqüentemente, uma aproximação com a ressocialização.

É essencial o resgate do protagonismo do jovem durante esse percurso, por isso, vale também incluir, durante a construção do PIA, momentos de discussão com o mesmo, a fim compreender como ele se vê dentro da medida e do processo de ressocialização, suas expectativas diante as intervenções, como enxerga a escolarização, o que ele acredita que foram os fatores determinantes para a entrada na sua trajetória criminal e quais podem ser para sua saída. Essas questões, além de demonstrar o reconhecimento do adolescente como sujeito cidadão, facilita na compreensão dos sentidos atribuídos por eles aos fenômenos e como podem ser ressignificados (Negreiros et al., 2023).

A PEE também pode atuar no quesito intervenções de caráter clínico dentro da socioeducação, no que diz respeito a uma escuta ativa qualificada, acolhimento, mediação e

avaliação psicológica contextual, desde que considere os aspectos condicionantes e contribua para a promoção de uma escolarização, e conseqüentemente, a ressocialização de maneira mais inclusiva. É necessário destacar que o exercício profissional a partir de práticas tradicionais em ambientes emergentes não é inválido, se estas se distanciarem de um viés reducionista, culpabilizante e patologizante (ABRAPEE, 2020; CFP, 2021; Scarin & Souza, 2020).

Unidade de análise 2 – Intervenções familiares no processo de ressocialização

Um dos aspectos fundamentais para o processo de ressocialização do jovem é a conexão entre ele, a família e as instituições. Por isso, o atendimento do socioeducando junto a família, seja nas unidades ou através de visitas domiciliares, foram uma das atividades apontadas.

Visitas domiciliares para o acompanhamento do socioeducando e da família (PS1, PS8, PS12).

O acompanhamento é feito com o socioeducando e com a família (PS2 e PS7).

Visitas domiciliares e institucionais (PS3).

A família compõe inteiramente o processo de (re)integração social, em vista disso, ela deve estar inclusa em todas as etapas que constituem esse percurso, desde o desenvolvimento do PIA até a completude da medida. Para isso, a psicóloga deve inserir a família ao pensar em suas intervenções, a fim de promover integração entre o círculo familiar, o socioeducando e as instituições, tendo em vista que, na maioria dos casos, a dinâmica entre essas três esferas é, praticamente, inexistente (ABRAPEE, 2020; Freitas, 2021).

Dentre essas intervenções podem ser incluídas a elucidação da medida e como será operacionalizado o processo de ressocialização, destacando a importância de sua participação. Esse momento pode ser realizado juntamente com o socioeducando, servindo também como um momento de conexão. Além disso, é importante que a família compreenda

seu papel no processo educativo do jovem e pode ser discutido dentro desses encontros, também pode ser incluída nas oficinas, rodas de conversa e nos círculos restaurativos. No entanto, há casos em que a família pode apresentar risco ao socioeducando, como foi constatado nas demandas de violência intrafamiliar atendidas pelas psicólogas. Nessa situação, a profissional deve recorrer a programas específicos, como o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) (CFP, 2021; Negreiros et al., 2023).

Unidade de análise 3 – Reconstruindo abordagens junto as instituições

As instituições envolvidas no processo de ressocialização vão além das unidades de atendimento socioeducativo, envolvem também as organizações escolares, de justiça e de saúde, ou seja, todas àquelas que são necessárias para o desenvolvimento e cuidado integral do jovem em MSE. Assim, entre os focos de atuação, as psicólogas também citaram as instituições como centro de atuação, incluindo a realização de atividades burocráticas e articulação interinstitucional.

Articulação com outras instituições para garantir a inserção dos adolescentes em espaços que nos ajude nesse trabalho de superação das vulnerabilidades (PS4).

Práticas administrativas (PS6).

Realização de relatórios (PS10, PS11 e PS17).

Elaboração de relatório e participação na construção de rotina e planejamento socioeducativo; encaminhamentos para serviços especializados de saúde mental; participação de reuniões da equipe técnica; estudos de caso (PS18).

É compromisso da PEE analisar os contextos culturais, sociais e educacionais das unidades educacionais, além de participar ativamente do processo de construção dos Projetos Político-Pedagógicos e políticas que promovam melhorias no quesito educação. Dessa forma, a atuação da PEE dentro e com as unidades socioeducativas demonstra ainda mais força (ABRAPEE, 2020).

Ao pensar em práticas dentro das unidades é necessário compreender que estas se constituem além de chão e paredes, o serviço é realizado, não por concreto, mas por pessoas, profissionais que devem buscar a (re)integração do jovem. Assim, além de relatórios e atividades administrativas, a PEE pode atuar na forma de promover ações de orientação e integração entre as equipes multiprofissionais, propor projetos de capacitação e formação continuada no que diz respeito a escolarização e ressocialização, articular intersetorial e interinstitucionalmente, resgatar políticas existentes que tratem do cuidado ao jovem em MSE, como o ECA e a PNAISARI, além de propor novas políticas públicas, principalmente, no âmbito educacional, considerando a humilde quantidade, para não dizer inexistente, de estratégias que visem a permanência e vivência de qualidade de jovens em MSE diante seu processo de escolarização (ABRAPEE, 2020; CFP, 2021).

Dentre as instituições que participam do processo de ressocialização, as escolares são primordiais, tendo em vista que educar é ressocializar. Apesar disso, a integração entre o setor socioeducativo e as escolas ainda é muito tímida, como foi percebido na pouca menção desse tipo de conexão pelas psicólogas. Assim, a atuação da PEE dentro dessa demanda poderia se voltar para a construção e fortalecimento desse elo, através de intervenções que contemplem a equipe gestora, professores e trabalhadores da educação.

A elaboração e realização de curso de formação e capacitação para estes profissionais, objetivando discutir temas como exclusão social, discriminação, preconceitos e ressocialização podem auxiliar na melhora da experiência educacional dos jovens, além de promover ferramentas para que estes profissionais possam abordar a própria comunidade escolar sobre as temáticas. Essas intervenções podem colaborar para a desconstrução de preconceitos existentes sobre os jovens em MSE e no fortalecimento de vínculos destes com a escola (Negreiros et al., 2023).

Além disso, ações de resgate da Educação em Direitos Humanos (EDH) no currículo escolar são essenciais ao pensar em intervenções dentro das organizações escolares. A EDH é fundamental na formação de uma educação libertadora e cidadã, esta capaz de desenvolver jovens que se tornem ativos e protagonistas diante seu processo educacional. Assim, a EDH é primordial para que o sujeito se torne ator principal na transformação de sua realidade. Dessa forma, seu papel dentro da escolarização de jovens em MSE é proporcionar a eles ferramentas para garantir a efetivação do seu processo de ressocialização.

Por conseguinte, a atuação da Psicologia Escolar e Educacional abrange os diversos espaços em que a educação é levada, pautando-se nos direitos humanos e respeito às diversidades. A vista disso, pensar na prática da psicologia junto as medidas socioeducativas é considerar sua interlocução com a educação e tal característica vai de encontro aos preceitos da PEE. Assim, considerar o exercício profissional da psicologia, seguindo o viés escolar e educacional, é proporcionar aos espaços socioeducativos e aos jovens em MSE uma ótica mais complexa e contextual acerca dos fenômenos, possibilitando novas forma de enfrentar as demandas e ferramentas mais pertinentes diante suas realidades.

Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo realizar um levantamento das principais demandas presentes nas unidades de atendimento socioeducativo na região Meio-Norte brasileira e investigar as possibilidades de intervenção em que a psicóloga pode atuar junto às medidas socioeducativas, baseando-se nos referenciais técnicos da Psicologia Escolar e Educacional. Foi utilizada o aporte teórico, epistemológico e metodológico da Psicologia Histórico-Cultural a fim de compreender os fenômenos estudados a partir de uma ótica contextual. Dessa forma, o movimento dialético entre singularidade-particularidade-universalidade revelou a realidade abstrata das demandas e práticas exercidas pelas psicólogas, considerando como suas atuações se diferem levando em conta cada instituição

socioeducativa, como também se aproximam ao se tratar da prática psicológica em geral dentro da socioeducação.

Como principais resultados, o estudo revelou as demandas mais atendidas pelas profissionais nas instituições, sendo o atendimento ao jovem que cometeu delitos, acompanhamento no processo de ressocialização e ao socioeducando com questões de saúde mental como os mais proeminentes. Também foi constatado que a maioria das psicólogas possuem experiência na área escolar e ressaltam a importância da interlocução da área psicológica e educacional como fundamental dentro da socioeducação. Além disso, foram identificadas que as principais práticas desenvolvidas por elas incluem o atendimento e suporte ao socioeducando, à família e às instituições.

Ademais, foram propostas novas possibilidades de intervenção nesse meio, com base nos referenciais teóricos e técnicos da Psicologia Escolar e Educacional, incluindo ações mais amplas junto a família e as instituições escolares.

A atuação da psicologia dentro do sistema socioeducativo, durante muito tempo, assumiu um papel clínico e reducionista, no entanto, como foi possível constatar no estudo, esse viés vem sendo desconstruído e substituído por ações mais complexas e intersetoriais, resgatando o caráter multiprofissional que rege a política.

Essas mudanças trazem um novo olhar acerca da socioeducação, uma ótica carregada de potencialidade, no entanto, apesar das práticas psicológicas apresentarem esse viés mais amplo e crítico, o sistema ainda está repleto de adversidades, considerando que se trata de uma política direcionada a uma população invisibilidade e excluída social e politicamente.

Dessa forma, o presente estudo ressalta a melhoria de exequibilidade, contando com a avaliação e elaboração de novas políticas sociais e educacionais direcionadas a socioeducação para que esse sistema, essencial para a (re)integração social de jovens que

podem se tornar cidadãos ativos, não se transforme em um local de higienização e descarte populacional.

A PEE também assume um papel de garantir a direitos a população, no que tange os ambientes educacionais. Assim, a integração dessa perspectiva no meio socioeducativo se torna ainda mais notável, na forma de garantir aos jovens, não só acesso à educação de qualidade, mas a sua permanência nesses espaços.

Por isso, recomenda-se a realização de novos estudos, que incorporem mais regiões do país, tendo em vista os diferentes contextos e em como estes afetam os sistemas, além de que podem ser discutidas a prática profissional de outros integrantes das equipes técnicas componentes das instituições socioeducativas, a fim de compreender como o fenômeno se dispõe a partir de diferentes olhares.

Referências

Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional [ABRAPEE]. (2020). *Nota técnica sobre atribuições da(o) psicóloga(o) escolar e educacional*.

https://abrapee.files.wordpress.com/2020/12/abrapee_nota-tecnica_2020.pdf.

Antunes, M. A. M. (2008). Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. *Psicologia escolar e educacional*, 12, 469-475.

<https://doi.org/10.1590/S1413-85572008000200020>

Barreto, M. A., Abreu, C. O., & Almeida, G. R. (2021). Psicologia e educação: mediações em tempos de pandemia. In: F. Negreiros, & Ferreira, B. O. (Orgs). *Onde está a psicologia escolar no meio a pandemia?*. São Paulo: Pimenta Cultural

Barros, S. S. (2022). Vulnerabilidade social dos jovens e a relação com a criminalidade: Uma abordagem criminológica. *Ciências Sociais Aplicadas*, 7(1), 1-8.

<https://doi.org/10.5281/zenodo.6643512>

- Bayer, B., & Gurski, R. (2023). “Sonhei que morri” Guerra e morte nos sonhos de jovens que cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade. *Estilos da Clínica*, 28(1), 63-78. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v28i1p63-78>
- Brasil. (2006). *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)*. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Brasília: CONANDA. <https://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/Resolucao-no-119-de-2016-do-CONANDA-Aprova-o-Sistema-de-Atendimento-Socioeducativo-SINASE.pdf>.
- Brasil. (2012). Lei N. 12.594, de 18 de janeiro de 2012. *Institui o sistema nacional de atendimento socioeducativo (SINASE)*. Diário Oficial da União, 19. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm.
- Brasil. (2019a). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm.
- Brasil. (2019b). Lei nº 13.935 de 11 de dezembro de 2019. *Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm.
- Brito, O. A., & Santos, K. P. (2020). Contribuições da Escola na Ressocialização de adolescentes inseridos na Medida Socioeducativa de Internação. *Inovação & Tecnologia Social*, 2(5), 43–56. <https://doi.org/10.47455/2675-0090.2020.2.5.4847>
- Brondani, R. P., & Arpini, D. M. (2019a). Violência e transgeracionalidade: relações familiares de jovens que cumprem medidas socioeducativas. *Pensando Famílias*, 23(2), 256-270. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2019000200019&lng=pt&tlng=pt.
- Caldeira, M. C., & Moreira, M. I. C. (2020). "Menina bonita do laço de fita": tecendo caminhos e práticas para uma proposta socioeducativa na medida de internação.

Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas, 30(2), 212-226. <https://doi.org/10.18224/frag.v30i2.7950>.

Campos, H. R., Souza, M. P. R., & Facci, M. G. D. (Orgs.). *Psicologia e políticas educacionais*. Curitiba: Appris.

Cenci, C.M.B., Teixeira, J. F., & Oliveira, L.R.F. (2014). Lealdades invisíveis: Coparticipação da família no ato infracional. *Pensando Famílias*, 18(1), 35-44. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-494X2014000100004&script=sci_abstract

Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2019). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica*. 2. ed. Brasília: CFP. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/EducacaoBASICA_web.pdf.

Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2021). *Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) no âmbito das medidas socioeducativas*. Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, 1. ed. Brasília: CFP.

Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2022). *Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira: o FENPB e suas histórias*. 1. ed. Brasília: CFP. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/livro_fenpb.pdf

Farias, J. W. F. (2020). *Afiliação de adolescentes e jovens a facções criminosas: fatores psicossociais de risco e proteção* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará]. Repositório da Universidade Federal do Ceará. <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/53113>.

Feitosa, R. G. (2022). A ressocialização do menor infrator e o papel da educação por meio das medidas socioeducativas. *Scientia Generalis*, 3(1), 184–194. <https://www.scienciageneralis.com.br/index.php/SG/article/view/396>

- Fernandes, M. N., Costa, N. S., & Correia, J. (2021). A Educação de Jovens e Adultos para adolescentes em conflito com a lei: a educação escolar na socioeducação. *Revista Educação E Emancipação*, 14(3), 279–302. <https://doi.org/10.18764/2358-4319.v14n3p279-302>
- Flores, C. R. D. (2022). *O adolescente com transtorno mental em cumprimento de medida socioeducativa de internação no município de Timon/Maranhão* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Brasília]. Repositório da Universidade de Brasília. <https://bdm.unb.br/handle/10483/32090>.
- Foucault, M. (2008). *Vigiar e Punir*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes.
- Freitas, V. K. B. (2021). O acesso à educação como processo de ressocialização de jovens infratores: uma revisão bibliográfica. *Revista Gênero e Interdisciplinaridade*, 2(6). <https://doi.org/10.51249/gei.v2i06.603>.
- Jesus, E. A. (2023). Ressocialização pela educação: uma alternativa para a crise do sistema carcerário brasileiro. *Revista interdisciplinar de ensino e educação*, 1(2), 405-412. <https://doi.org/10.5281/zenodo.8361701>.
- Lima, A. B. (2011). Estado, educação e controle social: introduzindo o tema. *Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação*, 25(3). <https://doi.org/10.21573/vol25n32009.19661>.
- Makewitz, G. G., & Zucchetti, D. T. (2023). Desafios da reinserção social: a educação em direitos humanos no cumprimento de medida socioeducativa. *SCIAS. Direitos Humanos E Educação*, 6(1), 263–281. <https://doi.org/10.36704/sdhe.v6i1.7398>
- Martinez, A. M. (2009). Psicologia Escolar e Educacional: compromissos com a educação brasileira. *Psicologia Escolar E Educacional*, 13(1), 169–177. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572009000100020>

- Mayer, A. S., Motta, R. F., & Santos, S. S. Psicologia e políticas sociais: possibilidades e desafios na socioeducação. (2020). In: M. Azambuja, & H. R. Campos. *Políticas sociais, formação e atuação do psicólogo*. Florianópolis, SC: ABRAPSO Editora. <https://site.abrapso.org.br/wp-content/uploads/2021/11/Livro-Políticas-Sociais.pdf#page=169>
- Miragaia, S. P., Miranda, S. A., & Chamon, E. M. Q. O. (2019). As medidas socioeducativas e a defasagem idade-série: alunos em situação de fracasso escolar?. *Revista Educação, Cultura e Sociedade*, 9(2). <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs/article/view/8482/6773>.
- Moura, A. R. (2022). *A importância da intersectorialidade no cuidado da saúde mental de adolescentes em medida socioeducativa* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Brasília]. Repositório da Universidade de Brasília. <https://bdm.unb.br/handle/10483/31951>.
- Negreiros, F. (2021). *Palavras-chave em psicologia escolar e educacional*. 1º ed. Editora Alínea.
- Negreiros, F., Neto, A. P., & Araújo, M. G. N. (2023). Contribuições e possibilidades da atuação em psicologia escolar crítica diante da população LGBTQIA+. In: F. Negreiros, & R. Alexandrino. *Psicologia Escolar e Educacional e população LGBTQIA+*. 1ed. Campinas, SP: Alínea.
- Oliveira, M. C. S. L. (2016). A ação socioeducativa no contexto da justiça juvenil: interlocuções com a Psicologia Escolar. In: R. Francischini, & M. N. Viana. *Psicologia Escolar: que fazer é esse?*. Conselho Federal de Psicologia, Brasília: CFP.
- Patto, M. H. S. (1999). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

- Pereira, I., & Junior, M. M. (2016). A educação em direitos humanos dos socioeducadores de adolescentes em conflito com a lei. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, 4(2), 23-42. <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/387>
- Pereira, Y. M., & Pacheco, I. C. (2022). O psicólogo e a medida socioeducativa de internação: cuidados com a saúde mental dos adolescentes. *Psicologia e suas Pluralidades*, 2, 91. https://repositorio.alfaunipac.com.br/publicacoes/2021/594_o_psicologo_e_a_medida_socioeducativa_de_internacao_cuidados_com_a_sau.pdf.
- Picolli, A. C. G., & Arruda, D. P. (2023). Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e saúde mental: uma revisão integrativa. *Argumentum*, 15(3), 171-187. <http://10.0.185.96/argumentum.v15i3.39869>.
- Scarin, A. C. C. F., & Souza, M. P. R. D. (2020). Medicalização e patologização da educação: desafios à psicologia escolar e educacional. *Psicologia Escolar e Educacional*, 24, e214158. <https://doi.org/10.1590/2175-35392020214158>
- Souza, L. S. D. (2020). *A influência do trabalho e da educação no processo de ressocialização do preso no Estado da Paraíba* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Campina Grande]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFCG. <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/17477>
- Souza, M. P. R. (2009). Psicologia Escolar e Educacional em busca de novas perspectivas. *Psicologia escolar e educacional*, 13, 179-182. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572009000100021&lng=pt&tlng=pt.
- Souza, M. P. R., Silva, S. M. C., & Facci, M. G. D. (2019). O compromisso Ético-Político da Psicologia Escolar e Educacional. *Psicologia Escolar E Educacional*, 23, e2019011. <https://doi.org/10.1590/2175-35392019011>

- Souza, L. E., & Romera, V. M. (2019). Adolescente e o ato infracional em medidas socioeducativas. *ETIC-Encontro De Iniciação Científica*, 15(15).
<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/7790/67648428>
- Venancio, M. M. R. (2011). Os sentidos atribuídos à medida socioeducativa de liberdade assistida por jovens em conflito com a lei e seus sócioeducadores. *Psicologia da Educação*, 32, 163-185.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752011000100010
- Vilarins, N. P. G. (2014). Adolescentes com transtorno mental em cumprimento de medida socioeducativa de internação. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(3), 891–898.
<https://doi.org/10.1590/1413-81232014193.13042013>.
- Vygotsky, L. S. (1991). *A Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (1999). *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (2008). *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (2009). *A Construção do Pensamento e da Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.

6. Síntese Integradora e Recomendações

A presente dissertação foi desenvolvida com o intuito de analisar o processo de escolarização de jovens em medidas socioeducativas e as possibilidades de atuação da psicóloga frente às demandas apresentadas nas unidades de atendimento na sub-região Meio-Norte do Nordeste do Brasil.

Face a isso, este trabalho foi estruturado a partir de objetivos específicos a fim de contemplar o foco do estudo: a) realizar um levantamento das principais demandas presentes nas unidades de atendimento socioeducativo na sub-região Meio-Norte nordestina; b) compreender os sentidos atribuídos por psicólogas à escolarização de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, partindo de uma caracterização e historicidade dos usuários; e c) investigar as possibilidades de intervenção em que a psicóloga pode atuar junto às medidas socioeducativas, baseando-se nos referenciais teóricos e técnicos da Psicologia Escolar e Educacional.

O primeiro objetivo específico foi revelado a partir das demandas relatadas pelas psicólogas diante suas práticas nas unidades de atendimento socioeducativo. Nesse levantamento, foi revelado que as demandas mais atendidas pelas profissionais foram o atendimento ao jovem que cometeu o delito, acompanhamento no processo de ressocialização e ao socioeducando com questões de saúde mental.

As medidas socioeducativas são a principal ferramenta na redução da reincidência de jovens no meio criminal, se estas respeitarem o caráter pedagógico descrito em seu regimento. Para isso, é necessário que as profissionais que compõe a equipe técnica das unidades se comprometam com esse atributo. A psicologia, em especial, deve atuar na forma de compreender os processos psicológicos dos jovens que perpassam esse meio e assim, através de um trabalho multiprofissional, propor intervenções que respeitem as individualidades e busquem a ressocialização. Assim como foi descrito pelas profissionais,

essas atividades podem envolver o desenvolvimento do PIA, rodas de conversa, círculos de confiança e atendimentos individuais e grupais, com o intuito de acompanhar e acolher o jovem e suas famílias durante o cumprimento da medida.

Dentre as principais demandas, a que mais se destacou foi o atendimento a questões de saúde mental, isto devido a escassa literatura que aborda essa temática dentro da socioeducação. A saúde pública brasileira ainda lida com o sujeito que apresentam problemas de saúde mental como uma “batata quente”, jogando, passando e encaminhando-o de setor em setor, e, quando se trata do adolescente em MSE, o acesso a esse serviço se tornar ainda mais complexo, porque para se ter acesso integral a saúde no país você precisa ser um cidadão, e esse jovem, que desde cedo enfrenta a exclusão social, não é considerado como parte da sociedade. Isso é visto até mesmo nas práticas das psicólogas que, por muitas vezes não terem tido direcionamentos e muito menos o suporte institucional, resumem suas práticas a atendimentos pontuais e encaminhamentos.

Diante o segundo objetivo específico, foi constatado, a partir das considerações das psicólogas, que as medidas socioeducativas possuem um perfil explícito de usuários. O jovem negro, pobre, com baixos níveis de escolaridade e que vem das camadas mais marginalizadas da sociedade são a maioria exponencial atendida pelas MSE. Não é uma coincidência, que este mesmo perfil é o que mais sofre ataques do próprio sistema brasileiro, seja ele social, econômico, escolar e, principalmente, o judiciário.

A morte e encarceramento em massa do povo preto e pobre no Brasil é um fato que é mascarado pelo mito da luta por direitos as minorias e democracia racial. Um país, que foi construído a partir de marcadores racistas e discriminatórios, produz e vai produzir políticas que busquem a supremacia de um povo em compensação ao massacre de outro. Diante desse cenário, destacamos, ainda mais, a necessidade de lançar um olhar crítico a esse processo,

ressaltando o papel da psicologia e seu compromisso social no enfrentamento dessas problemáticas.

O terceiro, e último, objetivo específico revelou as principais práticas desenvolvidas pelas profissionais psicólogas nas unidades de atendimento socioeducativo, tendo as intervenções voltadas ao socioeducando, a família e as instituições como foco de atuação. Vale ressaltar que a maioria afirmou possuir experiência no âmbito escolar e destacaram a importância de desenvolver práticas que integrem a educação e psicologia dentro da política socioeducativa.

A prática psicológica tende a assumir um viés clínico e tradicional na maior parte dos setores públicos de atuação, isso se dá devido, muitas vezes, a carência de um currículo formativo que fomente e discuta o trabalho da psicologia dentro desses serviços. No que tange a socioeducação, essas discussões são inexistentes, por isso que, nesse estudo, propomos e destacamos a atuação da Psicologia Escolar e Educacional diante dessa esfera.

Práticas que busquem a integração entre o socioeducando, a família e as instituições, resgatando o protagonismo do mesmo diante seu processo de ressocialização e o emprego de um olhar crítico, amplo e contextual, foram algumas alternativas propostas no estudo, seguindo os referenciais teóricos e técnicos da PEE, considerando os aspectos culturais, históricos, econômicos e políticos que perpassam as unidades socioeducativas.

Como limitações, a presente dissertação lança um recorte regional e profissional. Por se tratar de uma pesquisa na região Meio-Norte, as características contextuais da própria região trazem nuances próprias ao analisar os fenômenos, além de que, o estudo contou com a participação somente de psicólogas, considerando, exclusivamente, a atribuição de sentido para elas e suas incumbências e práticas profissionais. Assim, sugere-se a realização de novos estudos que contemplem mais regiões do país e incluam outros atores que compõem o processo de ressocialização do jovem em medidas.

Para além disso, o presente estudo trouxe análises e propostas direcionadas as medidas socioeducativas de forma geral, para isso, sugere-se a análise mais acentuada no que diz respeito a variação das medidas, considerando as características de cada, desde a prestação de serviços à comunidade até a internação.

De recomendações, indica-se a criação de cursos de capacitação e formação continuada para as profissionais da psicologia atuantes no meio socioeducativo, incluindo discussões que ressaltem a importância da interface entre a área psicológica e educacional para esse meio. Outro fator com potencial transformador é a criação de políticas públicas educacionais direcionados aos socioeducandos, uma área ainda pouco explorada nesse campo. Tais políticas podem voltar-se, não somente para a inclusão do jovem no meio escolar, mas para a garantia de permanência e qualidade destes no processo de escolarização. Assim, o desenvolvimento de políticas que resgatem a Educação em Direitos Humanos também pode ser uma alternativa eficaz.

Vale ressaltar que o presente estudo revelou o impacto do atravessamento de raça diante o processo socioeducativo, por isso, recomenda-se a realização de novos estudos que aprofundem essa temática e sua interlocução com a necropolítica.

Por conseguinte, espera-se que os resultados e análises construídos nesta dissertação colabore para o desenvolvimento de novas pesquisas que protagonizem essa política e os jovens que são atendidos por ela. Além disso, espera-se que este estudo contribua para o aperfeiçoamento dos serviços prestados no âmbito da psicologia dentro das unidades e, conseqüentemente, um avanço no desenvolvimento de intervenções e políticas que visem a melhoria do processo de ressocialização dos jovens em medidas socioeducativas.

Referências

- Araújo, M., Carvalho, L., & Negreiros, F. (2021). Psicologia escolar na avaliação de políticas públicas de educação. *Psicologia, Educação e Cultura*, 25(1), 59-73.
<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/36687/1/PEC%20Maio%202021-59-73.pdf>.
- Almeida, N. A. S., & Freitas, M. C. M. A. (2019). A influência da educação de jovens e adultos para menores infratores sob a ótica do professor. *Revista Educação, Ciência e Inovação*, 4(1), 80-91.
<http://anais.unievangelica.edu.br/index.php/pedagogia/article/view/4502/2750>.
- Andrade, E. A. S. (2022). *Processos de trabalho do assistente social no CREAS com ênfase nas medidas socioeducativas* [Trabalho de Conclusão de Curso, Centro Universitário Internacional]. Repositório do Centro Universitário Internacional.
<https://repositorio.uninter.com/handle/1/1201>.
- Anjos, S. N. R. (2021). *Atendimento Educacional de Adolescentes em Conflito com a Lei na Rede Municipal de Educação de Belém* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará]. Repositório do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
https://www.ppgsp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses_e_dissertacoes/dissertacoes/2019/201910%20-%20ANJOS.pdf.
- Asbahr, F. D. S. F. (2011). *Por que aprender isso, professora? Sentido pessoal e atividade de estudo na Psicologia Histórico-Cultural* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital da USP.
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-24032011-094830/pt-br.php>.
- Baldin, N., & Munhoz, E. M. B. (2012). Educação ambiental comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa snowball (bola de neve). *REMEA - Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental*, 27. <https://doi.org/10.14295/remea.v27i0.3193>.

- Bernardes, M. E. M. (2010). O método de investigação na Psicologia Histórico-Cultural e a pesquisa sobre o psiquismo humano. *Psicologia Política*, 10(20), 297-313.
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4000892>.
- Bisinoto, C., Oliva, O. B., Arraes, J., Galli, C. Y., Amorim, G. G., & Stemler, L. A. S. (2015). Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. *Psicologia em Estudo*, 20(4), 575-585.
<https://www.redalyc.org/pdf/2871/287145780007.pdf>.
- Branco, I. G. M. C., & Gomes, T. N. (2020). A educação em (e para) direitos humanos como ferramenta no processo de aprendizagem na socioeducação. In: Rocha, W. H. A. *Psicologia e educação: teoria e prática*. 1ed. Curitiba, PR: Bagai.
- Brasil. (2019a). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm.
- Brasil. (2019b). *Levantamento Anual Sinase 2017*. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf>.
- Brasil. (2006). *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)*. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Brasília: CONANDA. <https://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/Resolucao-no-119-de-2016-do-CONANDA-Aprova-o-Sistema-de-Atendimento-Socioeducativo-SINASE.pdf>.
- Chizzotti, A. (2020). As finalidades dos sistemas de educação brasileiros. *Educação em Questão*, 58(55). <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2020v58n55ID19288>.
- Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2021). *Psicólogas (os) e assistentes sociais na rede pública de educação básica: orientações para regulamentação da Lei nº 13.935, de 2019*. 1. ed. — Brasília: CFP. <https://site.cfp.org.br/publicacao/psicologasos-e>

assistentes-sociais-na-rede-publica-de-educacao-basica-orientacoes-para-regulamentacao-da-lei-13-935-de-2019/

Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2022). *Quem faz a psicologia brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho*. Volume I: formação e inserção no mundo do trabalho. Brasília: CFP.

Figueira, J. (2016). Medidas socioeducativas: evolução. e aplicabilidade no Estatuto da Criança e do Adolescente. *Revista Jus*. <https://jus.com.br/artigos/50306/medidas-socioeducativas>.

Fonseca, T. S. (2018). *O psicólogo escolar na Educação Profissional e Tecnológica: práticas, desafios e perspectivas* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Piauí]. Repositório da Universidade Federal do Piauí. <https://repositorio.ufpi.br/xmlui/handle/123456789/2128>.

Fonseca, T. S., & Negreiros, F. (2019). Como elaborar uma pesquisa em Psicologia Escolar fundamentada no Método Histórico-Cultural?. In: Negreiros, F., & Cardoso, J. R. *Psicologia e Educação: conexões Brasil-Portugal*. Teresina, PI: EDUFPI.

Garcia, C. (2017). *O que é Nordeste brasileiro*. Vol. 119. Coleção Primeiros Passos. Editora Brasiliense.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6a ed.). São Paulo, SP: Editora Atlas S.A.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2019). *Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Atlas da violência*. Brasília: Ipea.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP]. (2021). *Censo Escolar da Educação Básica 2020*. Resumo Técnico [recurso eletrônico]. Brasília: Inep.

- https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf.
- Jacinto, P. M. S., Gonçalves, G. M., & Carneiro, L. M. M. V. (2020). Psicologia Escolar e Educacional e medidas socioeducativas: diálogos possíveis. In: Rocha, W. H. A. *Psicologia e educação: teoria e prática*. 1ed. Curitiba, PR: Bagai.
- Kassar, M. C. M. (2016). Escola como espaço para a diversidade e o desenvolvimento humano. *Educação & Sociedade*, 37(137), 1223-1240.
<https://dx.doi.org/10.1590/es010173302016157049>
- Lukács, G. (1967). *O Jovem Marx* (Der junge Marx). Companhia das Letras.
- Martins, L. M., & Eidt, N. (2010). Trabalho e Atividade: Categorias de análise da psicologia histórico-cultural do desenvolvimento. *Psicologia em Estudo*, 15, 675-683.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722010000400003>.
- Martins, L. M., & Lavoura, T. N. (2018). Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. *Educar em Revista*, 34, 223-239.
<https://doi.org/10.1590/0104-4060.59428>.
- Meira, M. E. M. (2000). Psicologia Escolar: pensamento crítico e práticas profissionais. In: Tanamachi, E. R., Proença, M. R., & Rocha, M. L. (Orgs.). *Psicologia e Educação: desafios teórico-práticos*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Melo, J. F. D., Silva, G. M. D. F., Bomfim, Z. Á. D. C., Sousa, I. C., & Farias Júnior, L. R. (2020). Teoria histórico-cultural-contribuições para a prática psicopedagógica. *Revista Psicopedagogia*, 37(114), 353-365. <http://dx.doi.org/10.51207/2179-4057.20200029>.
- Miranda, G., & Paiva, I. L. (2023). Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação e facções criminosas. *Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.*, 16(1), 193–218. <https://doi.org/10.4322/dilemas.v16n1.45464>

- Morais, J. B. T., & Ferreira, M. D. A. M. (2019). Os desafios na escolarização de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida. *Revista de Políticas Públicas*, 23(2), 621-639. <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v23n2p621-639>.
- Negreiros, F., Barros, M. O., & Carvalho, L. S. (2020). Psicologia escolar em políticas públicas no Piauí, Brasil: compreensão teórico-prática e modelos de atendimentos. *Integración Académica en Psicología*. <https://integracion-academica.org/anteriores/32-volumen-8-numero-22-2020/264-psicologia-escolar-em-politicas-publicas-no-piaui-brasil-comprensao-teorico-pratica-e-modelos-de-atendimentos>.
- Negreiros, F., Silva, C. F. C., Sousa, Y. L. G., & Santos, L. B. (2017). Análise psicossocial do fracasso escolar na Educação de Jovens e Adultos. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 11(1), 1-11. <http://dx.doi.org/10.24879/201700110010066>.
- Nunes, A. I. B. L., & Silveira, R. N. (2009). *Psicologia da Aprendizagem: processos, teorias e contextos*. 3ª ed. Brasília: Líber Livro.
- Pasqualini, J. C., & Martins, L. M. (2015). Dialética Singular-Particular-Universal: Implicações do Método Materialista Dialético para a Psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 362–371. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p362>.
- Patto, M. H. S. (1999). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Pedreira, M. S., & Urt, S. C. (2015). Justiça restaurativa juvenil: pacificação ou transformação social? Uma reflexão sob o olhar da psicologia histórico-cultural. In: Paes, P. C. D., Adimari, M. F., & Costa, R. P. (Orgs.). *Socioeducação e Intersetorialidade*, cad. 6, pp. 77-86. Campo Grande, MS: Ed. UFMS. http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/Livros_e_Artigos/ufms/UFMS.

%202015.%20Caderno%206.%20Livro%20intersectorialidade%20-
%20completo.pdf#page=78.

Rocha, J. O. (2022). *Atuação da psicóloga escolar e educacional frente a demandas de perdas e luto* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Piauí.

Rodrigues, D. S., & de Oliveira, M. C. S. L. (2017). Psicologia Cultural e Socioeducação: Reflexões sobre Desenvolvimento Humano e Infração Juvenil. *Revista Subjetividades*, 16(1), 104–118. <https://doi.org/10.5020/23590777.16.1.104-118>.

Rodrigues, F. J. (2020). "Corro com o PCC", "corro com o CV", "sou do crime": facções, sistema socioeducativo e os governos do ilícito em Alagoas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 35(102), 1-21. <https://doi.org/10.1590/3510216/2020>.

Rodrigues, F. J., Silva, A. R. B., & Santos, A. B. (2020). Notas sobre redes de proteção: facção, família e crime em periferias urbanas de Alagoas. *Diversitas Journal*, 5(3), 2297–2316. <https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v5i3-1226>

Rosa, E. V., Rosa, J. V., & Bittencourt, J. A. N. (2019). A (in) eficácia na aplicabilidade das medidas socioeducativas. *Revista da Mostra de Iniciação Científica e Extensão*, 5(1). <https://www.ulbracds.com.br/index.php/rmic/article/view/2542>.

Schönardie, P. A. (2014). O processo educativo na perspectiva histórico-cultural. *Revista Contexto & Educação*, 29(93), 4-21.

<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1658>

Souza, M. P. R. (2009). Psicologia Escolar e Educacional em busca de novas perspectivas. *Psicologia escolar e educacional*, 13, 179-182.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572009000100021&lng=pt&tlng=pt.

- Tanamachi, E. R. (2000). Mediações teórico-práticas de uma visão crítica em psicologia escolar. In: Tanamachi, E. R., Proença, M. R., & Rocha, M. L. (Orgs.). *Psicologia e Educação: desafios teórico-práticos*. (pp. 73-103). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Vygotsky, L. S. (1991). *A Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores* (4ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (1999). *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (2008). *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (2009). *A Construção do Pensamento e da Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (2010). Sobre a análise pedológica do processo pedagógico. In: Z. R. Prestes, *Quando não é quase a mesma coisa: análise das traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil. Repercussões no campo educacional* [Tese de Doutorado - Universidade de Brasília]. Repositório da Universidade de Brasília.
<http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/9123>
- Zanella, A. V., Reis, A. C. D., Titon, A. P., Urnau, L. C., & Dassoler, T. R. (2007). Questões de método em textos de Vygotski: contribuições à pesquisa em psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 19, 25-33. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000200004>.
- Zibetti, M. L. T., Pacífico, J. M., & Tamboril, M. I. B. (2018). A educação como direito: considerações sobre políticas educacionais. In: Campos, H. R., Souza, M. P. R., & Facci, M. G. D. (Orgs.). *Psicologia e políticas educacionais*. (pp. 17-42). Curitiba: Appris.

Anexos

Anexo A

Parecer Consubstanciado

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PIAUÍ - CAMPUS MINISTRO
PETRÔNIO PORTELA - UFPI



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: POLÍTICA SOCIOEDUCATIVA E PSICOLOGIA ESCOLAR: DEMANDAS E PRÁTICAS PSICOLÓGICAS NO MEIO-NORTE

Pesquisador: MARIA GABRIELA DO NASCIMENTO ARAUJO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 66239022.0.0000.5214

Instituição Proponente: Universidade Federal do Piauí - UFPI

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.861.642

Apresentação do Projeto:

Projeto de primeira versão, e as informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivos da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas dos seguintes arquivos: (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2059593.pdf; TCLE_10_12.pdf; Projeto_Mestrado_2022_05_12.pdf)

DESENHO:

O presente estudo constituiu-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, tipo descritiva.

RESUMO:

O processo de escolarização é um direito de todos, considerado como fator primário para a formação do sujeito, apesar disso, há diversos fatores que interferem nesse processo, distanciando crianças e adolescentes da escola, sendo um deles o conflito com a lei. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) propõe em seu regimento algumas ações, intituladas medidas socioeducativas, a serem tomadas frente a esses jovens sobre os seus delitos. Essas medidas são determinações judiciais, de caráter pedagógico, destinadas aos menores de idade que cometem infrações, possuindo o objetivo de (re)incluir socialmente o jovem de maneira ágil, com enfoque no desenvolvimento do seu senso crítico de responsabilidade individual e coletiva. Dessa forma, a educação torna-se um elemento primordial diante deste cenário, considerando seu foco no

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, sala do CEP UFPI
Bairro: Ininga **CEP:** 64.049-550
UF: PI **Município:** TERESINA
Telefone: (86)3237-2332 **Fax:** (86)3237-2332 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br



desenvolvimento psicossocial do sujeito. O sistema de aplicação das medidas é atravessado de práticas discriminatórias e excludentes, que reproduzem perseguições, preconceitos e repressão devido ao fato destes alunos fugirem do padrão desejado pela escola, no entanto, dentro desses contextos tem-se a (o) Psicóloga (o) Escolar que busca o enfrentamento destas adversidades, a melhora da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, objetivando a promoção de uma educação de qualidade, democratização e valorização do ensino. Por conseguinte, conclui-se que a integração deste profissional no espaço educacional é de fundamental importância para a formação de uma educação em uma perspectiva contextual e crítica. Diante do exposto, o presente estudo pretende identificar as possibilidades de atuação da (o) Psicóloga (o) frente às demandas apresentadas nas unidades de atendimento socioeducativo na sub-região Meio-Norte do Nordeste do Brasil. Após a aprovação do Comitê de Ética, espera-se aplicar os questionários com Psicólogas (os) atuantes em unidades de atendimento socioeducativo até atingir o ponto de saturação da pesquisa. Por fim, os dados serão analisados a partir de uma perspectiva histórico-cultural.

INTRODUÇÃO:

A partir da Constituição de 1988, crianças e adolescentes foram reconhecidos como pessoas detentoras de direitos e deveres, garantido sua proteção integral. Poucos anos depois, a partir da A Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) entra em vigor seguindo este mesmo pressuposto, destacando e assegurando o processo de escolarização como um direito desses jovens (Brasil, 2019a). Dessa forma, valendo-se do entendimento de que a educação é o fator primário para a formação do sujeito, o ECA foi constituído a fim de promover, para além da segurança das crianças e adolescentes, a sua construção integral, respeito, dignidade, cultura e, sobretudo, a educação, tendo em vista que esta objetiva o desenvolvimento pleno, preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Apesar disso, há diversos fatores que interferem nesse processo, distanciando crianças e adolescentes da escola, sendo um deles o conflito com a lei (Anjos, 2020; Chizzotti, 2020). O ECA propõe em seu regimento algumas medidas a serem tomadas junto aos jovens acometidos e suas respectivas infrações, destacando o caráter pedagógico em suas ações, considerando a adolescência uma etapa complexa do desenvolvimento, em que há transformações abruptas nas mais variadas dimensões que os perpassam. Assim, o planejamento e utilização de intervenções que busquem, mais do que uma ação punitiva, a educação cidadã de fato é considerada como fator primordial no processo de evitação da reincidência de infrações. Dessa forma, a educação se torna um elemento

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, sala do CEP UFPI
Bairro: Ininga **CEP:** 64.049-550
UF: PI **Município:** TERESINA
Telefone: (86)3237-2332 **Fax:** (86)3237-2332 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br



Continuação do Parecer: 5.861.642

crucial diante deste cenário, considerando seu foco no desenvolvimento psicossocial da pessoa (Almeida & Freitas, 2019; Branco & Gomes, 2020; Brasil, 2019a). Diante do exposto, o presente estudo pretende identificar as possibilidades de atuação da (o) Psicóloga (o) frente às demandas apresentadas nas unidades de atendimento socioeducativo na sub-região Meio-Norte do Nordeste do Brasil, a fim de pensar como a Psicologia Escolar pode contribuir nesse âmbito, tendo em vista seus princípios norteadores que envolvem, uma

atuação de maneira compartilhada visando o enfrentamento das demandas, analisando as diversas perspectivas que o contexto possui, buscando a promoção de uma educação de qualidade, democratização e valorização do ensino (Souza, 2009). Dessa forma, o estudo apresenta relevância social e acadêmica, considerando a expansão da Psicologia Escolar como área científica e sua aplicação em um novo contexto que é marcado por preconceitos e exclusão. Para além disso, as contribuições resultantes desta pesquisa poderão auxiliar no desenvolvimento de novas formas de intervenção, propiciando também benefícios para as próprias instituições socioeducativas e àqueles que utilizam de seus serviços.

Metodologia Proposta:

O presente estudo constituiu-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, tipo descritiva e, espera-se, contar com a participação de 30 profissionais psicólogas (os). A pesquisa será realizada nas unidades de atendimento socioeducativo na sub-região Meio-Norte nordestina, compreendendo o estado do Maranhão e Piauí, por meio da internet. Será estruturado um questionário eletrônico online, permitindo uma maior ampliação do local de pesquisa e, conseqüentemente, uma coleta de dados mais extensa. Será utilizado um questionário eletrônico desenvolvido pela ferramenta "formulário" da plataforma Google Docs, que será enviado aos participantes de forma online. Será constituído por um conjunto de perguntas acerca dos aspectos sociodemográficos, para caracterização da amostra e perguntas relacionadas ao objeto do estudo. Assim como consta nas resoluções 466/12 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, o presente estudo será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) para avaliação de relevância e aspectos éticos, bem como serão seguidos os preceitos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa no ofício circular nº 2 de 2021. Após a aprovação será iniciada a coleta de dados nas unidades socioeducativas na sub-região Meio-Norte do Nordeste do país. Os procedimentos de coleta envolverão a utilização do Termo de Dispensa da Autorização Institucional, a fim de adquirir o assentimento para a realização da pesquisa. Seguidamente, as Psicólogas (os) serão contatadas de forma on-line, via redes sociais e e-mail, com o intuito de elucidar todo o processo

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, sala do CEP UFPI
Bairro: Ininga **CEP:** 64.049-550
UF: PI **Município:** TERESINA
Telefone: (86)3237-2332 **Fax:** (86)3237-2332 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br



Continuação do Parecer: 5.861.642

da pesquisa, incluindo seus objetivos, os riscos e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que deverá ser assinado pelas(os) participantes, garantindo o caráter voluntário, anonimato e a possibilidade de desistência a qualquer momento, sem que haja danos ou prejuízos, preservando os aspectos éticos da pesquisa. Após a assinatura do TCLE, os dados serão coletados através do formulário criado a partir da ferramenta do Google Docs. Assim, será enviado as (os) Psicólogas (os) através das mídias sociais e/ou e-mail. O questionário da presente pesquisa será constituído, em torno de 9 perguntas. Considerando tal aspecto, espera-se que o processo de respostas dure, em média, 10 minutos.

Critério de Inclusão:

Ser psicóloga (o) e atuar em instituições públicas de cumprimento de medidas socioeducativas na sub-região Meio-Norte do Nordeste.

Hipótese:

A atuação das (os) psicólogas (os) junto às medidas socioeducativas, frente as demandas de exclusão e distanciamento com a educação, voltam-se para a atendimento psicológico clínico e realização de avaliações e relatórios.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO PRIMÁRIO:

Identificar as possibilidades de atuação da (o) Psicóloga (o) frente às demandas apresentadas nas unidades de atendimento socioeducativo na sub-região Meio-Norte do Nordeste do Brasil.

Objetivo Secundário:

- Realizar um levantamento das principais demandas presentes nas unidades de atendimento socioeducativo na sub-região Meio-Norte nordestina;
- Analisar a experiência de escolarização, partindo de uma caracterização e historicidade do público-alvo das medidas socioeducativas;
- Investigar as possibilidades de intervenção em que a (o) Psicóloga (o) pode atuar junto as medidas socioeducativas, baseando-se nos referenciais teóricos e técnicos da Psicologia Escolar.

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, sala do CEP UFPI
Bairro: Ininga **CEP:** 64.049-550
UF: PI **Município:** TERESINA
Telefone: (86)3237-2332 **Fax:** (86)3237-2332 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br



Continuação do Parecer: 5.861.642

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Análise de riscos e benefícios conforme documento informações básicas:

Riscos:

A realização de uma pesquisa com seres humanos pode acarretar riscos e danos inesperados para as(os) participantes, dessa forma o presente estudo irá em busca da minimização dos possíveis malefícios. No entanto, caso decorram aspectos que apresentem-se como prejuízos para as (os) participantes, estes serão encaminhadas aos serviços de apoio dos respectivos locais em que atuam profissionalmente e/ou residem, como por exemplo, os Serviços Escola de Psicologia. Para mais, caso haja imprevistos com relação aos serviços de apoio ou falta de atendimento especializado, a pesquisadora arcará com os custos inerentes às demandas apresentadas pela participante.

Benefícios:

Destaca-se a oportunidade de contribuir para a caracterização das práticas dos profissionais da Psicologia no que se refere às demandas relacionadas as unidades de atendimento socioeducativo e contribuir para a criação de possíveis estratégias de atuação frente às demandas já mencionadas. Ainda, destaca-se a contribuição para a produção e disseminação de conhecimento científico com potencial de transformação social, haja vista que a pesquisa fornecerá informações importantes que poderão subsidiar a implementação de práticas e políticas educacionais relacionadas a atuação do Psicólogo.

Análise de riscos e benefícios conforme TCLE:

Riscos:

Esclareço que esta pesquisa acarreta os seguintes riscos: por conter questões voltadas ao aprisionamento de jovens e sua atuação frente a esse fenômeno, você poderá, porventura, sentir-se desconfortável a expressar-se. Caso isso ocorra, será respeitada a sua vontade e você poderá desistir do processo investigativo. Além disso, caso você tenha se sentido abalada (o) psicologicamente com os assuntos abordados nesta pesquisa, os pesquisadores responsáveis arcarão com as despesas de consultas médicas e/ou psicológicas.

Benefícios:

Sobre os benefícios, destacamos a oportunidade de contribuir para a caracterização das práticas dos profissionais da Psicologia no que se refere às demandas relacionadas as unidades de

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, sala do CEP UFPI
Bairro: Ininga **CEP:** 64.049-550
UF: PI **Município:** TERESINA
Telefone: (86)3237-2332 **Fax:** (86)3237-2332 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br



Continuação do Parecer: 5.861.642

atendimento socioeducativo e contribuir para a criação de possíveis estratégias de atuação frente às demandas já mencionadas. Ainda, destaca-se a contribuição para a produção e disseminação de conhecimento científico com potencial de transformação social, haja vista que a pesquisa fornecerá informações importantes que poderão subsidiar a implementação de práticas e políticas educacionais relacionadas a atuação do Psicólogo. porem os mesmos serão contornados

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória foram anexados.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Feita a análise dos protocolo com base na legislação, não foram encontrados óbices éticos, estando portanto, o projeto apto a ser desenvolvido.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação protocolo de pesquisa.

Solicita-se que seja enviado ao CEP-UFPI/CMPP o relatório parcial e o relatório final desta pesquisa. Os modelos encontram-se disponíveis no site: <http://ufpi.br/cep>

- Em atendimento as Resoluções CNS nº 466/2012 e 510/2016, cabe ao pesquisador responsável pelo presente estudo elaborar e apresentar ao CEP RELATÓRIOS PARCIAIS (semestrais) e FINAL. O relatório deve ser enviado pela Plataforma Brasil em forma de "notificação";
- Qualquer necessidade de modificação no curso do projeto deverá ser submetida à apreciação do CEP, como EMENDA. Deve-se aguardar parecer favorável do CEP antes de efetuar a/s modificação/ões.
- Justificar fundamentadamente, caso haja necessidade de interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.
- O Comitê de Ética em Pesquisa não analisa aspectos referentes a direitos de propriedade intelectual e ao uso de criações protegidas por esses direitos. Recomenda-se que qualquer

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, sala do CEP UFPI
Bairro: Ininga **CEP:** 64.049-550
UF: PI **Município:** TERESINA
Telefone: (86)3237-2332 **Fax:** (86)3237-2332 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br



Continuação do Parecer: 5.861.642

consulta que envolva matéria de propriedade intelectual seja encaminhada diretamente pelo pesquisador ao Núcleo de Inovação Tecnológica da Unidade.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2059593.pdf	19/12/2022 19:25:53		Aceito
Outros	Termo_de_confidencialidade.pdf	19/12/2022 19:24:00	MARIA GABRIELA DO NASCIMENTO ARAUJO	Aceito
Outros	Carta_de_encaminhamento.pdf	19/12/2022 19:23:36	MARIA GABRIELA DO NASCIMENTO ARAUJO	Aceito
Outros	Termo_de_dispensa.pdf	19/12/2022 19:22:55	MARIA GABRIELA DO NASCIMENTO ARAUJO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_dos_pesquisadores.pdf	19/12/2022 19:22:12	MARIA GABRIELA DO NASCIMENTO ARAUJO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Mestrado_2022_05_12.pdf	19/12/2022 19:19:39	MARIA GABRIELA DO NASCIMENTO ARAUJO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_10_12.pdf	19/12/2022 19:16:34	MARIA GABRIELA DO NASCIMENTO ARAUJO	Aceito
Outros	5Instrumento.pdf	30/11/2022 15:01:26	MARIA GABRIELA DO NASCIMENTO ARAUJO	Aceito
Outros	4CurriculoLattesFaustonNegreiros.pdf	30/11/2022 15:01:07	MARIA GABRIELA DO NASCIMENTO ARAUJO	Aceito
Outros	3CurriculoLattesMariaGabrieladoNascimentoAraujo.pdf	30/11/2022 15:00:41	MARIA GABRIELA DO NASCIMENTO ARAUJO	Aceito
Cronograma	2Cronograma.pdf	30/11/2022 15:00:14	MARIA GABRIELA DO NASCIMENTO ARAUJO	Aceito
Orçamento	1Orcamento.pdf	30/11/2022 15:00:04	MARIA GABRIELA DO NASCIMENTO ARAUJO	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	30/11/2022	MARIA GABRIELA	Aceito

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, sala do CEP UFPI
Bairro: Ininga **CEP:** 64.049-550
UF: PI **Município:** TERESINA
Telefone: (86)3237-2332 **Fax:** (86)3237-2332 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PIAUÍ - CAMPUS MINISTRO
PETRÔNIO PORTELA - UFPI



Continuação do Parecer: 5.861.642

Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	14:58:58	DO NASCIMENTO ARAUJO	Aceito
----------------	------------------	----------	-------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

TERESINA, 23 de Janeiro de 2023

Assinado por:
Emídio Marques de Matos Neto
(Coordenador(a))

Anexo B
Declaração de Anuência da Instituição Pesquisadora



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
Av. São Sebastião, 2819, 64202-020. Parnaíba – Piauí
E-mail: ppgpsi@ufpi.edu.br

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

A coordenação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia-PPGpsi da Universidade Federal do Delta do Parnaíba-UFDPar declara para os devidos fins que tem ciência do projeto de pesquisa da aluna regularmente matriculada MARIA GABRIELA DO NASCIMENTO ARAUJO, Matrícula 20221001778, intitulado “Política socioeducativa e Psicologia Escolar: demandas e práticas psicológicas no Meio-Norte” sob a orientação do Prof. Dr. Fauston Negreiros – Professor do PPGpsi-UFDPar. O referido projeto tem como objetivo identificar as possibilidades de atuação da(o) Psicóloga(o) frente às demandas apresentadas nas unidades de atendimento socioeducativo na sub-região Meio-Norte do Nordeste do Brasil, nas instituições de atendimento socioeducativo do estado do Maranhão.

A realização da pesquisa está condicionada à aprovação do projeto no Comitê de Ética em Pesquisa com todas as suas determinações.

Parnaíba, 21 de Setembro de 2023.

 Documento assinado digitalmente
RAQUEL PEREIRA BELO
Data: 21/09/2023 09:10:38-0300
Verifique em: <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Raquel Pereira Belo
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFDPar



Anexo C

Termo de Anuência da Instituição Pesquisada

TERMO DE ANUÊNCIA PARA PESQUISA

Declaramos para os devidos fins, que estamos de acordo com a execução da pesquisa intitulada **"POLÍTICA SOCIOEDUCATIVA E PSICOLOGIA ESCOLAR: demandas e práticas psicológicas no Meio-Norte**, sob orientação Prof. Dr. Fauston Negreiros - Professor do PPGPsi- UFDPAr, tendo como pesquisadora a mestranda Maria Gabriela do Nascimento Araújo.

O referido projeto tem como objetivo identificar as possibilidades de atuação da(o) Psicóloga(o) frente às demandas apresentadas nas unidades de atendimento socioeducativo na sub- região Meio-Norte do Nordeste do Brasil, nas instituições de atendimento socioeducativo do Estado do Maranhão.

A Fundação da Criança e do Adolescente, responsável pelo atendimento socioeducativo privativo e restritivo de liberdade no Estado do Maranhão, assume o compromisso de contribuir com a pesquisa em acordo com seus princípios institucionais.

A autorização dessa pesquisa se condiciona ao cumprimento dos requisitos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares pela pesquisadora, que deve se comprometer em utilizar os dados coletados junto aos participantes da pesquisa unicamente para os fins científicos, manter o sigilo e garantir que as informações obtidas durante a pesquisa não serão, em hipótese alguma, usadas em prejuízo ao direito de imagem e preservação de dados das pessoas e/ou comunidades envolvidas direta ou indiretamente no estudo proposto.

Informamos que o acesso à Funac para a coleta de dados se condiciona à apresentação deste termo de anuência.

São Luís/MA, 26 de setembro de 2023

Documento assinado digitalmente
 **SORIMAR SABÓIA AMORIM**
Data: 26/09/2023 14:02:19-9360
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

Sorimar Sabóia Amorim
Presidente da FUNAC-MA

Anexo D
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Título da pesquisa: Política Socioeducativa e a Psicologia Escolar: demandas e práticas psicológicas no Meio-Norte.

Pesquisadora responsável: Maria Gabriela do Nascimento Araújo

Pesquisador colaborador: Dr. Fauston Negreiros

Instituição/Programa: Universidade Federal do Delta do Parnaíba/Programa de Pós-graduação em Psicologia

Contatos: (89) 994607269; (86) 999874825; gabi.sikver@gmail.com ; fnegreiros@unb.br.

Eu, Maria Gabriela do Nascimento Araújo, discente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, sob orientação do professor Dr. Fauston Negreiros, estou desenvolvendo uma pesquisa que se propõe a investigar a atuação da Psicóloga frente a demandas de morte e luto. Dessa forma, gostaria de contar com sua participação na referida pesquisa. A sua participação na pesquisa é totalmente gratuita e voluntária e não acarretará em nenhum prejuízo de ordem física, pessoal ou profissional. Os possíveis riscos a que você está sujeito são mínimos. Caso isso ocorra, será respeitada a sua vontade e você poderá desistir do processo investigativo. Além disso, caso você tenha se sentido abalada (o) psicologicamente com os assuntos abordados em nosso estudo, os pesquisadores arcarão com as despesas de consultas médicas e/ou psicológicas. Este estudo tem finalidades acadêmicas, portanto seus resultados serão publicados em eventos e revistas científicas, no entanto você não será identificada (o), ou seja, garantimos sigilo/anonimato da sua participação em nossa pesquisa. A qualquer momento, se assim desejar, você tem o direito de desistir do estudo, mesmo após já ter iniciado sua participação no mesmo. Caso surjam eventuais dúvidas, a pesquisadora poderá saná-las a qualquer momento, seja durante a condução do trabalho, ou mesmo posteriormente, por meio dos contatos deixados por ela. Por fim, é preciso ressaltar que você assinará duas vias deste termo, ficando uma com você e outra com os pesquisadores.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada(o) para participar, como voluntária(o), da pesquisa sobre a atuação da (o) Psicóloga frente as demandas apresentadas nas unidades de atendimento socioeducativo na sub-região Meio-Norte do Nordeste do Brasil, sob responsabilidade da pesquisadora Maria Gabriela do Nascimento Araújo. Para isso, precisa concordar ou não em participar. Por favor, não se apresse em tomar a decisão. Leia cuidadosamente o que se segue. Após ser esclarecida(o) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que é apresentado em duas vias. Uma delas é sua e a outra é dos pesquisadores responsáveis. Quaisquer dúvidas, os contatos dos pesquisadores estão disponíveis para que possa contatá-los. Em caso de recusa, você não será penalizada (o) de forma alguma.

1. Este trabalho de pesquisa está vinculado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr cujo tema a ser investigado

é a atuação da (o) Psicóloga (o) frente as demandas apresentadas nas unidades de atendimento socioeducativo na sub-região Meio-Norte do Nordeste do Brasil.

2. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder ao presente formulário, que está dividido em três partes: parte I: Consentimento em participar da pesquisa; parte II: conjunto de perguntas sociodemográficas para caracterizar o perfil dos participantes; e parte III: conjunto de três perguntas subjetivas, relacionadas ao tema e objetivo da pesquisa.

3. Quanto aos riscos em participar da pesquisa: por conter questões voltadas ao aprisionamento de jovens e sua atuação frente a esse fenômeno, você poderá, porventura, sentir-se desconfortável a expressar-se. Caso isso ocorra, será respeitada a sua vontade e você poderá desistir do processo investigativo. Além disso, caso você tenha se sentido abalada (o) psicologicamente com os assuntos abordados nesta pesquisa, os pesquisadores responsáveis arcarão com as despesas de consultas médicas e/ou psicológicas.

4. Sobre os benefícios, destacamos a oportunidade de contribuir para a caracterização das práticas dos profissionais da Psicologia no que se refere às demandas relacionadas as unidades de atendimento socioeducativo e contribuir para a criação de possíveis estratégias de atuação frente às demandas já mencionadas. Ainda, destaca-se a contribuição para a produção e disseminação de conhecimento científico com potencial de transformação social, haja vista que a pesquisa fornecerá informações importantes que poderão subsidiar a implementação de práticas e políticas educacionais relacionadas a atuação do Psicólogo.

5. Todas as informações concedidas serão utilizadas somente para esta pesquisa. Suas respostas serão confidenciais e seu nome não aparecerá na divulgação dos dados e nem quando os resultados forem apresentados. A sua participação nesta pesquisa é voluntária. Caso você aceite participar, não receberá nenhuma compensação financeira. Também não sofrerá qualquer prejuízo se não aceitar ou se desistir após ter iniciado o processo investigativo. À você também estão garantidas todas as informações antes, durante e depois do estudo.

Caso houver alguma dúvida acerca da ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Delta do Parnaíba – Sala II do Bloco 03, Pavimento 3º, Lado Oeste, localizado à Av. São Sebastião, 2819, Bairro Reis Velloso, Parnaíba/PI, com atendimento ao público/pesquisadores de segunda à sexta-feira das 8h às 12h e das 14h às 18h. E-mail: cep.ufdpar@ufpi.edu.br.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu, _____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, e ficando com a posse de uma delas.

Assinatura da/o Participante

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Anexo E Instrumento



UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Prezada (o) participante,

O presente instrumento objetiva a obtenção de informações referentes a dados sociodemográficos e profissionais das (os) psicólogas (os) que atuam nas unidades de socioatendimento na sub-região Meio-Norte do Nordeste do país. Desde então, agradecemos a sua participação e convidamos, caso ache oportuno, a colaborar respondendo a itens de um breve questionário. Estamos disponíveis para sanar qualquer dúvida a respeito do mesmo, bem como da referida pesquisa em andamento. Assim, ressaltamos o caráter voluntário e garantimos todo o sigilo e/ou anonimato da sua participação, como rege o Comitê de Ética em Pesquisa e a Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, a qual versa sobre os aspectos éticos e legais de pesquisas envolvendo seres humanos.

Cordialmente,

Maria Gabriela do Nascimento Araújo;
Orientador Prof. Dr. Fauston Negreiros

1. Sexo:

() Masculino () Feminino

2. Raça:

() Preta () Parda () Branca () Amarela () Indígena

3. Idade: _____

4. Tempo de formação: _____

5. Tempo de atuação no presente cargo: _____

6. Cidade e Estado onde atua: _____

7. Tipo de instituição em que atua _____

8. Qual o público-alvo das suas práticas junto as medidas socioeducativas?

9. Quais as demandas mais frequentes atendidas pela unidade?

10. Quais as suas principais práticas dentro da unidade socioeducativa?

11. Possui experiência na interface Psicologia e Educação? Se sim, descreva-as.

12. Qual a relação existente entre seu trabalho junto as medidas socioeducativas e

a educação?

13. Como você acha que os conhecimentos que envolvem a interface Psicologia e Educação colaboram e/ou podem colaborar com a sua prática profissional? _____

Anexo F – Termo de Dispensa da Autorização Institucional

Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr

Pesquisadora responsável: Maria Gabriela do Nascimento Araújo

Pesquisadora assistente: Dr. Fauston Negreiros

Solicito a dispensa da obtenção da Autorização Institucional do projeto de pesquisa intitulado: “POLÍTICA SOCIOEDUCATIVA E A PSICOLOGIA ESCOLAR: DEMANDAS E PRÁTICAS PSICOLÓGICAS NO MEIO-NORTE.”, com a seguinte justificativa: serão utilizados documentos de domínio público e os participantes serão a comunidade geral.

Declaro que:

- a) a pesquisa será iniciada somente após aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética;
- b) será assegurado o compromisso com a privacidade e a confidencialidade dos dados utilizados preservando integralmente o anonimato e a imagem do participante.

- c) será garantida a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico-financeiro;
- d) que os dados obtidos na pesquisa serão usados exclusivamente para finalidade prevista no projeto de pesquisa;

Parnaíba, _____ de _____ de _____

Pesquisadora responsável (Maria Gabriela do Nascimento Araújo, CPF: 076.388.103-17)

Demais pesquisadores (Fauston Negreiros, CPF: 876.309.823-72)

